



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA II
CURSO DE ARQUEOLOGIA E CONSERVAÇÃO DE ARTE RUPESTRE

LORENA FRANCISCA DE OLIVEIRA CASTRO

**RACISMO AMBIENTAL NA COMUNIDADE TRADICIONAL DA AVENIDA BOA
ESPERANÇA (PI) A PARTIR DA PERSPECTIVA DA ARQUEOLOGIA
COMUNITÁRIA**

Teresina – PI

2023

LORENA FRANCISCA DE OLIVEIRA CASTRO

**RACISMO AMBIENTAL NA COMUNIDADE TRADICIONAL DA AVENIDA BOA
ESPERANÇA (PI) A PARTIR DA PERSPECTIVA DA ARQUEOLOGIA
COMUNITÁRIA**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da Universidade Federal do Piauí, como requisito da disciplina Monografia II e para obtenção do título de Bacharel em Arqueologia.

Orientadora: Profa. Dr.^a. Jóina Freitas Borges.

Teresina – PI

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Processos Técnicos

C355r Castro, Lorena Francisca de Oliveira.
Racismo ambiental na comunidade tradicional da avenida boa
esperança (pi) a partir da perspectiva da arqueologia comunitária /
Lorena Francisca de Oliveira Castro. – 2023.
105 f.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arqueologia
e Conservação Rupestre) – Universidade Federal do Piauí, Teresina,
2023.

“Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Jôina Freitas Borges”.

1. Arqueologia – Aspectos sociais. 2. Racismo ambiental. 3.
Desterritorialização – Piauí. I. Título.

CDD: 930.1

Elaborado por Ana Cristina Guimarães Carvalho
CRB 3/1087

LORENA FRANCISCA DE OLIVEIRA CASTRO

**RACISMO AMBIENTAL NA COMUNIDADE TRADICIONAL DA AVENIDA BOA
ESPERANÇA (PI) A PARTIR DA PERSPECTIVA DA ARQUEOLOGIA
COMUNITÁRIA**

APROVADA EM: 03 de abril de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a Jóina Freitas Borges (UFPI)
Orientadora

Profa. Dr^a Andréa Lourdes Monteiro Scabello (UFPI)
Examinadora Interna

Prof. Dr. Vinícius Melquíades dos Santos (UFPI)
Examinadora Interno

Prof. Esp. Raimundo Pereira da Silva Filho
Examinador Externo

Profa. Dr^a Sônia Maria Campelo Magalhães (UFPI)
Examinadora Interna

Teresina – PI

2023

Dedico este trabalho a minha mãe, por
todo o apoio e dedicação que me
conduziram até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter guiado e iluminado meu caminho.

A minha família pelo apoio incondicional, em especial a minha mãe por ter insistido e me incentivado a continuar, principalmente nos momentos difíceis que passamos. Essa vitória só foi possível graças a senhora.

Aos meus ancestrais, cuja sabedoria e resiliência são uma fonte de inspiração constante para mim.

Agradeço a minha orientadora Jôina Freitas Borges que é pura inspiração. Obrigada pela desconstrução tão necessária, por suas contribuições extremamente significativas e por seu afeto tão reconfortante. Foi uma honra ter aprendido com você.

Agradeço a comunidade da Boa Esperança que sempre foi muito generosa em nos receber, conversar e nos ensinar um pouco sobre seus saberes, modos de vida e resistências. As rodas de conversa com vocês sempre significaram aprendizado constante e esses encontros foram fundamentais para que eu pudesse me perceber no mundo e entender como deveria conduzir este trabalho em consonância com suas lutas incessantes. Ainda assim, ciente de que posso não ter feito muito, espero ter contribuído positivamente de alguma forma.

Agradeço aos meus amigos e amigas que a escola e a universidade me deram, Jorgiana, Fernanda, Alberth, Estevam, vocês sempre tornaram as coisas mais leves e suportáveis. Obrigada Andreza e M. Lídia por me ajudar a lidar com as dificuldades e estresse que só a universidade pode proporcionar, foi uma honra passar horas tentando fazer os cálculos de Estatística com vocês (embora tenhamos descoberto mais tarde que ainda estavam errados), mas é sobre isso.

Agradeço especialmente ao grande arqueólogo e querido amigo Tomtom (*in memoriam*) pelos divertidos anos de amizade, pelas lembranças incríveis que construímos ao longo do caminho e pela aula introdutória que foi de suma importância no meu desempenho acadêmico, onde você elucidou o que eu poderia esperar do curso e dos professores. Obrigada amigo.

Por fim, expresso minha profunda gratidão a todas as pessoas que aqui não mencionei, mas que contribuíram direta e indiretamente na minha formação pessoal e profissional. Muito obrigada.

Passados mais de 500 anos de genocídio contínuo, nossos algozes têm certamente procurado se sofisticar, procurando diferentes técnicas para melhor chegar ao seu principal objetivo: varrer-nos do mapa.

Raial Orutu Puri (2016)

RESUMO

A comunidade tradicional da Avenida Boa Esperança que tem suas raízes na zona norte da cidade, testemunhou no ano de 2007 a política de colonização contemporânea a ser implementada pela Prefeitura de Teresina através do Programa Lagoas do Norte. Um projeto que utiliza a revitalização urbana como subterfúgio para impor a desterritorialização dos moradores de seus lugares, esses coletivos diretamente afetados são compostos por oleiros, griôs, antigos vaqueiros, pescadores, lavadeiras, praticantes de religiões de matrizes africanas, pessoas pretas que não pertencem a elite econômica da cidade e que vivem de maneira simples nas margens dos rios Poti e Parnaíba, utilizando-se das ciências ancestrais para conviver em harmonia com a natureza. Embora estes cidadãos e cidadãs sejam responsáveis pela construção desta capital, permanecem historicamente marginalizados, sofrem com o racismo ambiental presente na desassistência do poder público, com a normalização das violências, com as práticas discriminatórias e com a insalubridade propositalmente instituída na comunidade. A partir do exposto pretendi discutir como as desapropriações tem afetado as pessoas, seu lugar e patrimônio pelo viés da arqueologia comunitária em busca de uma arqueologia socialmente engajada.

Palavras-Chave: Arqueologia Comunitária; Comunidade; Desterritorialização; Racismo Ambiental.

ABSTRACT

The traditional community on Avenida Boa Esperança, which has its roots in the northern part of the city, witnessed in 2007 the contemporary colonization policy to be implemented by Teresina City Hall through the Lagoas do Norte Program. A project that uses urban revitalization as a subterfuge to impose the deterritorialization of the residents of their places, these collectives directly affected are composed of potters, griots, former cowboys, fishermen, washerwomen, practitioners of religions of African matrices, black people who do not belong to economic elite of the city and who live in a simple way on the banks of the Poti and Parnaíba rivers, using ancestral sciences to live in harmony with nature. Although these citizens are responsible for building this capital, they remain historically marginalized, suffering from the environmental racism present in the lack of assistance from the public power, the normalization of violence, discriminatory practices and the unhealthiness purposely instituted in the community. Based on the above, I intended to discuss how expropriations have affected people, their place and heritage through community archeology in search of a socially engaged archeology.

Keywords: Community Archaeology; Community; Deterritorialization; Environmental Racism.

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1 e 2 - Passeio na comunidade da Boa Esperança por uma trilha à beiro rio	21
Figuras 3 e 4 - Manifestações contra as desapropriações do PLN nos muros da Avenida Boa Esperança	80
Figuras 5 e 6 - Faixas e cartazes de manifestações contra as desapropriações do PLN, acervo do Museu da Resistência da Boa Esperança	81
Figuras 7 e 8 - Artefatos do museu ainda no espaço da casa da Dona Davina.....	86
Figuras 9 e 10 - Artefatos doados pela comunidade para o acervo do Museu da Resistência da Boa Esperança	88
Figura 11 - Exposição de parte do acervo do Museu da Boa Esperança no MAP	88

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Demarcação do perímetro urbano de Teresina entre 1981-1995 (s/ esc.).....	48
Mapa 2 - Localização da Avenida Boa Esperança	60
Mapa 3 - Localização dos bairros afetados pelo PLN	69
Mapa 4 - Localização da área de influência da Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Mapeamento de conflitos do Piauí.....	56
Quadro 2 - Bairros por área de intervenção do PLN.....	70
Quadro 3 - Quantidade de imóveis previstos para Remoção pelo PRI 1.....	70
Quadro 4 - Número de Famílias Atendidas por Tipo de Afetação - PRI 1.....	71

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Valores de empréstimos para obras públicas em 2023 com destaque ao PLN e Projeto Vida Rios	77
---	----

LISTA DE SIGLAS

CDFS – Centro de Defesa Ferreira de Sousa

CF – Constituição Federal

COVID - Corona Vírus Disease

GEPP - Grupo de Estudos Pedagogias para os Patrimônios

MAP – Museu de Arqueologia e Paleontologia

PI - Piauí

PLN – Programa Lagoas do Norte

PMT – Prefeitura Municipal de Teresina

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 DA ARQUEOLOGIA NACIONALISTA A ARQUEOLOGIA SOCIAL	24
2.1 Arqueologia Comunitária	31
3 RACISMO ESTRUTURAL NA BOA ESPERANÇA – DA SOCIEDADE ESCRAVOCRATA COLONIAL BRASILEIRA AO RACISMO AMBIENTAL ATUAL	37
3.1 Conflitos Socioespaciais no Território Colonial Piauiense	43
3.2 Racismo Ambiental.....	49
3.3 O progresso que exclui as “minorias”	53
3.4 O Racismo Ambiental na Comunidade da Avenida Boa Esperança	59
3.5 Programa Lagoas do norte – PLN.....	66
3.6 Projeto Vida Rios	74
4 A COMUNIDADE TRADICIONAL DA BOA ESPERANÇA RESISTE À COLONIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA.....	78
4.1 Lagoas do Norte, pra quem?.....	79
4.2 Centro de Defesa Ferreira de Sousa e Museu da Resistência da Boa Esperança	82
4.3 Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS	95

1 INTRODUÇÃO

[...] tanto o pesquisador quanto sua vítima compartilham, embora muitas vezes não se comuniquem, de um mesmo universo das experiências humanas. [...] Apesar das diferenças e por causas delas, nós sempre nos reconhecemos nos outros e eu estou inclinado a acreditar que a distância é o elemento fundamental na percepção da igualdade entre os homens. Deste modo, quando vejo um costume diferente é que acabo reconhecendo pelo contraste, meu próprio costume (DAMATTA, 1981, p. 23).

Este trabalho de conclusão de curso foi pensado, elaborado e escrito por uma mulher preta, nascida e criada na zona norte de Teresina e que de certa forma se reconhece nos habitantes da Boa Esperança, não somente por nossa cor de pele, mas também por ter tido vivências similares que fui descobrindo ao longo da construção deste trabalho e que gostaria de mencionar.

Descendente de negros e negras escravizadas, sou filha de uma professora que desde cedo aprendeu a lidar com a terra por ter crescido em uma “quinta” no Alto do Bode, criando animais de pequeno porte e cultivando o que a terra dava (milho, feijão, abóbora, macaxeira, quiabo) para sobreviver.

Os conhecimentos adquiridos por minha mãe foram passados para seus três filhos, desde o entendimento sobre nossa espiritualidade ao conhecimento sobre a terra, sobre os períodos de chuvas, o período das frutas, quais benefícios poderíamos obter ao comê-las, quais ervas e plantas são utilizadas para fazer chá, dentre outros ensinamentos que aos poucos íamos tentando assimilar.

Nosso lugar na zona norte é próximo ao rio Poti, o que contribuiu para uma infância na margem do rio. Em suas folgas meu pai costumava levar meus irmãos e eu para pescar (era o lazer que complementava nossa alimentação), nos ensinava a fazer iscas, os nomes dos peixes que pescávamos e a melhor forma de pegar cada um. Exímio conhecedor da fauna e flora, ele dificilmente não sabe a qual passarinho pertence determinado canto ou quais animais podem ser encontrados em uma localidade específica, além de ser responsável pelo plantio de árvores frutíferas no entorno de casa como manga, caju, tamarindo que ainda resistem à urbanização.

Entendendo minha ancestralidade, minhas vivências e o meu lugar ao escrever este trabalho, percebo que o Programa Lagoas do Norte também poderia impactar de forma negativa minhas raízes, pois são compostas por pessoas pretas que não pertencem

a elite econômica de Teresina, que habitam o bairro Mocambinho¹ (que está inserido no programa) desde a sua fundação na década de 80.

A intenção deste relato é demonstrar que outras arqueologias são possíveis, a exemplo da Arqueologia Social Inclusiva proposta por Mendonça (2015, p. 113):

[...] entendo que essa ciência como um sistema de conhecimentos vai para muito além de uma disciplina de escavações de campo e seus resultados sistematizados, abrangendo também ideias, símbolos, imagens, mitos e, por que não dizer, sentimentos. Embora tenha como fonte de investigação objetos concretos, a arqueologia desenvolverá imagens dependentes do intangível da sociedade em que está inserida, não importando a época em que foram elaboradas, e, através delas, despertará o sentimento de identidade e pertença das comunidades numa construção solidária e capaz de incluir e transformar vidas, gerando oportunidades de desenvolvimento social.

Esta é uma disciplina que não precisa ser necessariamente um estudo sobre algo “pré-histórico” ou escavações arqueológicas, análise de arte rupestre, prédios, casarões e fazendas históricas tombados ou não. Ela pode ser também construída por um viés social através do estudo de comunidades tradicionais, suas vivências, conhecimentos, materialidade, patrimônio cultural e relações socioespaciais.

Deste modo, a abordagem social a qual este trabalho se propõe, versa sobre as narrativas que desde seus primórdios a arqueologia questiona e silencia, pois ainda que comunidades tradicionais sejam detentoras de uma gama de conhecimentos, são validados apenas aqueles produzidos na academia. O cientificismo em detrimento ao empirismo concede a estes sujeitos a permissão para adentrar seus muros institucionais apenas quando são objetos de estudo e assim:

quando os atores ou agentes chegam (timidamente) aos (poucos) espaços de poder (a que são autorizados), não podem exercer o poder do ponto de vista de seus próprios saberes, sendo-lhes outorgado somente o exercício (diminuto) do poder dentro dos limites instituídos pelos discursos hegemônicos, dominantes ou coloniais/colonizadores (FERNANDES, et al., 2017, p. 81).

¹ “O bairro foi construído em uma área que pertencia a uma antiga fazenda, de mesmo nome, que na etimologia da palavra significa “cabaninha”. Sua construção se deu em três etapas, a primeira no ano de 1982, com a oferta de 3031 residências, a segunda no ano de 1984, com 976 casas, e a última etapa no ano de 1986, com 1132 residências. De fato, os novos bairros foram construídos distante do centro da cidade de forma que não impedissem a expansão das áreas empobrecidas, um movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial. E o bairro Mocambinho [...] não foge à regra, foi construído em um espaço que era considerado o extremo Norte da capital piauiense, inserido no processo de segregação espacial da cidade de Teresina” (LIMA FILHO, 2014, p. 4-5).

Nesta perspectiva, ao iniciar a graduação em arqueologia me deparei com diversas possibilidades de estudos e metodologias, mas foi na disciplina de História da América Portuguesa que o véu do método de ensino no qual não aprendemos, apenas decoramos fatos e datas foi arrancado de nossos olhos e então pude pensar fora da caixa ao aprender sobre a decolonialidade² que até então não tinha sequer ouvido falar.

A leitura e discussão de autores como Quijano (2005), Chakrabarty (2009), Costa e Grosfoguel (2016), Alencastro (2000), Pezzodipane (2013), Abbeville (1945), Hemming (2007), entre outros pesquisadores/as contribuíram significativamente para a construção do pensamento crítico da narrativa unilateral há muito propagada. Assim, pude entender “a história que a História não conta”, como diz o samba-enredo campeão da Escola Mangueira em 2019, e a importância dos sujeitos históricos que ironicamente não são retratados nos livros da maneira que deveriam. O tal do ensino que não ensina, como bem enfatiza Gabriel, o Pensador quando diz: “Não me faça decorar as capitanias hereditárias!³”. Foi durante esses momentos de desconstrução que descobri por qual caminho da arqueologia gostaria de seguir.

Assim, a ideia deste trabalho surge a partir de conversas com a professora Jóina sobre a luta dos moradores da Boa Esperança contra o Programa Lagoas do Norte, pesquisas sobre essa política de desterritorialização e também de conversas que tive com meus pais sobre o nosso lugar, as transformações que nele ocorreram, seus modos de vida e relações sociais. Tais contribuições me fizeram perceber enquanto escrevo que não falo apenas sobre o racismo ambiental que incide sobre meus semelhantes, mas também sobre a importância do reconhecimento de seus saberes, vivências e sua plena capacidade de identificar e gerir seu patrimônio.

Pretendo que esta monografia seja de alguma forma mais uma ferramenta que promova a discussão da prática arqueológica tradicional, entendendo meu lugar de fala

² “É assinalar a necessidade de visibilizar, enfrentar e transformar estruturas e instituições que diferencialmente posicionam grupos, práticas e pensamentos dentro de uma ordem e lógica que, ao mesmo tempo e ainda, é racial, moderno-ocidental e colonial. Uma ordem em que todos fomos, de uma maneira ou outra, participantes. Assumir esta tarefa implica em um trabalho de orientação decolonial, dirigido a romper as correntes que ainda estão nas mentes, como dizia o intelectual afrocolombiano Manuel Zapata Olivella; desescravizar as mentes, como dizia Malcolm X; e desaprender o aprendido para voltar a aprender, como argumenta o avô do movimento afroequatoriano Juan García. Um trabalho que procura desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade – estruturas até agora permanentes – que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos. É a isso que me refiro quando falo da decolonialidade” (WALSH, 2009, p. 24).

³ Trecho da música Estudo errado de autoria de Gabriel, o Pensador, 1995.

e principalmente de escuta, pois sei que nós (os subalternizados) estamos do mesmo lado da corda, o lado que ainda sofre com as mazelas da colonização e do sistema que utiliza a educação para se perpetuar.

Reafirmando o lado da História ao qual pertenço, busquei uma abordagem livre dos preceitos eurocêntricos, racistas, capitalistas e patriarcais, para isto escolhi produzir este trabalho em primeira pessoa, preocupando-me em não alimentar a categoria de pensamento engessada e positivista que oportuniza a violência epistêmica⁴.

Logo, é partindo da perspectiva decolonial que a presente pesquisa intitulada Racismo ambiental na comunidade tradicional⁵ da avenida Boa Esperança (PI) a partir da perspectiva da arqueologia comunitária, tem a intenção de demonstrar o grande problema que a comunidade vem sofrendo nos dias atuais, em decorrência do racismo ambiental evidenciado pela especulação imobiliária, uma vez que, por se tratar de uma população marginalizada, essas pessoas têm sido vítimas de desapropriações em razão do projeto de requalificação urbana chamado Lagoas do Norte, que vem sendo implementado pelas autoridades políticas do município de Teresina desde 2007.

Esses moradores exercem atividades econômicas que dependem do seu território, tais como olaria, horticultura, pesca e cerâmica, além de criarem animais de pequeno porte e cultivarem plantas medicinais. Muitos se definem como vazanteiros e povos de terreiro: os primeiros desenvolveram uma cultura que aproveita a vazante do Rio Parnaíba, que fica no quintal de suas casas, para plantar itens de subsistência, tais como quiabo e macaxeira; já os segundos são praticantes de religiões de matriz africana, principalmente a umbanda.

⁴ “A violência epistêmica se apresenta como uma relação de poder e dominação perpetrada no campo do conhecimento, permitindo que determinada visão de mundo se imponha sobre outras, impossibilitando sistemas de conhecimento e produção de saberes alternativos e alterando as visões dos povos colonizados” (GNECCO, 2009 *apud* SILVA; BALTAR; LOURENÇO, 2018, p. 71).

⁵ O Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 institui Povos e Comunidades Tradicionais como: I - Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Dessa forma, esta pesquisa tem como propósito principal analisar através do aporte teórico da arqueologia comunitária, como o racismo ambiental está presente nos processos de desapropriações que acontecem na comunidade residente à Avenida Boa Esperança (PI) em razão do Programa Lagoas do Norte implementado pela prefeitura de Teresina.

Para conhecer e aprender sobre a comunidade, sua história, luta e patrimônio, foram propostos os seguintes objetivos específicos: realizar uma pesquisa bibliográfica para analisar os aportes teóricos e a história da comunidade, utilizando referências bibliográficas relevantes; realizar prospecções de reconhecimento para conhecer a comunidade e o seu patrimônio; utilizar recursos audiovisuais produzidos pela comunidade da Boa Esperança e outros agentes para obter informações sobre os aspectos culturais, locais de relevância histórica, assim como perceber como o processo de desapropriação tem afetado esses coletivos a partir de suas narrativas.

Dentro desta problemática, ao se pesquisar sobre o tema escolhido não se encontram trabalhos que se atenham diretamente ao racismo ambiental pela perspectiva da arqueologia. O que se encontram são pesquisas relacionadas ao racismo ambiental realizadas por outras áreas de estudo, como psicologia, educação ambiental, direito, entre outros. Assim, buscando refletir sobre a disciplina enquanto ciência social e como essa discussão tem contribuído para uma reflexão crítica sobre sua prática, utilizei os conceitos de arqueologia de Langer (1999), Funari (2006, 2013), Trigger (2004), Alarcão (1983), Lumbreras (1981), Binford (1962), Hodder (1994), Ferreira (2008), Fernandes (2007), Lima (2007) e utilizei o arcabouço teórico da arqueologia comunitária em Funari (2013), Gomes, Costa e Santos, Da Costa (2014), Ferreira (2008), Silva (2009), Tully (2007) em busca de produzir uma arqueologia socialmente engajada ao procurar entender como o racismo ambiental é institucionalizado na comunidade da Avenida Boa Esperança.

Deste modo, utilizei definições para além da arqueologia, mas que dialogam com a perspectiva trabalhada. Tais contribuições teórico-metodológicas atuam sobre grupos marginalizados e contribuem significativamente para uma arqueologia como ação política. Assim, tem-se a ideia de Raça apresentada por Quijano (2005), Racismo por Almeida (2019), Silva e Lúzio (2019), Silva (2018), Munanga (2003), Racismo ambiental por Chavis (1993), Herculano (2008), Justiça ambiental por Bullard (1982,

Pacheco e Faustino (2013), Necropolítica denunciada por Mbembe (2003) e Gentrificação por Furtado (2014).

A metodologia utilizada para a produção deste trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa⁶. Utilizando-se de levantamento bibliográfico e documental, prospecção de reconhecimento e análise de informações orais cedidas pela comunidade em entrevistas publicadas em plataforma online (youtube).

São recortes de entrevistas realizadas pela perspectiva de outras áreas de atuação e pelos moradores da Boa Esperança, às quais submeti às minhas interpretações e aqui reconheço que neste molde acadêmico a comunidade possa ser entendida como objeto de estudo e não ser participante da pesquisa, pois posso não ter ido a fundo no que propõe a arqueologia comunitária, uma vez que, apenas tomei por base suas percepções e as incorporei a este trabalho.

Necessariamente, as narrativas daquelas que foram forçadas ao lugar do Outro, serão narrativas que visam trazer conflitos necessários para a mudança. O não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os Outros, enquanto esses Outros permanecem silenciados (RIBEIRO, 2017, p. 78).

Entretanto, ressalto que o conhecimento ancestral é válido, vasto e transformador e que pode ser disseminado sem a necessidade de um interlocutor, com esse propósito busco a partir da análise da oralidade da comunidade uma abordagem qualitativa do que Neto (2017, p. 39) propôs ser “adequada para entender a natureza de um fenômeno social, ao tentar compreender os significados, e não ser objetiva [...]”. As pesquisas qualitativas lidam com situações complexas ou particulares”.

É importante dizer que a pesquisa qualitativa vem conferir significado a vários objetos de estudo que não podem ser mensurados de forma metódica, modelística e convencional aos olhos daqueles que não conferem cientificidade a ela, já que faz ciência a partir da vivência, da complexidade e da subjetividade contidos nas relações sociais cotidianas (MARQUES; VIANA; SCABELLO, 2020, p. 234-235).

⁶ “A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de casos; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais/registros de campo; históricos interativos e visuais – que descrevem momentos significativos rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Portanto, os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance” (DENZIN; LINCOLN, et al., 2006, p. 17 *apud* GUERRA, 2014, p. 15).

No primeiro momento foram realizadas consultas em livros que pudessem respaldar a pesquisa, a partir de temas da arqueologia, arqueologia comunitária, racismos, injustiça ambiental, patrimônio arqueológico, colonialidade. Logo após, foram feitas pesquisas em trabalhos acadêmicos, em documentos disponibilizados pela PMT como o plano de controle ambiental de Teresina (2017), documentos elaborados pela comunidade como a Carta à Raquel Rolnik (2019) e o Relatório e Recomendação do Painel de Inspeção sobre o Projeto de Melhoria da Qualidade de Vida e Governança Municipal de Teresina - Programa Lagoas do Norte (2019) que questionam o financiamento, implementação e denunciam irregularidades do PLN para suporte teórico deste trabalho.

Depoimentos e entrevistas audiovisuais com moradores/as da Boa Esperança presentes em canais da plataforma online de distribuição digital de vídeos na internet (Youtube), também foram analisados, são eles:

1. Depoimento: Maria Lúcia. Disponível em “Lagoas do Norte, pra quem? Parte – 1”, publicado no canal Comunicativas (2017);
2. Depoimentos: Maria Lúcia e Raimundo Pereira da Silva Filho. Disponível em “05 de junho - homenagem das comunidades tradicionais de Teresina à Natureza”, publicado no canal Centro de Defesa Ferreira de Sousa (2021);
3. Entrevista: Dona Oscarina. Disponível em “Os invisíveis que vivem do Rio, - parte 1 – Dona Oscarina”, publicado no canal Ocorre Diário (2022);
4. Entrevista: Dona Maria. Disponível em “Mulheres negras e Direito à Cidade: Dona Maria”, publicado no canal Ocorre Diário (2022);
5. Entrevista: Seu Raimundo. Disponível em “Invisibilizados que vivem do Rio, Episódio 2”, publicado no canal Ocorre Diário (2022);
6. Depoimento: Raimundo Pereira da Silva Filho. Disponível em “Novinho conta a história da comunidade Boa Esperança”, publicado no canal Centro de Defesa Ferreira de Sousa (2021);
7. Depoimento: Raimundo Pereira da Silva Filho. Disponível em “Lançamento do Museu Virtual da Boa Esperança | Reconexão Periferias”, publicado no canal da Fundação Perseu Abramo (2021);

8. Depoimento: Mãe Alice. Disponível em “Religando Vivências”, publicado no canal Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança (2017).

Ademais, foram realizadas nos dias 13 de março de 2020, 16 de dezembro de 2022 e 10 de março de 2023 (sempre em horário vespertino) prospecções de reconhecimento na comunidade, assim definida por Renfrew e Bahn (1993, p. 67-68):

[...] de modo geral, os arqueólogos elegem deliberadamente um método de superfície como fonte de informação regional, com o fim de investigar questões específicas que os interessem e que a escavação não poderia resolver. A prospecção de reconhecimento engloba uma ampla variedade de técnicas: não só de identificação de sítios e o registro ou coleta de artefatos superficiais, como também, algumas vezes, a amostragem dos recursos naturais e minerais, como a pedra e a argila. Boa parte da prospecção atual se dedica ao estudo da distribuição espacial das atividades humanas, as diferenças regionais, as mudanças populacionais ao longo do tempo e as relações entre o homem, a terra e os recursos.

Em 2020, eu e outros três colegas de curso fomos convidados por nossa orientadora professora Jóina Borges para conhecer a comunidade da Boa Esperança, onde visitamos a casa da Dona Davina. Neste momento, ouvimos sobre a comunidade, observamos seus modos de vida, presenciamos a manifestação de sua religiosidade na apresentação de Luzia Amelia e cantos que a acompanhavam pelas ruas do bairro e também conhecemos o museu da Resistência Boa Esperança que inicialmente se localizava nesta casa.

Devido a pandemia da COVID-19 ficamos impossibilitados de realizar outras visitas, voltando a visitar a comunidade em 2022 onde conversamos livremente com Maria Lúcia de Oliveira, líder comunitária, no museu que agora ocupa o espaço de uma escola que estava abandonada há 5 anos. Nesta roda aprendemos um pouco mais sobre as vivências dos moradores locais, sobre a importância do museu em suas vidas e artefatos que contam suas histórias.

Ademais, visitei o museu da Resistência da Boa Esperança no dia 04 de março de 2023 (pela manhã) para participar da Oficina intitulada “Capacitação para realização de Inventário do acervo do Museu da Boa Esperança” ministrada pelos professores Vinícius Melquíades e Jóina Borges, na qual a professora Andréa Scabello também estava presente. Esta oficina é vinculada ao evento Encontro dos Saberes: Pedagogias para o patrimônio no período de 27 de fevereiro de 2023 a 18 de março de 2023.

Este evento também oportunizou a oficina “Afrofilosofia através de Diálogos Afro musicais” ministrada por Baibai⁷ (Membro do Conselho do Museu da Resistência da Boa Esperança) no dia 03 de março de 2023 (no período da tarde), onde tivemos a oportunidade de aprender um pouco mais sobre os povos africanos, sua musicalidade, instrumentos e como estas sonoridades foram incorporadas a outros ritmos musicais brasileiros. Logo após esta aula, foi realizada a Roda de conversa “Saberes Ancestrais” com Maria Lúcia de Oliveira Sousa, neste momento enriquecemos nosso entendimento sobre a comunidade da Boa Esperança, suas relações comunitárias, ciências e sua luta frente ao capitalismo.

Ainda neste Encontro foi realizada no dia 10 de março de 2023 uma visita dos estudantes da UFPI ao museu da Resistência da Boa Esperança, onde participamos de uma roda de conversa com a comunidade e podemos conhecê-la um pouco mais de perto ao sermos levados em uma caminhada pelas ruas do bairro até o rio. Durante este trajeto podemos observar as denúncias contra o PLN presentes nos muros das casas, passamos pela residência de Dona Davina (onde se localizava o museu inicialmente), observamos também a mudança no clima quando adentramos a vegetação por uma trilha, assim como a presença de “*soins*” e árvores frutíferas. Finalizamos nossa caminhada com uma conversa com Seu Luís, pescador (embora já aposentado por este ofício) que nos contou (em uma narrativa totalmente distinta dos capitalistas) um pouco sobre como é morar na beira do rio e dele viver.

Figuras 1 e 2 - Passeio na comunidade da Boa Esperança por uma trilha à beira rio



Fonte: Arquivo da autora (2023)

⁷ Responsável por nos ensinar o sentido contrário, negacionista que o prefixo *des* emprega à palavra desenvolvimento.

Ressalto que durante as prospecções não foram realizadas interferências na paisagem, uma vez que não se pretendia fazer nenhum tipo de intervenção arqueológica na localidade em questão, apenas observar e aprender sobre os aspectos culturais da comunidade. Deste modo, foi possível conhecer as histórias pela perspectiva de quem as vive, seja sobre o surgimento da comunidade, seus costumes e expressividades, sua importância para a construção da capital, além dos desafios e impactos negativos decorrentes do PLN imposto aos coletivos que lá vivem.

À vista disso, a metodologia de pesquisa adotada se fundamenta na arqueologia comunitária que pode contribuir na visibilização dos grupos marginalizados e fornecer um relato histórico sobre essas pessoas. Além disso, esta arqueologia também pode ser utilizada como instrumento de promoção da igualdade social, uma vez que atua para o reconhecimento e a valorização das diversas culturas existentes no meio social.

Assim, o presente trabalho está estruturado em uma narrativa que se divide em três capítulos, além da introdução e considerações finais. O primeiro foi intitulado *Da arqueologia nacionalista a arqueologia social*, onde se pretende discutir sobre as nuances da arqueologia no contexto colonialista, racista, evolucionista, eurocentrado, nacionalista, elitista e um breve panorama do pensamento arqueológico a partir da adoção de correntes teóricas. Esta apresentação inicial busca dar suporte para refletir sobre a arqueologia comunitária que pode trazer à tona diversas questões sociais, culturais e históricas atuando sob uma perspectiva colaborativa.

O segundo capítulo denominado *Racismo Estrutural na Boa Esperança – Da sociedade escravocrata colonial brasileira ao racismo ambiental atual* propõe abordar as relações sociais no Brasil colonial até a institucionalização do racismo. Para tanto se pretende evidenciar e discutir conceitos chave para essa pesquisa presentes nos subtópicos denominados *os conflitos socioespaciais no território colonial piauiense, o racismo ambiental, o progresso que exclui as minorias, o racismo ambiental na comunidade da avenida Boa Esperança, o PLN – Programa Lagoas do Norte e o Projeto Vida Rios* que abordam desde o contexto histórico da ocupação e formação da sociedade piauiense ao racismo ambiental sofrido por aqueles que construíram Teresina.

O terceiro capítulo, assim definido *A comunidade tradicional da Boa Esperança resiste à colonização contemporânea*, apresenta as estratégias de resistência da comunidade para com a política de descaso e desterritorialização normalizada pelo poder público.

Por fim, nas considerações finais pretendo refletir sobre os questionamentos, as desconstruções e os aprendizados para além da academia que tive a honra de vivenciar ainda que de forma sutil, mas que foram fundamentais para que eu pudesse pensar e produzir (e repito, ainda que de forma sutil) uma arqueologia comunitária.

2 DA ARQUEOLOGIA NACIONALISTA A ARQUEOLOGIA SOCIAL

Em linhas gerais, pode-se dizer que a história da arqueologia institucionalizada começa com o surgimento da figura do arqueólogo. Até o final do século XVIII, o estudioso da Antiguidade era o antiquário, que, a partir daí, é substituído pelo arqueólogo. Com a nova figura do arqueólogo, as pesquisas se desenvolveram na medida em que escavações foram sendo realizadas. Todavia, de início, as realizações eram de caráter individual, até que se tornasse coletiva ao longo do século XIX. Ainda que diferentes instituições tenham promovido o surgimento de uma ciência arqueológica e a institucionalização da disciplina, elas significaram também um interesse dos Estados pelo patrimônio monumental de seu passado, levando-os à apropriação dos mesmos e influenciando, assim, os rumos da pesquisa arqueológica (FUNARI, 2013).

A arqueologia surge tradicionalmente por meio das escavações e consequente acúmulo de materiais antigos em um cenário colonialista, nacionalista, racista, evolucionista, eurocentrado e elitista.

No início do oitocentos, a quantidade de expedições e escavações arqueológicas foi extremamente numerosa. Se por um lado, essas pesquisas já pertencem a uma nova concepção metodológica, dita científica e moderna, estavam totalmente vinculadas aos princípios expansionistas das grandes potências mundiais. É muito difícil separar a Arqueologia clássica deste período do colonialismo europeu: “as ruínas e as obras-primas do passado constituem-se, paralelamente, em importantes elementos ideológicos na manutenção das estruturas de poder, legitimando regimes políticos dos mais variados matizes (FUNARI, 1988 p. 51 *apud* LANGER, 1999, p. 105).

A busca pelo objeto ocasionou um colecionismo desenfreado que produzia muita informação e pouco conhecimento. Essa prática continuou de certa forma condizente com o paradigma teórico chamado Histórico-Culturalismo (década de 1950), que se fundamentava principalmente na análise descritiva da cultura material e de sítios arqueológicos, observando a cronologia e espacialidade às quais pertenciam o artefato encontrado, o qual teria sido produzido dentro de uma cultura homogênea.

A mudança de pensamento arqueológico vem através da adoção de correntes teóricas pautadas na interpretação dos dados, assim, na década de 1960 surge o Processualismo que nasce a partir dos trabalhos de Lewis Binford (1962) onde a arqueologia persegue um caráter científico mais objetivo, positivista e funcionalista em que se faz uso da observação antropológica para o entendimento da evidência

arqueológica, com ênfase em uma abordagem sistêmica de generalizações sobre o comportamento humano e determinismo ambiental.

Tempos depois, Ian Hodder (1994) ajuda a difundir o Pós-Processualismo na década de 80, trazendo a discussão em relação ao caráter subjetivo das interpretações arqueológicas, uma vez que nesta perspectiva se entende que o passado é construído a partir da inter-relação dos indivíduos em sociedade.

De qualquer forma, a arqueologia ainda é potente como discurso sobre a identidade de uma nação. A construção de uma identidade nacional incide sobre a justificativa de criar idealizações para a formação social de um país. Na sociedade brasileira, tal pensamento oculta os reais problemas ainda presentes na atualidade como as práticas discriminatórias, racistas, violentas e excludentes. Ademais, a configuração social e histórica definida em dominantes e dominados apresenta uma sociedade hierarquizada que estabelece padrões sociais a partir de artifícios de dominação, como a cultura, o enaltecimento do opressor, a invisibilização histórica das minorias e coloca as comunidades tradicionais vistas como força de trabalho e ser marginalizada. Durkheim (2007 *apud* TOMAZI, 2014 p. 24) salienta que “a sociedade sempre está acima do indivíduo, dispondo de certas regras, normas, costumes e leis que asseguram sua perpetuação”. Daí a necessidade de se desenvolver o pensamento arqueológico crítico em contrapartida às narrativas ideológicas coloniais.

Segundo Lima (2007, p. 12):

Arqueologia, nacionalismo e construção de identidades nacionais sempre andaram perigosamente juntos, desde que movimentos políticos nacionalistas eclodiram por toda a Europa no século XIX, e, não por acaso, a arqueologia se consolidou como disciplina acadêmica paralelamente a esses movimentos. O surgimento do nacionalismo como doutrina política trouxe consigo a necessidade de construção de histórias nacionais, de mitos fundadores da nação, relatando sua origem e formação, com profundidade temporal suficiente para legitimá-la, na medida em que não há nação sem tradição, sem passado. Os estudos históricos foram intensificados para atender a essa demanda, mas a insuficiência ou mesmo inexistência, em alguns casos, de registros documentais para períodos recuados transferiu para a arqueologia a tarefa de encontrar as raízes mais fundas para essas narrativas. A disciplina assumiu, portanto, desde o seu nascedouro, uma inevitável e acentuada dimensão política, a par da sua feição científica.

A política dos europeus em legitimar a hegemonia e exploração dos povos encontrados no “Novo Mundo”, se dá a partir da observação da diferença entre

colonizadores e povos originários, tidos como civilizados e selvagens respectivamente, consolidando assim a hierarquia entre esses grupos.

A América constituiu-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade. [...] A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005, p. 117).

A identidade racial surge a partir do elitismo cultural europeu que a utiliza como ferramenta de consolidação de seu pensamento racista, pois limita o indivíduo a uma raça inferior, a condição de animal por não ter, na concepção eurocêntrica, escrita, leis, economia, Estado ou religião. Sendo apontados ainda como ignorantes e ingênuos frente ao potencial econômico de suas terras. Deste modo, os invasores justificaram a conquista e exploração dos povos africanos e americanos como algo natural, implementando suas políticas colonialistas.

Logo, ao definir as sociedades do “Novo Mundo” pelas construções subservientes do discurso, os supremacistas justificavam a violência religiosa praticada durante o processo de catequização, a classificação do Outro em “gentio”, a promoção de guerras intertribais e o evolucionismo cultural estabelecido pelo modelo europeu em selvagem-bárbaro-civilizado se constituíam como importantes mecanismos de dominação.

No final do século XIX, foram realizadas as primeiras escavações arqueológicas nos sambaquis de Santa Catarina, por Von den Steinen, e em sítios do Amapá, por Emílio Goeldi. Na perspectiva daquela época, tratava-se essencialmente de encontrar objetos que permitissem saber qual era o “patamar evolutivo” atingido pelos indígenas brasileiros em relação a uma escala estabelecida na Europa. Considerava-se que os nativos do Brasil eram muito primitivos, e que seus ancestrais seriam incapazes de elaborar as belas cerâmicas e

esculturas de pedra encontradas em vários sítios. Dessa forma, muitos atribuíram as cerâmicas Marajoara a povos fenícios ou gregos – que teriam desembarcado aqui na Antiguidade –, e as esculturas dos sambaquis a uma influência das culturas andinas (PROUS, 2006, p. 8).

Na contramão da concepção de que os povos originários dos territórios colonizados não possuíam capacidade intelectual para representar, construir e produzir vestígios arqueológicos, pode-se mencionar a arte rupestre, as estruturas (sambaquis, enterramentos, habitações), materiais líticos, os vestígios cerâmicos e construção e uso da paisagem. Estes artefatos representam uma ação universal que constitui a documentação das experiências desses coletivos ao demonstrarem uma linguagem simbólica, através de traços culturais com definições específicas dos grupos que os fabricaram. Sua interpretação possibilita obter informações importantes sobre o modo de vida de seus criadores, afirmação de identidade pessoal e étnica, transmissão de códigos culturais, além da compreensão da consciência baseada nos elementos fundamentais da dinâmica cognitiva do indivíduo que possibilitam mudar o conceito tradicional pelo qual têm sido descritos os primeiros habitantes do território brasileiro.

Portanto, na escala evolutiva europeia como bem salientou Las Casas (*apud* LAPLANTINE, 1988, p. 26), os indígenas não são selvagens ou bárbaros, são seres racionais com aspectos sociais definidos que se relacionam entre si e que podem superar os padrões culturais europeus. Esta definição também se aplica aos corpos pretos desterritorializados e escravizados.

Nas décadas de 1860 e 1870, os arqueólogos continuaram a acreditar nas origens evolutivas da sociedade europeia. Todavia, nesse período eles estavam inclinados a dar explicações raciais para o fracasso de outras sociedades em evoluir tanto quanto a sua. A explicação darwiniana dessas diferenças raciais, popularizada por Lubbock, reforçou ideias racistas inerentes a situações coloniais, e também as que já tinham influenciado a interpretação de evidências arqueológicas nos Estados Unidos. Onde quer que colonos europeus estivessem empenhados em estabelecer-se em meio a populações nativas, o desenvolvimento da arqueologia tinha muito em comum. Presumia-se que as sociedades nativas eram estáticas e as evidências de mudanças no registro arqueológico, quando notadas, eram atribuídas a migrações, e não ao dinamismo interno. O racismo subjacente a determinadas interpretações era sempre mais implícito que declarado. Fosse como fosse, a arqueologia colonialista servia à depreciação das sociedades nativas que os colonizadores europeus queriam dominar, ou substituir: oferecia aos colonizadores testemunhos de que, em tempos pré-históricos, faltara aos colonizados iniciativas para desenvolver-se por conta própria (TRIGGER, 2004, p. 181).

A arqueologia foi, por muito tempo, conformada de modo que reforçava uma etnologia direcionada a registrar a condição inicial das culturas nativas tradicionais, acreditando que estas eram incapazes de mudar. Tal pensamento justificava a tomada de controle dos seus territórios por parte dos europeus. Contudo, a coleta de evidências arqueológicas mostrou que essas culturas não eram estáticas, o que fez com que a Arqueologia evolucionista, amplamente aceita na Europa, fosse substituída por uma visão histórica da Pré-História. Esse progresso foi retardado em lugares como a Austrália, onde a arqueologia tinha pouco a revelar sobre o passado (TRIGGER, 2004).

Abordagens mais atuais da arqueologia, tendem a observar como o colonialismo e o eurocentrismo fundamentam as sociedades atuais, assim como os estudos dessas sociedades. Como apontam Costa e Grosfoguel (2016, p. 4):

A partir do século XVI iniciou-se [...] a formação do eurocentrismo ou, como nomeia Coronil (1996), do ocidentalismo, entendido como o imaginário dominante do mundo moderno/colonial que permitiu legitimar a dominação e a exploração imperial. Com base nesse imaginário, o outro (sem religião certa, sem escrita, sem história, sem desenvolvimento, sem democracia) foi visto como atrasado em relação à Europa. Sob esse outro é que se exerceu o “mito da modernidade” em que a civilização moderna se autodescreveu como a mais desenvolvida e superior e, por isso, com a obrigação moral de desenvolver os primitivos, a despeito da vontade daqueles que são nomeados como primitivos e atrasados (Dussel, 2005). Esse imaginário dominante [eurocentrado] esteve presente nos discursos coloniais e posteriormente na constituição das humanidades e das ciências sociais. Essas não somente descreveram um mundo, como o “inventaram” ao efetuarem as classificações moderno/coloniais. Ao lado desse sistema de classificações dos povos do mundo houve também um processo de dissimulação, esquecimento e silenciamento de outras formas de conhecimento que dinamizavam outros povos e sociedades.

A história das sociedades é contada por relatos dotados de intencionalidades, pois geralmente evidenciam o contexto no qual se produzem as representações, em detrimento aos processos e transformações sociais propriamente ditos. Assim, o que se tem são discursos construtores de realidade que surgem a partir de interesses políticos, ideológicos, econômicos, próprios e nacionais. Portanto, é essencial a análise crítica das narrativas, uma vez que estas não devem mais serem compreendidas como verdade absoluta dos acontecimentos passados, mas que correspondem a apenas uma parte da história criada sob uma perspectiva colonialista.

A Arqueologia, como ciência geográfica, equacionava-se a uma geoestratégia. Servia a uma estratégia de anexação de territórios. Em primeiro lugar, porque os artefatos arqueológicos eram passíveis de

serem marcadores do espaço, delimitadoras de fronteiras geopolíticas, instrumentos para moldar as raias do território nacional em construção. Em segundo lugar, porque, solidificando estereótipos sobre os indígenas como grupos sociais fossilizados, “degenerados” ou “primitivos”, desencadeou representações coloniais e legitimou projetos de colonização. A Arqueologia, em suma, foi uma ferramenta colonizadora (FERREIRA, 2010, p. 18).

Sobre a mudança de paradigma da arqueologia enquanto ciência colonizadora e hegemônica para uma disciplina crítica, inclusive sobre suas próprias concepções, Funari (2002, p. 88) infere:

A Arqueologia era considerada uma disciplina despreocupada com as implicações mundanas de sua prática, como se a ciência se pudesse desvincular dos interesses de estados, grupos e indivíduos. Esta compreensão ingênua tem sido desafiada, nas últimas décadas, a partir de diversos setores. De fora da Arqueologia, o pós-modernismo tem sido uma ferramenta poderosa para a desconstrução de discursos científicos supostamente neutros. No interior da Arqueologia, uma mudança semântica pode ser localizada na reinterpretação, por parte de Michael Shanks e Christopher Tilley, da própria palavra Arqueologia: “o estudo do poder”, não apenas um distante e asséptico “estudo do passado” (Shanks e Tilley, 1987). Isto foi em 1987 e, nos últimos quatorze anos, desenvolveu-se toda uma literatura devotada à etnicidade, ao nacionalismo, à identidade cultural e à política, com grande impacto na Arqueologia como disciplina (Kohl & Fawcett, 1995). A Arqueologia tem estado na linha de fogo; *cui bono*, quem se beneficia com a Arqueologia?

Em virtude disso, a arqueologia enquanto ciência social tem o papel de evidenciar as “minorias” que continuam a ser tratadas como obstáculos ao desenvolvimento ou as atividades econômicas e que um dia foram apontadas como empecilho a “conquista e expansão”, instalação de fazendas de gado, a invasão e mineração em terras indígenas e que ainda ocupam a classe inferior na pirâmide social. Este cenário corrobora a necessidade dos coletivos inferiorizados de lutarem e resistirem contra o colonialismo contemporâneo e sua representação historicamente equivocada.

Para tanto, é necessário desconstruir a ideia cultural homogênea enquanto modelo de representação, uma vez que a cultura precisa ser entendida como um elemento discursivo que retrata as práticas sociais e singularidades identitárias muitas vezes presentes nos vestígios materiais. Deste modo, o estudo acerca da materialidade se faz necessário para o entendimento dos hábitos humanos, seu desenvolvimento tecnológico e o processo de formação de sua identidade.

Trigger (2004, p. 455) infere que:

A arqueologia é uma ciência social no sentido de que ela procura explicar o que aconteceu a um grupo específico de seres humanos no passado e fazer generalizações a respeito do processo de mudança cultural. [...] A arqueologia infere comportamento humano, e também ideias, a partir de materiais remanescentes do que pessoas fizeram e usaram, e do impacto físico de sua presença no meio ambiente. A interpretação de dados arqueológicos depende da compreensão de como seres humanos se comportam no presente e, em particular, de como esse comportamento se reflete na cultura material.

Funari (2006, p. 15 *apud* RAMOS, 2011, p. 13) enfatiza que “a arqueologia estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico”. Assim, é de suma importância o estudo de artefatos, uma vez que, estes são fundamentais para a compreensão da cultura de um povo, pois possibilitam o entendimento a respeito de sua crença, comportamento, organização social, inovação tecnológica, bem como no tocante às interferências na paisagem.

Para se ter uma visão holística das evidências da ação antrópica em sítios arqueológicos, a arqueologia necessita de uma abordagem multidisciplinar para explicar a complexidade do seu objeto de estudo, deste modo, a partir da interdisciplinaridade arqueológica surgem diversos campos científicos como por exemplo, a zooarqueologia⁸, geoarqueologia⁹, bioarqueologia¹⁰, arqueometria¹¹, assim como a troca de conhecimentos com outras disciplinas como sociologia, biologia, antropologia,

⁸ “Zooarqueologia refere-se ao estudo de restos de animais escavados em sítios arqueológicos. O objetivo da zooarqueologia é entender a relação entre os seres humanos e seu(s) ambiente(s), especialmente entre humanos e outras populações animais” (REITZ; WING, 2008, p. 27, tradução nossa).

⁹ “Interessam à Geoarqueologia todos os métodos, suscetíveis de aplicação a artefatos ou sítios arqueológicos, por forma a recuperar toda a informação de ordem geológica, petrográfica ou mineralógica que potencialmente possam fornecer. Desta forma, os métodos geofísicos poderão também integrar-se neste grupo, bem como os que recorrem à geoquímica (identificação de compostos, como corantes, vidros, revestimentos, etc.)” (CARDOSO, 1996, p. 70).

¹⁰ “[...] a bioarqueologia surgiu como conceito relativamente novo na década de 1970, propondo o estudo dos remanescentes de corpos humanos que levassem em conta seu contexto e suas características, para inferir sobre estilos de vida, comportamentos, práticas culturais, hereditariedade e outros aspectos” (LARSEN, 2015 *apud* SOUZA, 2019, p. 25).

¹¹ “[...] Arqueometria refere-se às caracterizações química e mineralógica dos mais diversos materiais e registros arqueológicos, usando as ciências da natureza, em especial a Química e a Física, ainda que também sejam observadas importantes contribuições pelo uso de outros ramos do conhecimento, como a Biologia e, com o advento da informática, pelo emprego de ferramentas matemáticas e tratamentos estatísticos, entre outros” (CAVALCANTE, 2015, p. 9).

geografia, história dentre outras ciências que contribuem significativamente para a formação de uma interpretação ampla dos contextos investigados. Estes trabalhos podem servir ainda como fonte para uma nova pesquisa ao evidenciarem as ações antrópicas que ainda incidem sobre a paisagem, assim como também indicarem quais transformações foram produzidas no território seja por meio de ocupações tardias ou contemporâneas.

A Arqueologia não é apenas descoberta, interpretação e classificação dos objetos de que o homem se serviu; o homem viveu em um espaço organizado, espaço que é uma combinação dinâmica, e por isso mesmo instável, de elementos físicos e de fatores culturais: tecnologia, divisão social do trabalho, estruturas socioeconômicas e sócio-políticas, ideologia, condicionam essa organização, sendo função da Arqueologia reconstituir o espaço, explicá-lo, acompanhá-lo na sua constante evolução (ALARCÃO, 1983:474-475 *apud* BICHO, 2006, p. 455).

O espaço culturalmente modificado resulta em diferentes paisagens, nas quais se encontram as heranças de relações e interações entre elementos socioculturais provenientes de um processo histórico de formação da sociedade, os elementos físicos e biológicos, culturais e simbólicos. Tais utilizações do espaço incidem na construção da paisagem que passa a ser um referencial cultural, uma vez que se constitui como um lugar de vivência, de criação de memórias individuais ou coletivas e simbologias que vai além de um simples espaço, pois é responsável pela construção identitária da sociedade através da identificação do indivíduo com o meio.

2.1 Arqueologia Comunitária

Voltada às questões sociais, a arqueologia possui o papel de expor a importância sociocultural das comunidades marginalizadas, não somente para sua preservação como também por ser um instrumento de divulgação de conhecimento proveniente da ancestralidade desses povos e que muito diz sobre a sociedade atual. Identificar e preservar os patrimônios dessas comunidades é fator primordial para a compreensão de sociedades antigas e a maneira como os costumes de seus antepassados influenciam diretamente na formação dos cidadãos a fim de promover a valorização da diversidade social. Eis que mais do que nunca é urgente a ciência arqueológica colocar em pauta o conceito de racismo ambiental na realização de seus trabalhos.

A arqueologia tem passado, nas últimas décadas, por grandes mudanças epistemológicas e, por consequência, em seus aspectos sociais. Disciplina surgida no auge do nacionalismo e do

imperialismo, como parte da conquista militar e espiritual do mundo, a arqueologia esteve, por muito tempo, ligada às mais reacionárias e conservadoras posições sociais e políticas, a serviço, muitas vezes, da opressão de indígenas, mulheres, pobres, minorias diversas e mesmo maiorias variadas. A arqueologia, contudo, passou por modificações profundas devido, em grande parte, aos movimentos sociais e às transformações políticas desde, ao menos, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Na esteira do feminismo, das lutas sociais diversas pelos direitos civis, contra o colonialismo e pela diversidade étnica, religiosa e sexual, a disciplina não deixou de responder aos novos tempos (FUNARI, 2013, p. 23).

Os contextos sociais brasileiros são marcados por conflitos desde a criação de categorias de inferiorização, como o gênero, religiosidade, cor, classe social. Os grupos que não se encaixam no padrão europeu são excluídos, marginalizados e não merecedores de terem seus direitos básicos garantidos. A luta por condições dignas de vida remonta ao período escravocrata e as consequências deste regime mesmo após a abolição, onde se destacam os cenários de fome, de desemprego, a falta de acesso à educação, moradia, saúde e o contínuo racismo e discriminação.

O sistema social existe para perpetuar a diferenciação das pessoas em classes superiores e subalternos (condição imposta aos moradores da Boa Esperança), onde os primeiros detêm maior poder aquisitivo e todos os direitos de cidadãos garantidos, o que para os outros coletivos acabam se tornando privilégios. Dentro de uma desigualdade social, ir à escola, ter assistência médica, segurança, lazer, trabalho, ser respeitado independente de sua cultura, participar de políticas públicas, se configura como algo inacessível quando a realidade dos menos favorecidos é resistir a elite que lhe impõe obstáculos para a ascensão social.

A arqueologia tem buscado romper paradigmas através da busca de restituir aos sujeitos negligenciados participação ativa na construção de sua narrativa histórica e cultural. Nessa perspectiva de romper com os paradigmas ainda nacionalistas, colonialistas e eurocentrados, a arqueologia comunitária:

articula abordagens metodológicas cujo objetivo é essencialmente a colaboração entre pesquisadores e comunidades locais em todas as fases do processo de investigação. Sua premissa é a de que a interpretação do passado é mais bem alcançada quando as mais diversas vozes estão envolvidas nesse processo e, ainda, que o passado é altamente relevante para inúmeras situações sociais e políticas (GOMES; COSTA E SANTOS; DA COSTA, 2014, p. 11).

A arqueologia comunitária tem o propósito de se aproximar das comunidades, a fim de melhor compreender as suas narrativas e costumes, além de zelar pelo

patrimônio cultural presente e contribuir para uma pesquisa voltada aos interesses e necessidades desses grupos. Como salienta Silva (2009, p. 208):

A arqueologia comunitária tem sido conduzida de diferentes maneiras e em diferentes contextos. Ela apresenta certa flexibilidade em termos metodológicos e de estratégias para interpretar o registro arqueológico (Marshall, 2002; Smith e Wobst, 2005; Sandlin e Bey III, 2006). Ela tem como objetivo principal promover a arqueologia colaborativa, que vai além da consulta às comunidades locais para a realização da pesquisa. Ela não busca o consentimento e/ou convencimento das comunidades sobre a importância da pesquisa, mas o engajamento crítico e a interação durante todo o processo de construção do conhecimento arqueológico (Greer et al. 2002). A partir disso, pretende superar o modelo colonialista tradicional da prática arqueológica, investindo na incorporação de perspectivas culturais plurais na investigação e interpretação do passado. Busca diversificar as vozes interpretativas sobre o passado e os significados do registro arqueológico, construindo uma educação mútua entre arqueólogos e comunidades (Marshall 2002; Moser et.al. 2002; Tully, 2007).

A interação entre pesquisadores e sujeitos pesquisados é fundamental para entender os indivíduos enquanto patrimônio e fomentar a inevitabilidade de se preservar os aspectos sociais que remetem à sua identidade, uma vez que são fatores primordiais para a compreensão de sociedades antigas e contemporâneas e a maneira como os costumes influenciam diretamente o processo de construção do homem e seu modo de vida.

Para tanto, é de suma importância que haja o encadeamento de ideias formadas pela oralidade, memória e patrimônio¹² para a elaboração de mecanismos de proteção aos coletivos marginalizados, uma vez que representam o testemunho da história particular de certos grupos, o que significa a manutenção da singularidade dentro do mundo globalizado.

O patrimônio arqueológico e a sua relação com a comunidade e seu território são ponderados através do conceito de arqueologia pública ou arqueologia comunitária. O termo foi utilizado pela primeira vez em 1972, por Charles McGimsey no seu livro *Public Archeology* e assenta na premissa da participação das comunidades locais nos projetos de arqueologia, que se iniciou nos Parques Naturais que

¹² O Art. 216 da Constituição Federal/88 estabelece: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

surgiram pela Europa nos anos 70 e 80. Define-se como o estudo das relações entre a arqueologia e a sociedade atual, em todos os seus âmbitos e implicações sociais, políticas e económicas e nasce como uma resposta a uma necessidade criada pela gestão do património arqueológico (CÂNDIDO, 2017, p. 14).

Para Ferreira (2008, p. 82) a arqueologia comunitária

como uma das vertentes da pesquisa arqueológica mundial, está constantemente sob fogo cruzado. Primeiro, porque ela (e o mesmo aplica-se aos demais campos de trabalho em Arqueologia) não pode furtar-se de um legado duradouro: as relações históricas que a disciplina manteve com o nacionalismo e o colonialismo. Segundo, porque ela, para firmar-se como gênero de pesquisa, deve enfrentar as ambivalências das políticas de representação do património cultural.

Nesse contexto, a arqueologia há muito não se limita a uma simples ciência voltada às escavações, descrição de objetos e análise de documentos escritos. Sua problemática remete a outros aspectos como os contextos sociais. Profissionais da arqueologia devem agir pela defesa do direito comum e respeito para com o outro, atuando com justiça e honestidade. Logo, suas ações devem ser praticadas a partir dos princípios morais que norteiam a conduta humana e a ética das profissões em virtude da responsabilidade social em meio ao sistema capitalista.

Como evidencia Fernandes (2007, p. 6-7 *apud* SOUZA, 2018, p. 82)

[...] a responsabilidade social e profissional da Arqueologia remete à existência de questões dentro da mesma que vão além de problemas teóricos e metodológicos. Esses temas podem ser considerados questões públicas da Arqueologia, pois estariam situados na interface da Arqueologia com a sociedade. Ambas possuem interesses convergentes e divergentes, visto que a sociedade é formada por um conjunto de indivíduos que estão agrupados ou podem ser reunidos em números segmentos específicos (ex. faixa etária, classe social, grupo profissional, local de moradia, etc.).

Por meio da responsabilidade social na qual se fundamenta a arqueologia comunitária, tem-se por pressuposto elaborar mecanismos de aproximação entre pesquisadores e sociedade a fim de trazer à tona individualidades historicamente negadas. Constrói-se assim uma interpretação que permitirá a construção de saberes, experiências e do entendimento da dimensão dos sujeitos históricos pela sua perspectiva, além de problematizar o modelo colonial de sociedade e tornar essencial o desenvolvimento de estratégias que estimulem a escuta do discurso desses seres, com a finalidade de viabilizar um contexto social plural no qual estas pessoas estão incluídas e respeitadas enquanto cidadãs.

[...] a prática da arqueologia social supõe a ação do arqueólogo em múltiplos campos da vida social: o acadêmico, o da gestão dos recursos culturais e, fundamentalmente, o da educação (Vargas y Sanoja, 1990; Sanoja y Vargas, 1990). Nesta última área reside a essência da arqueologia social, uma vez que o conhecimento não é levantado para fins meramente contemplativos, mas para ser usado na transformação social. E essa transformação social requer necessariamente a existência no coletivo de uma consciência histórica, de conhecimento de seus processos históricos, de aceitação do passado como seu (Vargas e Sanoja, 1990, Vargas e Sanoja, 1993, Vargas-Arenas, 1994b). De alguma forma, trata-se de quebrar a homogeneização da consciência que surgiu como paradigma da expansão capitalista (VARGAS, 2006, p. 74-75).

A arqueologia comunitária não é neutra, uma vez que atua dentro de um contexto sociocultural e busca entender os processos, desigualdades, mudanças e conflitos que incidem às coletividades. Pensar uma pesquisa que busca de forma ética, política e científica entender as práticas sociais é de suma importância para a construção de um conhecimento autêntico, dinâmico e diverso.

A arqueologia comunitária é baseada na premissa de que uma arqueologia melhor pode ser alcançada quando vozes mais diversas estão envolvidas na interpretação do passado. Isso não significa comprometer a natureza científica da arqueologia, mas sim simplesmente percebendo como a pesquisa se integra com a sociedade (Pardoe, 1992: 139) e que pode ser usada para desafiar a desigualdade dos paradigmas históricos dominantes (Schmidt e Patterson, 1995: 6). Embora alguns arqueólogos ainda estejam despreparados para aceitar, este fato torna cada vez mais claro que as descobertas arqueológicas são altamente relevantes para inúmeras situações sociais e políticas. Este é o caso onde dados arqueológicos são usados para substanciar ideologias desiguais de autoridade e controle do passado [...]. A arqueologia comunitária também é relevante para o processo geral de coesão social, por exemplo, onde os habitantes da moderna cidades e vilas podem ser reunidos através de um senso de propriedade de sua herança local [...]. Assim, está surgindo a percepção de que a arqueologia comunitária é relevante não apenas para comunidades indígenas, pós-coloniais e grupos minoritários, mas a todas as formas de comunidade, incluindo aquelas do primeiro mundo e em todo o mundo [...] (TULLY, 2007, p. 158, tradução nossa)¹³.

¹³ “Community archaeology is based on the premise that better archaeology can be achieved when more diverse voices are involved in the interpretation of the past. This does not mean compromising the scientific nature of archaeology, but rather simply realizing how research integrates with society (Pardoe, 1992: 139) and that it can be used to challenge the inequality of dominant historical paradigms (Schmidt and Patterson, 1995: 6). Even though some archaeologists are still unprepared to accept this fact, it has become increasingly clear that archaeological discoveries are highly relevant to numerous social and political situations. This is the case where archaeological data is used to substantiate unequal ideologies of authority and control of the past [...]. Community archaeology is also relevant to the general process of social cohesion, for example where the inhabitants of modern towns and villages can be brought together through a sense of ownership of their local heritage [...]. Thus, the realization is

Portanto, uma vez que a arqueologia se constitui em uma ciência de investigação social que perpetuou as narrativas dominantes por um longo tempo, é de sua responsabilidade contribuir para a mudança do panorama histórico seja através da proteção da cultura, dos direitos e do rompimento do silenciamento que oprime os subalternizados. Dentro desta perspectiva, faz-se necessário desenvolver métodos que proporcionem a valorização dos símbolos de caráter identitário dos povos subjugados para que sua história seja preservada, divulgada e respeitada como sujeitos de direitos e capazes de serem reconhecidos como patrimônio vivo¹⁴ que são.

A arqueologia não é, como nenhuma outra ciência, uma atividade acadêmica etérea isolada dos problemas da sociedade em que se desenvolve; ela é, e sempre foi, um instrumento ativo da luta social que está sendo travada constantemente; ela serve para coexistir e sustentar a classe social que a utiliza. A arqueologia é uma arma de opressão quando serve para justificar a exploração dos camponeses indígenas de nossos países, desenvolvendo "teorias" que mostram sua inferioridade histórica diante dos invasores europeus e sua propensão para a decadência. É uma arma de opressão quando ela saúda e amplia o passado a fim de denegrir o presente, criando a convicção retrógrada de que "todos os tempos passados foram melhores". É uma arma de opressão quando é usada para criar caos e aleatoriedade na história anônima de povos pré-históricos ou não-históricos. É uma arma de opressão quando transforma o sujeito histórico em um objeto. A arqueologia, por outro lado, é uma arma de libertação quando descobre as raízes históricas dos povos, mostrando a origem e o caráter de sua condição explorada; é uma arma de libertação quando mostra e descobre a transitoriedade dos estados e das classes sociais, a transitoriedade das instituições e os padrões de comportamento. É uma arma de libertação quando articulada com as outras ciências sociais, aquelas que lidam com os problemas de hoje, e mostra a unidade processual da história em seus termos gerais e em suas particularidades regionais ou locais (LUMBRERAS, 1981, p. 6, tradução nossa)¹⁵.

dawning that community archaeology is relevant not only to indigenous, postcolonial and minority groups but to all forms of community, including those in the first world and throughout the globe [...]" (TULLY, 2007, p. 158).

¹⁴ "Shan Jixiang (2008), estudioso chinês, argumenta que o patrimônio vivo se refere àquele que não é apenas o testemunho da história e da cultura, mas que continua a ter o uso original, a funcionar na vida social moderna. Lu (2015:21) realça que o patrimônio vivo mantém a sua função original, e ainda em processo de formação do seu valor, cuja relação com a vida diária das pessoas é muito mais próxima do que aqueles que já completaram o processo de formação do valor. O estudioso japonês, Nobuko Inaba (2005:45) disse que 'vivo' pode ser entendido como o oposto de 'morto' e o patrimônio vivo se refere a um tipo de patrimônio ainda em uso, ou um lugar onde as pessoas realmente vivem integradas" (HUI, 2018, p. 35).

¹⁵ "La Arqueología no es, como no lo es ninguna ciencia, una etérea actividad académica aislada de los problemas de la sociedad donde se desarrolla; es, y siempre ha sido, un instrumento activo de la lucha social que se ventila permanentemente; sirve para cohesionar y dar sustento a la clase social que la utiliza. La Arqueología es arma de opresión cuando sirve para justificar la explotación de los campesinos indígenas de nuestros países, desarrollando

3 RACISMO ESTRUTURAL NA BOA ESPERANÇA – DA SOCIEDADE ESCRAVOCRATA COLONIAL BRASILEIRA AO RACISMO AMBIENTAL ATUAL

A política e a sociedade portuguesa na Idade Moderna eram concebidas a partir de uma visão corporativa. A sociedade era pensada como um corpo naturalmente ordenado e hierarquizado por vontade divina. O rei seria o responsável pelo exercício da justiça, sempre respeitando as funções e os privilégios, adquiridos por nascimento, de cada um dos súditos. A expansão do Império português, justificada pela propagação da fé católica, foi baseada nessas concepções hierárquicas. As guerras contra os muçulmanos no Norte da África no século XV expandiram a instituição da escravidão. O cativo dos mouros, capturados nas “guerras justas”, era pensado como uma forma de convertê-los à fé católica e incorporá-los ao Império português. Tais justificativas foram ampliadas na medida em que o projeto colonizador português avançava pela África e pela América. O estatuto jurídico do escravo era, portanto, natural para a sociedade portuguesa, e essa condição foi fundamental para a expansão do tráfico atlântico e a formação de uma sociedade escravista moderna no Brasil colonial (ALADREN, 2016, p. 98-99).

Desde a expansão do Império do português, o mundo tem sido dividido entre os que colonizam e os que são colonizados. A colonialidade é a estrutura de poder que resulta desta divisão, pois é uma forma de organização social que se baseia na exploração dos povos originários pelos invasores. Fundamentando-se em uma relação de poder desigual, surgem as diferenças sociais, étnicas e raciais que a caracterizam, assim pode-se compreender as relações de poder estabelecidas entre os diferentes grupos sociais, bem como as formas de resistência que emergem contra essa opressão inclusive na contemporaneidade.

Inicialmente, a relação entre os povos que habitavam o solo brasileiro e o europeu era baseada no escambo, uma vez que os nativos eram conhecedores do território e estavam em maior número, eram fundamentais no auxílio da exploração da

"Teorías" que muestran su inferioridad histórica frente a los invasores europeos y su proclividad a la decadencia. Es arma de la opresión cuando saluda y engrandece el pasado para denostar el pre-sente, creando la retrógrada convicción de que "todo tiempo pasado fue mejor". Es arma de la opresión cuando se usa para crear el caos y el azaren la historia anónima de los pueblos prehistóricos o ágrafos. Es arma dela opresión cuando convierte en objeto al sujeto histórico. La Arqueolo-gía, en cambio, es arma de liberación cuando descubre las raíces históricas de los pueblos, enseñando el origen y carácter de su condición de explota-dos; es arma de liberación, cuando muestra y descubre la transitoriedadde los estados y las clases sociales, la transitoriedad de las instituciones y las pautas de conducta. Es arma de liberación cuando se articula con las demás ciencias sociales, las que se ocupan de los problemas de hoy, y muestra la unidad procesal de la historia en sus términos generales y em sus particularidades regionales o locales" (LUMBRERAS, 1981, p. 6).

terra inclusive realizando todo o trabalho pesado na exploração do pau-brasil, em troca recebiam dos invasores diversos artefatos. Tal estratégia era altamente vantajosa para a Coroa Portuguesa, pois conseguia um produto de alto valor comercial a um baixo custo.

Com a implementação do processo de colonização, boa parte dos povos indígenas que até então eram aliados passaram a ser empecilho a posse e exploração da terra, pois o trabalho árduo com a finalidade de acúmulo de riquezas não era uma ideologia indígena, isso aconteceu quando o comércio de pau-brasil deu lugar à monocultura, e os povos indígenas se rebelaram mais tenazmente à colonização.

A partir de 1530, com a ameaça francesa, a Coroa Portuguesa incentivou a vinda de portugueses para o novo mundo. Dividiu as terras ocupadas em capitanias hereditárias e pessoas da nobreza portuguesa passaram a administrá-las, construindo vilas, procurando povoá-las e realizar atividades rentáveis, podendo escravizar índios e roubar suas terras. No início havia grandes dificuldades para a manutenção dessas capitanias devido a ataques frequentes dos índios que defendiam suas terras e seu povo, entre outros motivos, e a maioria das capitanias foram abandonadas. No entanto, o objetivo de preservar a posse das terras para Portugal foi garantido. O açúcar era uma mercadoria valiosa e de grande aceitação na Europa e os portugueses decidiram experimentar plantar cana-de-açúcar no território invadido. Inicialmente tiveram uma experiência positiva no Nordeste, em que o solo era favorável para o plantio da cana e os donatários souberam fazer alianças com os índios, baseado nas trocas de ferramentas pela sua mão de obra. [...] A escravidão indígena passa a ser o meio mais utilizado para se obter mão de obra para a manutenção da economia, passando a configurar o predomínio do modo de produção escravista, principalmente africana, que perdurou até fins do século XIX. Era preciso a ajuda dos índios não só na produção de cana, mas também na defesa das terras invadidas e na construção de obras como prédios, igrejas e vilas, o que intensificou a exploração indígena (RAMOS, 2017, p. 39-40).

Buscando manter seu status comercial, os colonos passaram a escravizar homens e mulheres indígenas que resistiam a esse sistema por meio de fugas para o interior (cometiam suicídios quando capturados), conflitos diretos contra os colonos (em que muitos foram assassinados), ataques a vilas e fazendas e a manutenção de redes de sobrevivência por meio de alianças intertribais. No entanto, muitas etnias indígenas sucumbiram às doenças trazidas pelo homem branco (como a varíola, tuberculose, gripe, sarampo, catapora, dentre outras), que somadas às violências às quais eram

submetidos e constantes guerras pelo território, contribuíram para o enfraquecimento da resistência nativa na luta contra a escravidão¹⁶.

Os jesuítas foram responsáveis por apresentar uma falsa salvação dos nativos ao sistema escravocrata, pois buscavam “protegê-los” em uma estratégia que se fundamentava em “salvá-los” da barbárie utilizando-se da fé cristã, no entanto, causando uma violência cultural sem precedentes ao impossibilitar a manutenção de sua identidade cultural e as redes de sobrevivência. O que significava aos nativos adoção de uma reelaboração cultural a partir da catequização e outras imposições do sistema colonial, como a própria Língua Geral (*nheengatu* na parte setentrional da colônia, uma espécie de adaptação do tupi antigo com a influência dos missionários) para as nações que não falavam tupi e depois o próprio português, naquilo que se constituiu como o assassinato de centenas de línguas nativas.

[...] vozes autorizadas do universo colonial atlântico se encarregaram de explicitar os custos comparativos induzindo ao espraiamento do tráfico negreiro e da escravatura africana. Mais baratos que os africanos, os índios escravos acabavam saindo mais caros porque morriam em maior número. [...] Tais constatações deram azo a interpretação romântica oitocentista que atribuía a mortalidade - ou a inadaptabilidade - dos índios ao cativeiro a uma suposta rebeldia inata dos povos americanos. Em contraste, os africanos pareciam mais acomodados ao escravismo. Gilberto Freyre rejeitará esse ponto de vista, afirmando que os índios seriam, no fundo, preguiçosos. [...] Os embaraços epidemiológicos e sociais ao uso dos "escravos do sertão", ou seja, dos índios escravizados, e as vantagens do uso de africanos estão apresentados de maneira lapidar na célebre resposta que o padre Antônio Vieira, então superior das missões do Estado do Grão-Pará e Maranhão, dirigiu a Câmara de Belém do Pará (1661). "Por mais que sejam os escravos [índios] que se fazem, muitos mais são sempre os que morrem, como mostra a experiência de cada dia neste Estado, e o mostrou no do Brasil, onde os moradores nunca tiveram remédio senão depois que se serviram com escravos de Angola, por serem os índios da terra menos capazes do trabalho e de menos resistências contra as doenças, e que, por estarem perto das suas terras, mais facilmente ou fogem ou os matam as saudades delas. (ALENCASTRO, 2000, p. 137-138).

¹⁶ “A prática de escravidão indígena foi proibida oficialmente pela Coroa primeiramente em 1570, mas seguiu acontecendo de forma intensa durante todo o século XVII. Em 1639 uma bula papal proibiu a escravidão dos índios e orientou que os índios já sob esse regime deveriam ficar sob a responsabilidade dos padres, o que gerou várias reações contrárias e não obediência a essas normas. A escravidão dos nativos foi abolida novamente em outros regulamentos principalmente no século XVIII sob a alegação da grande diferença cultural e social que tinham, além de continuar sendo combatida pela Igreja, no entanto, continuou existindo” (RAMOS, 2017, p. 41).

A substituição do trabalho escravo indígena pela exploração dos grupos étnicos do continente africano também se deu em virtude da dessocialização¹⁷.

Quanto mais longe e isolado o escravo estivesse de sua comunidade nativa, mais completa seria a sua mudança em fator de produção, mais profícua a sua atividade. No continente africano, o grau de dessocialização do cativo constituía uma variável importante no cálculo de seu preço. Mais afastado de seu país natal estava o indivíduo, menos estímulo ele tinha para fugir e, portanto, mais alto era o seu valor (ALENCASTRO, 2000, p. 145).

A escravidão de povos africanos, no início do século XVII, seria dominante no cenário brasileiro. Estas pessoas tiveram suas relações comunitárias, religiosidade, família, organização social desvalorizadas, desmontadas, destruídas pelos invasores, uma vez que eram tidos apenas como mão de obra que não era dispendiosa, eram tidos como a própria mercadoria. Aglomerados em navios, foram arrancados de seus lares para serem explorados na produção de cana-de-açúcar, nas tarefas da casa-grande e posteriormente na criação de gado, mineração e outras atividades econômicas. O tratamento destinado a eles era brutal e humilhante, além de serem generalizados e terem sua diversidade cultural negligenciada.

Cabe ressaltar que negro é um termo que representa um grande guarda-chuva, abarcando diversas etnias africanas que no tráfico negreiro eram tratadas como mercadorias, sem referência étnica específica. Quem eram, pouco importava para o sistema colonial, que se interessava apenas pela serventia desses povos. Na classificação racial, foram registrados com a nomenclatura negra se referindo ao tom escuro da pele, muitas vezes fazendo referência, de maneira genérica, como originários de portos de embarque do tráfico negreiro em África. Entende-se que o registro tinha grande relevância, pois se tratava de peças, objetos contábeis e descrição de patrimônio. Desde então, há uma sistemática produção de teorias e práticas sociais de subalternização dos povos traficados de África, parte de um projeto de colonização de dimensões planetárias, de caráter imperialista euro-ocidental, que tem na escravidão a estratégia inicial para desencadear processos e fundamentos liberais, como única possibilidade de modo de viver, produzir e significar a existência humana (SILVA; LÚZIO, 2019, p. 29).

¹⁷ “Dado fundamental do sistema escravista, a *dessocialização*, processo em que o indivíduo é capturado e apartado de sua comunidade nativa, se completa com a *despersonalização* na qual o cativo é convertido em mercadoria na sequência da reificação, da coisificação, levada a efeito nas sociedades escravistas. Ambos os processos transformam o escravo em fator de produção polivalente, e apresentam-se como uma das constantes dos sistemas escravistas estudados por historiadores e antropólogos” (ALENCASTRO, 2000, p. 144).

Durante o processo de colonização da América Portuguesa, a religião católica foi de suma importância para que a colonização tivesse êxito, pois ditava as normas sociais dentro dos padrões de comportamento da classe dominante. Uma vez estabelecidos no Brasil colônia, estes ideais comprometiam a historicidade das pessoas que viviam em situação de escravidão. Como por exemplo o batismo, em uma clara intenção de controlar as pessoas escravizadas ao inibir sua religiosidade trazida da África, afim de normalizar a adoção de uma nova cultura a partir da catequização. Vale ressaltar que os registros de batismo de um escravizado, serviam como atestado de posse de seu senhor.

Nesse contexto, Santos (2015) ao analisar as Bulas Papais ressalta que a religião católica foi um forte instrumento da colonização, ao objetificar, legalizar e promover a expansão territorial e controle sobre as populações colonizadas sob o discurso de que os invasores estavam trazendo a civilização e a verdadeira religião aos "pagãos". Além de incidir sobre as crenças espirituais, língua, práticas e costumes de indígenas e africanos, o cristianismo propagava ainda a doutrina de que os colonizados deviam obedecer aos seus senhores, aceitar a sua situação de subordinação e trabalhar duro em troca da recompensa divina. A cosmovisão monoteísta europeia pode ser definida pela introdução de novas crenças, práticas e valores religiosos que apesar de sua imposição, contribuíram para a resistência e resiliência dos subjugados contra os colonizadores. Em muitos casos, as populações colonizadas reinterpretaram e adaptaram a religião imposta para atender às suas próprias necessidades e contextos locais, criando novas formas de religiosidade e de resistência cultural.

O autor também salienta que o Deus da Bíblia inventou os fundamentos ideológicos escravagistas que ainda se mantêm, como a ideia de se alimentar com o que era produzido “com o suor do próprio corpo” e a “invenção do trabalho como castigo”. Tais dogmas regem a contemporaneidade, pois para comermos precisamos ter um salário, para termos salário precisamos trabalhar, para trabalhar precisamos ter uma formação, para termos uma formação precisamos de tempo para estudar, mas na maioria dos casos não temos nem tempo e nem oportunidade. E se extraímos o sustento da terra, eles expropriam a terra da gente.

A íntima ligação que se estabeleceu entre o Brasil e Angola no século XVII, via tráfico atlântico, tornou a utilização da mão de obra escrava africana muito mais vantajosa e adequada aos interesses de vários grupos que participaram da expansão do Império português no Atlântico. Além dos senhores de engenho brasileiros, dos traficantes e

dos colonos em Angola, destacam-se os jesuítas, cujos interesses econômicos e políticos no Brasil e na África os impeliram a justificar a escravização de africanos para assegurar a liberdade dos indígenas (ALADRÉN, 2015, p. 101).

O trabalho em regime de escravidão era fundamentado na premissa de subordinação, violência tanto física quanto moral na qual pessoas de direitos e deveres são reduzidas a condição de “coisa”, privadas de sua liberdade e que deveriam ser obedientes ao seu senhor que as tinha como propriedade. Porém, os negros assim como os indígenas não eram passivos ao sistema escravocrata, o enfrentavam seja na pessoa dos senhores, da Igreja, capatazes ou feitores por meio de rebeliões, lutas, fugas, manutenção de suas práticas religiosas, formação de quilombos e pouco empenho no trabalho.

A libertação dos coletivos escravizados viria após mais de três séculos com a abolição da escravatura no Brasil, no entanto, as consequências deste regime incide diretamente nos aspectos políticos, sociais e econômicos atuais do País. Negros ainda ocupam favelas e bairros pobres das cidades, do mesmo modo indígenas continuam lutando contra as invasões de suas terras e extermínios de seus povos.

A participação dos cidadãos subjugados na sociedade atual, é reflexo da “abolição” da escravatura sem políticas de inserção desses indivíduos no contexto social. Logo, fadados à marginalização social, são escondidos em uma imagem idealizada do passado e nas profundas transformações socioambientais.

Após a abolição, a vida dos negros não sofreu muitas alterações, uma vez que não houve preocupação de integrá-los à sociedade. Alguns ex-escravos plantaram pequenas roças de subsistência. Outros conseguiram empregos precários nas regiões rurais ou então seguiram para as cidades, formando uma mão de obra marginalizada. Milhares de negros libertos dirigiram-se para o Rio de Janeiro. Como o mercado de trabalho na região da capital não conseguiu absorver todo o contingente, foi grande o número de desempregados e subempregados. Todos considerados, na época, preguiçosos, malandros e vadios pelas elites. Juízos de valor que em certa medida persistem, numa evidência de que o preconceito é continuamente alimentado por uma situação de inferioridade social [...] (BRAICK e MOTA, 2007, p. 488 – 489 *apud* SILVA, 2018, p. 97).

O sistema escravocrata deixou um legado para as relações sociais atuais, o racismo. Embora seja multirracial, fruto da miscigenação, o Brasil apresenta episódios frequentes de racismo praticado pelos “brancos” que não reconhecem pretos, indígenas, ou pessoas ligadas a religiosidade de matriz africana como pertencentes ao mesmo patamar social ao qual a branquitude se auto conduziu. Para tanto, criam-se estereótipos

onde o negro ou é ladrão ou é criado, o indígena é preguiçoso, manifestações religiosas diferentes do catolicismo são demonizadas, além dos preconceitos, violências (inclusive de instituições) e assédios que incidem sobre esses grupos.

O Brasil, primeira colônia a escravizar os africanos (em 1538) e última a abolir a escravidão (em 1888), não tomou nenhuma medida para cuidar de sua vasta população de ex-escravos e seus descendentes, miseráveis e analfabetos. Buscando uma identidade nacional alinhada com Portugal, seu senhorio dos tempos coloniais, e também com o restante da Europa, o governo e as elites dirigentes do Brasil cultivavam uma sociedade marcada pelos signos da cor e fundamentada em distinções de classe, em que os brancos monopolizavam as posições de poder. Tanto africanos como indígenas eram uniformemente pobres e sem voz (The Southern Education Foundation, 1999 *apud* PACHECO; FAUSTINO, 2013, p. 74-75).

3.1 Conflitos Socioespaciais no Território Colonial Piauiense

Inevitavelmente, a política escravocrata também se fez presente no território piauiense, desde o início do seu processo de ocupação à fundação de sua capital Teresina, este sistema foi marcado por intensos conflitos socioespaciais.

O avanço colonial sobre os territórios indígenas ocorreu por meio de conflitos armados, guerras contra os índios, de maneira a garantir ao colonizador a posse da terra e o desenvolvimento da pecuária extensiva. Oliveira explica que, iniciada a “guerra da colonização”, em meados do século XVII, bandeirantes e religiosos encabeçaram expedições com a finalidade de “expulsar os nativos de suas terras, escravizá-los nas fazendas de gado e reduzi-lo em aldeamentos”. Alianças, resistências, lutas e violência contra a população indígena integraram a ação colonizadora e o domínio português nos “sertões de dentro”. O processo de colonização do Piauí resultou na dizimação de várias etnias e a formação de uma estrutura social, política e econômica nos moldes mercantil e escravista. [...] O resultado deste processo violento foi o despovoamento das populações nativas, a instalação dos currais pelos fazendeiros paulistas, baianos e pernambucanos e, posteriormente, a instituição da Capitania de São José do Piauí (LIMA, 2020, p. 10-11).

No Piauí, ao final do século XVII, desenvolveu-se uma economia sustentada pela criação de gado e uma sociedade predominantemente rural que se apoiava no trabalho escravo. Nessa época, a Capitania de Oeiras não possuía nenhuma cidade, apenas a precária vila da Mocha. Em 1762, a vila foi rebatizada de Oeiras e consagrada como cidade-sede e capital da região. Ainda, durante os séculos XVII e XVIII, seis outras localidades foram elevadas à condição de vilas: Valença, Marvão, Campo Maior, Parnaíba, Jerumenha e Parnaguá (LIMA, 2020).

A ocupação do Piauí ocorreu por meio da distribuição de sesmarias¹⁸, essas concessões de títulos aos sesmeiros originaram grandes latifúndios embasados na exploração pecuária, assim os portugueses adentraram semeando currais, pastoreio e fazendas, resultando nos principais representantes da referência étnica branca piauiense. Contudo, estas concessões culminaram em diversos conflitos agrários, uma vez que reдеiros, posseiros e vaqueiros que detinham aquelas terras ficaram sem títulos, pois não possuíam a reputação e poder político dos fazendeiros associados aos órgãos governamentais tidos como exigências para concessão de terras (RODRIGUES, 2004).

Nas imediações das fazendas de gado, havia ocupações do homem branco que posteriormente dariam origem as vilas e cidades. Com essas ocupações, a formação social e cultural da população piauiense se deu por meio da interação entre indígenas, bandeirantes, portugueses, negros escravizados e mestiços, o que contribuiu para um ambiente instável. Nesse cenário, mulheres escravizadas eram exploradas desde a fase inicial de suas vidas podendo desempenhar diversas atividades, caso não sucumbissem às doenças e violências que sofriam.

Sobre o trabalho das mulheres escravizadas neste território, Costa (2016, p. 64-65) aponta:

O trabalho inicial das meninas era o de fiar, geralmente acompanhavam aquelas fiandeiras “velhas” que não realizavam mais o trabalho pesado. [...] Com o trabalho de Solimar Oliveira Lima, podemos perceber que a mão-de-obra feminina era utilizada em grande parte das atividades realizadas nas fazendas. As escravas participavam do trabalho na lavoura, assim também como na farinhada, que era sinônimo de festa. A presença feminina também estava na plantação de cana-de-açúcar, as mulheres participavam da plantação e da produção do açúcar e da aguardente, além de serem responsáveis pela colheita do tabaco que era plantado nas vazantes. Elas dessecavam o tabaco e faziam os rolos. O trabalho realizado nos pastos também tinha a participação de mulheres, assim como trabalhavam nas curraleiras e amansando animais. Realizavam

¹⁸ “A lei das sesmarias portuguesa visava o aproveitamento total das terras do reino, de um lado, porque suas terras se encontravam em grande parte incultas e abandonadas, e, por outro, em resposta à grave crise de abastecimento alimentar que passava Portugal, decorrente de um período de lutas e guerras. [...] O objetivo principal era então o aproveitamento da terra com vistas à produção alimentar [...]. O regime de doações de terras com base na Lei das Sesmarias é introduzido oficialmente no Brasil com as Capitâneas Hereditárias, visando o povoamento, a ocupação e principalmente a defesa das terras brasileiras, devido as tentativas de invasões. Ao introduzir na colônia o regime sesmarial, o Rei mandou transplantar a mesma Lei de D. Fernando, porém agora visando muito o povoamento, a ocupação e a defesa das terras brasileiras, e não mais, como em Portugal, o aproveitamento das terras como objetivo principal, mesmo porque a terra era abundante e inexplorada. No Brasil a concessão de sesmarias adquire características bem distintas das de Portugal” (JAHNEL, 1987, p. 105-106).

serviços domésticos [...], outras eram usadas como amas-de-leite, paridas tinham que abandonar seus próprios filhos para cuidar e salvar a vida dos filhos dos brancos.

Dentro deste cenário, devido as disputas socioespaciais e a busca pelo desenvolvimento econômico satisfatório do Estado, foi estabelecida a mudança da capital de Oeiras para Teresina. Fundada oficialmente em 1852, a nova capital¹⁹ facilitava a comunicação e as relações comerciais pela navegabilidade dos rios Parnaíba e Poti que ainda proporcionavam solo fértil e abundância de argila que seriam utilizadas na fabricação de telhas e tijolos para edificações, características que contribuíam para seu estabelecimento como sede político-administrativa.

[...] Segundo Lima (2002, p. 187), a primeira expansão de Teresina ocorreu em “direção à zona Norte, após a desativação do cemitério primitivo no Alto da Jurubeba e após a construção do Cemitério São José, no cruzamento da Alameda Parnaíba com a atual Rui Barbosa”. Outro fato, citado pela autora para a expansão em direção ao Norte, foi a construção do Matadouro, em 1929, localizado na antiga estrada que fazia a ligação do centro ao povoado de Vila Velha do Poti. Para o leste, o desenvolvimento foi impulsionado com a abertura da Estrada Real sob relevante contribuição de Frei Serafim. Em 1874, o missionário italiano Frei Serafim de Catania idealizou a construção de um templo em homenagem à São Benedito. Fez-se necessária a construção de uma via, a Estrada Real, posteriormente denominada Avenida Getúlio Vargas e depois Avenida Frei Serafim, que ligasse o Alto da Jurubeba — local escolhido para a edificação da igreja — às margens do Rio Poti (NASCIMENTO, 2002 *apud* MEDEIROS; MATOS; LOPES, 2019, p. 195-196).

Vale ressaltar que além da criação de leis em prol da modernização de Teresina, ainda ocorreram incêndios criminosos que afetaram majoritariamente os habitantes das casas de palha e assim foram obrigados a ocupar as regiões periféricas e insalubres da cidade. A ideia de afastar as casas simples das proximidades da zona

¹⁹ “Inicialmente, pretendeu-se instalar a nova capital na região conhecida como Barra do Poti, onde atualmente está localizado o bairro Poti Velho, na zona Norte da cidade; entretanto, o risco de inundações deslocou a instalação, na direção sul, para a região conhecida como Chapada do Corisco, onde, atualmente, está localizada a praça Marechal Deodoro e a zona Centro [...]. Nesse contexto, a situação encontrada pelo presidente da província, Antônio José Saraiva, consistia em quatro áreas potenciais para a instalação do novo povoamento: (a) na área central (Chapada do Corisco), que era a região mais alta e mais adequada ao desenvolvimento da cidade, (b) na área sul, que embora fosse mais elevada que a área norte, era entrecortada por algumas lagoas, (c) mais a leste, no outro lado do rio Poti, a cota acima de 66 m não apresentava tantos riscos de inundação, mas estava distante do rio Parnaíba e, portanto, não era considerada localização desejável, e (d) na área norte (Barra do Poti), na exata confluência dos rios Parnaíba e Poti, cercada de lagoas, considerada, portanto, região mais baixa, sujeita a epidemias (CHAVES, 1994; LIMA, 2002). A escolha pela primeira opção foi reforçada pelo território predominantemente plano da área central (Chapada do Corisco)” (MATOS, 2017, p. 97-98).

central de Teresina estava relacionada ao projeto de uma capital moderna, limpa e sadia como desejavam intelectuais afins às questões de saúde. Nessa perspectiva muitas casas de palha foram incendiadas, pois além de não embelezar a cidade, essas habitações não seguiam o ideário de modernização comum nas grandes metrópoles do país na época (SILVA, 2014, p. 6).

De forma similar ao que aconteceu no passado, com políticas de exclusão, ou mesmo criminosas como no caso dos incêndios, persiste na cidade de Teresina a prática de marginalizar a população mais pobre, sob justificativas higienistas.

A região das Lagoas do Norte é o território das comunidades tradicionais de Teresina, que habitam este lugar desde antes da fundação da capital em 1852. Antes disso, ainda no século XVII, foi neste território - encontro dos rios Poti e Parnaíba - que se aquilombou o povo negro e indígena em luta contra a colonização. Com a transferência da capital do Piauí, as comunidades que ali viviam foram excluídas da nova cidade e seu território foi demarcado como “área de risco e insalubre”. Um século e meio depois o território passou a abrigar uma população de aproximadamente 100 mil pessoas (MUSEU DA BOA ESPERANÇA, 2021).

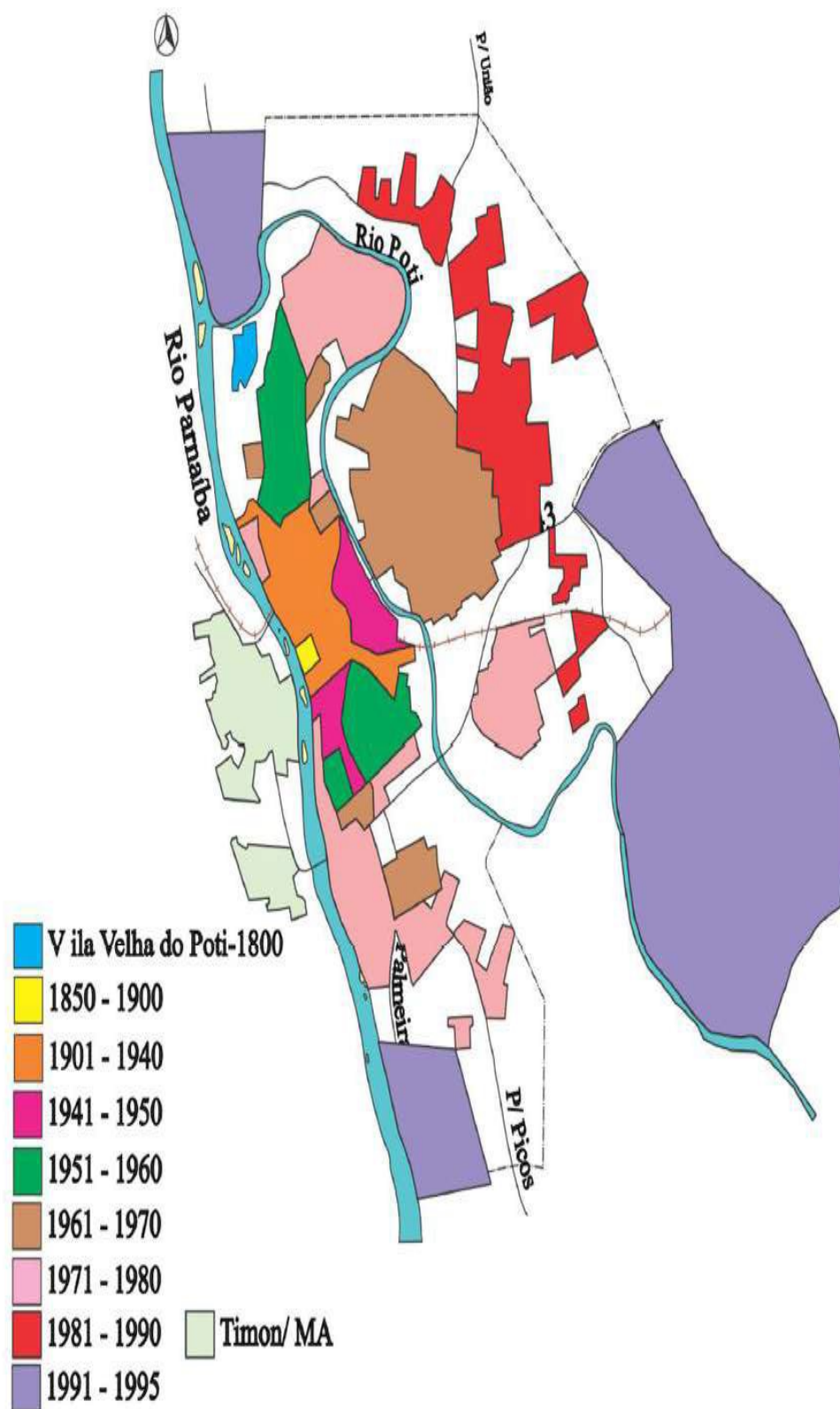
Nesse contexto, fica evidente as estratégias de desterritorialização das massas, através de uma visão burguesa e romântica do progresso urbano, onde o sistema de classes (característico do capitalismo) separa a cidade em áreas hierarquizadas que procuram invisibilizar a pobreza (afastando para zonas periféricas ou restringindo-as “aos guetos”), produzindo a exclusão dos indivíduos do processo de modernização. Promovendo, ainda, dentro da reprodução das narrativas coloniais, progressistas e modernas a criminalização e higienização social em favor da elite econômica teresinense.

O grande número de atividades realizadas na região Norte (olarias, produção de potes, extração de areia e seixo, vacarias, pesca, agricultura nas vazantes) da cidade favoreceram a atração de moradores de cidades vizinhas que, seduzidos pelo “cheiro” de progresso, acabam por provar o “gosto amargo” da miséria. A década de 1960 é marcada pelo maior fluxo de migrantes [...]. Quanto ao processo de modernização ocorrido no Piauí, pode-se afirmar que toma maior impulso a partir da década de 1960, com reflexos expressivos na capital Teresina. Nesse período o país atravessava o período ditatorial marcado pelo grande poder de repressão dos militares. Teresina, nessa fase sombria da nossa história, é integrada na política de modernização pregada pelo regime. Assim como outros processos de modernização perpetrados em outras cidades, em Teresina, os segmentos sociais de menor poder aquisitivo deveriam ser afastados das áreas centrais e de expansão da cidade (SILVA FILHO, 2011, p. 13-14).

Deste modo, as políticas segregacionistas ainda presentes (principalmente na Boa Esperança), evidenciam que as práticas do processo histórico escravocrata se mantêm similares e resistem ao tempo em virtude do racismo. A tomada e concessão de terras normalizou a apropriação territorial, pois destinadas a grupos específicos viabilizou a desigualdade social presente nos dias atuais.

É evidente que quando se institui que o progresso é para a civilização, automaticamente se exclui as populações vulnerabilizadas, uma vez que estas não possuem o privilégio de ser integradas a ele, ou o poder para consumi-lo.

Mapa 1 - Demarcação do perímetro urbano de Teresina entre 1981-1995 (s/ esc.)



Fonte: RESENDE, 2013, p. 103, com dados de Façanha, 1998 *apud* PMT, 2015, p. 15

3.2 Racismo Ambiental

É notório que o preconceito contra os excluídos foi normalizado em território brasileiro, a elite não tem o menor interesse em mudar o sistema de relação servil que lhe beneficia. A mentalidade colonial ainda é presente na estrutura social, mesmo assim muitos não percebem que a falta de oportunidades e de assistência social básica são reflexos da marginalização e impunidade que representam a herança cultural do período de invasão e domínio português, que institucionalizou o sistema racista e ideológico de criminalização da pessoa negra na sociedade brasileira.

Criado por volta de 1920, o racismo enquanto conceito e realidade já foi objeto de diversas leituras e interpretações. Já recebeu várias definições que nem sempre dizem a mesma coisa, nem sempre têm um denominador comum. Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos mesmos conteúdo e significado, daí a falta do consenso até na busca de soluções contra o racismo. Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (MUNANGA, 2003, p. 7).

Para Almeida (2019, p. 22):

[...] Ainda que hoje seja quase um lugar-comum a afirmação de que a antropologia surgida no início do século XX e a biologia – especialmente a partir do sequenciamento do genoma – tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários. [...] Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam [...].

É certo que a segregação racial ainda se faz presente, seja institucionalizada pelo Estado ou promovida por certos grupos. Logo, da mesma forma que a elite colonial não era a favor do fim da escravidão, as elites atuais também não são a favor de compartilhar os espaços ou a renda com as pessoas que viviam sob esta condição e seus descendentes mantendo-os na categoria de subordinados, o que contribui para a manutenção de uma sociedade desigual.

No cenário brasileiro em que se faz presente o mito da democracia racial, e consequentemente a negação da existência do racismo, é de suma importância o debate sobre o conceito de racismo ambiental e de justiça ambiental, visto que não apresentam contrariedades, longe disso, ambos representam a organização social desigual imposta às minorias que carregam de forma descomunal os danos e riscos ambientais.

Refletir e propor reflexões sobre as mais variadas formas de racismo no Brasil, atualmente, trata-se de uma urgência, se quisermos superar práticas discriminatórias, produtoras de violências e de extermínio de pessoas negras e suas culturas. Notícias de assassinatos, que dadas as proporções são classificados e reconhecidos pela sociedade civil como genocídio, em especial no extermínio da juventude negra, são um exemplo. Os constantes ataques a templos religiosos de matrizes africanas, candomblé e umbanda demonstram uma atualização de antigas práticas de desrespeito e o propósito de silenciar essa cultura religiosa vinda com os africanos escravizados no período do tráfico negreiro, da escravidão institucional neste país. As inúmeras denúncias de negros e negras sofrendo perseguições em lojas, xingamentos em vias públicas, perda de oportunidades de trabalho, destrato em universidades e escolas de Educação Básica, da violência policial em suas abordagens vêm demonstrando que o cotidiano racista brasileiro está longe de ser superado na terra da chamada “democracia racial” (SILVA; LÚZIO, 2019, p. 25).

A Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial) estabelece que Racismo é crime e que, portanto, “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. Recentemente, este regulamento sofreu alteração ao ser sancionada a Lei 14.532 de 11 de janeiro de 2023 que equipara o crime de injúria racial ao crime de racismo, tornando-o inafiançável e imprescritível. Há ainda a Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010 em seu Art. 1º que institui

o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.” É importante ressaltar que de acordo com o Art. 5º inciso XLII da Constituição Federal “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Pelo aparato legal, crimes desta natureza não deveriam mais ocorrer, uma vez que se supõe que as leis são efetivas, rígidas e imparciais. No entanto, é possível constatar a popularização das ideologias racistas que o sistema ainda perpetua, como o racismo ambiental. Este termo é bastante recente no Brasil, sendo utilizado pela primeira vez na década de 80 pelo reverendo negro e líder de direitos civis norte americano Benjamin Chavis (1993, *apud* PACHECO; FAUSTINO, 2013, p. 85):

Racismo ambiental é a discriminação racial nas políticas ambientais. É discriminação racial no cumprimento dos regulamentos e leis. É discriminação racial no escolher deliberadamente comunidades de cor para depositar rejeitos tóxicos e instalar indústrias poluidoras. É discriminação racial no sancionar oficialmente a presença de venenos e poluentes que ameaçam as vidas nas comunidades de cor. E discriminação racial é excluir as pessoas de cor, historicamente, dos principais grupos ambientalistas, dos comitês de decisão, das comissões e das instâncias regulamentadoras.

Esta forma de racismo encontra-se cada vez mais difundida na sociedade, uma vez que se constitui na ausência de políticas públicas e de infraestrutura básica em comunidades marginalizadas, devendo ser entendido dentro de um campo de luta pois as minorias sociais estão cada vez mais expostas à sua prática.

Sobre o racismo ambiental, Herculano (2008, p. 16, grifos da autora) salienta:

O conceito diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. – que têm se defrontado com a **‘chegada do estranho’**, isto é, de grandes empreendimentos desenvolvimentistas – barragens, projetos de monocultura, carcinicultura, maricultura, hidrovias e rodovias – que os expõem de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida.

Nesse contexto, a injustiça ambiental tem se traduzido em velar pelos interesses da classe dominante, assumindo total parcialidade em benefício da elite econômica. Em contrapartida, a justiça ambiental deve ser aplicada a todos de maneira igual e imparcial, se constituindo na busca de condições básicas de vida e preservação

dos direitos econômicos, políticos e sociais de toda comunidade. O termo justiça ambiental é definido por Robert Bullard (*apud* HERCULANO, 2008, p. 2) como:

[...] a busca do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entende-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operações industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, locais ou tribais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas.

Pacheco e Faustino (2013, p. 93) defendem que:

Tratar das injustiças ambientais levando em conta o racismo é mais que ‘dirigir-se’ diretamente aos povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas partindo de uma ideia de localidades isoladas e de especificidades ‘minoritárias’, ou da noção de assimilação subordinada – o que se poderia dizer das populações urbanas negra e indígena – aos poderes e instituições dominantes. Considerar o racismo na problemática das injustiças ambientais significa reconhecer a posição e a importância política desses sujeitos étnico-racial e culturalmente diversos e entender essa diversidade sem distorções alegóricas, mas como condição humana e, portanto, histórica. Romper com os essencialismos que folclorizam os atingidos, assim como politizar sua existência e as históricas negações que sobre esses contingentes recaem é, pois, um bom e promissor caminho para o enfrentamento das injustiças ambientais, posto que em boa parte é por meio dessas negações – racistas por excelência – que tais injustiças se constituem.

Indubitavelmente, é urgente o combate ao racismo ambiental que se constitui na normalização da morte do corpo negro e outras minorias. Deve-se pensar que esta forma de política capitalista atinge não somente os marginalizados (com desemprego, desterritorialização, violência, exclusão), como também a sociedade de maneira geral, uma vez que contribui para o desequilíbrio ambiental em virtude de desmatamentos, urbanização em larga escala, poluição, assoreamento dos rios, contaminação do solo, dentre outros impactos negativos que a elite econômica ignora em razão da concentração de capital. Logo, o progresso é apenas um mito, criado pelos detentores de poder aquisitivo para manter seus privilégios. Nada mais que uma construção social, assim como a ideia de raça.

3.3 O progresso que exclui as “minorias”

O capitalismo se expande pelo mundo em busca de recursos naturais que possam ser explorados economicamente, causando um desequilíbrio ambiental em escala global. Em decorrência de suas ações diversos crimes ambientais são praticados, como a extinção de espécies de animais, devastação de florestas e ecossistemas, assim como a poluição de rios e mares comprometendo sociedades atuais e futuras.

O progresso se fundamenta em uma suposta sociedade igualitária, em que o desenvolvimento do país será benéfico a todos, quando apenas um pequeno grupo será contemplado. Assim, travestido de desenvolvimento sustentável, o regime capitalista se utiliza da exploração do trabalho das classes mais baixas da sociedade, resultando em populações locais sofrendo com a especulação imobiliária, poluição ambiental, tomada de terras, doenças, extermínios e qualquer outro mecanismo que possibilite suas estratégias de concentração de renda.

Frente a tantas adversidades causadas pela ação do homem ao longo do tempo, diversos estudiosos discutem conceitos e medidas que busquem minimizar as consequências da exploração do meio de maneira desenfreada, desenvolvendo assim uma mentalidade socioambiental que objetive o bem-estar de todos. A exemplo, pode-se citar Rachel Carson em *Primavera Silenciosa* de 1962 onde critica as indústrias químicas e sua capacidade de afetar a vida animal e a vida humana por meio de agrotóxicos.

O relatório do Clube de Roma, denominado *Limites do Crescimento* (1972) que buscava alertar o mundo para o uso consciente dos recursos naturais, do contrário (por meio da industrialização, poluição, aumento populacional) a humanidade os esgotaria em menos de 100 (cem) anos. Este clube visava o que atualmente se conhece por economia verde, embora na época de sua publicação tenha sido acusado de tentar frear o crescimento econômico.

O Ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs (1982) conclui que o desenvolvimento sustentável surge da integração de cinco pilares essenciais, sendo eles: social, ambiental, econômico, territorial e político. E por fim, o Relatório de Brundtland - *Nosso Futuro Comum* (1987), aponta que o desenvolvimento sustentável deve suprir as necessidades da população de modo que ele também seja capaz de atender às necessidades das futuras gerações, sendo necessária assim uma mudança de mentalidade do governo, consumidores e empresas. Vale ressaltar que as críticas presentes neste relatório sobre

os conceitos de desenvolvimento sustentável versam sobre as estratégias de produção em larga escala, consumismo exacerbado de produtos considerados não sustentáveis e a ausência da população nos debates sobre políticas de desenvolvimento sustentável.

Achille Mbembe, nas lições sobre necropolítica, nos aponta a reflexão de que o capitalismo contemporâneo se traduz em um projeto de revitalização da própria escravização. A herança colonial escravocrata insiste em marcar na pele negra e indígena, em seus corpos e territórios, as consequências do racismo ambiental, desde assassinatos de lideranças que se contrapõe ao modelo hegemônico, às doenças causadas por áreas e águas contaminadas, ao esbulho de seus territórios e desaparecimento de comunidades inteiras. O sistema pós-colonial modernizou os meios de produção, mas segue ditando às regras, de quem merece ou não viver, de quais vidas poderiam ser descartadas. Não por acaso, terras indígenas e quilombolas são usurpadas para a exploração predatória neoliberal. O racismo ambiental se torna institucionalizado como em “cidadãos”, em uma perspectiva etnocêntrica, é a mesma coisa que dizer: “Vamos salvá-los, vocês têm que deixar de ser indígenas, deixar de ser quilombolas”. Com a perda do pertencimento a uma coletividade e territorialidade, fica mais fácil transformá-los em mão de obra explorada, nos moldes do antigo “Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais” (SPILT) (SILVA; MORAES, 2019, p. 37-38).

Sob o pretexto do desenvolvimento se mantém um estreito relacionamento entre o colonialismo e o progresso, a partir da exclusão coletiva e apropriação da riqueza pelo pequeno grupo dominante. Os impactos ambientais impostos às minorias não são frutos de ações isoladas, se constituem em ferramentas de subordinação de organizações e do poder público. Esta prática de racismo surge da construção social que deslegitima e silencia discursos que o definem como discriminatórios, independente do panorama histórico.

Contudo, os conflitos ambientais se instalam também porque esse modo de se pensar e se fazer o desenvolvimento, embora predominante, não é o único e, a despeito de seus discursos auto elogiosos, não se mostra razoável para o bem comum. Isso explica por que tantos e diferentes grupos sociais resistem e fazem contrapontos Brasil afora e, com base em premissas cidadãs, desafiam ‘noções prevalecentes’ de diferentes formas: anunciando a si mesmos; explicitando as injustiças e desigualdades; denunciando as diferentes violações de que são vítimas e/ou testemunham; reivindicando direitos; valorizando, criando e recriando contrapropostas; construindo diferentes mecanismos de visibilidade pública e debate com a sociedade. É nesse movimento que se tornam possíveis e/ou se apresentam as conquistas, ainda que em grande parte localizadas e frágeis diante da força operacional e política do sistema capitalista e das inconsistências de tais conquistas na vida cotidiana. Inconsistências que se devem às fragilidades dos órgãos públicos que deveriam garanti-las, que são resultantes do elitismo, conservadorismo

e autoritarismo da cultura política e do poder econômico dominante (FAUSTINO, et al., 2013, p. 260-261).

Na busca pela visibilidade daqueles que sofrem com o racismo ambiental em solo brasileiro, criou-se o Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, também conhecido como Mapa de Conflitos que tem por objetivo denunciar as práticas nocivas do capitalismo e cobrar o cumprimento dos deveres do Estado em relação a saúde, segurança, políticas públicas, moradia, educação, dentre outros aspectos fundamentais para a sobrevivência dos marginalizados ameaçados por este sistema, visto que as questões ambientais podem moldar um novo quadro social no qual os riscos e o desenvolvimento sejam distribuídos proporcionalmente entre os grupos sociais.

No Brasil, foi fundada em 2001, em Niterói, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) [...] a partir da associação de movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONG), sindicatos e pesquisadores de todo o Brasil, com o objetivo de denunciar a destruição do meio ambiente e dos espaços coletivos de vida e trabalho que ocorrem predominantemente em locais onde vivem populações negras, indígenas ou sem recursos econômicos e fortalecer ações coletivas que possam se contrapor a esse processo. Apresentada como uma rede virtual, a RBJA constitui-se como um fórum de discussões, de denúncias, de mobilizações estratégicas e de articulação política, no sentido de ampliar e dar visibilidade às lutas encampadas por entidades e populações envolvidas. [...] Por intermédio da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), sediada no Rio de Janeiro e que também é membro da RBJA; em conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) foi desenvolvido o Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil [...] e tem o objetivo apoiar a luta de inúmeras populações e grupos atingidos em seus territórios por projetos e políticas baseadas numa visão de desenvolvimento considerada insustentável e prejudicial à saúde. [...] Os conflitos foram levantados tendo por base principalmente as situações de injustiça ambiental discutidas em diferentes fóruns e redes desde 2006, em particular a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (DAMASCENO; SANTANA JUNIOR, 2011, p. 6-7).

Quadro 1 - Mapeamento de conflitos do Piauí

Nome	UF	Município	Populações	Atividades Geradoras do Conflito	Danos à Saúde	Impactos Socioambientais
PI - Agricultores familiares e comunidades quilombolas de São Raimundo Nonato lutam contra instalação de empresas de mineração e carvoarias em seu território	PI	São Raimundo Nonato (PI)	Quilombolas	Atuação de entidades governamentais, Mineração, garimpo e siderurgia	Doenças não transmissíveis ou crônicas, Insegurança alimentar, Piora na qualidade de vida	Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, Desertificação, Desmatamento e/ou queimada, Falta / irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental, Falta / irregularidade na demarcação de território tradicional, Incêndios e/ou queimadas, Invasão / dano a área protegida ou unidade de conservação, Poluição atmosférica, Poluição de recurso hídrico
PI - Agricultores familiares têm suas terras ameaçadas por avanço de mineradora	PI	Curral Novo do Piauí (PI)	Agricultores familiares	Mineração, garimpo e siderurgia	Piora na qualidade de vida, Violência - ameaça	Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, Assoreamento de recurso hídrico, Contaminação ou intoxicação por substâncias nocivas, Desmatamento e/ou queimada, Poluição atmosférica, Poluição de recurso hídrico, Poluição do solo, Poluição sonora

Quadro de mapeamento de conflitos do Piauí (continua)

Nome	UF	Município	Populações	Atividades Geradoras do Conflito	Danos à Saúde	Impactos Socioambientais
PI - Erro de cálculo colocou projeto de assentamento rural em risco.	PI	Floriano (PI)	Agricultores familiares, Quilombolas	Agroindústria, Atuação de entidades governamentais, Carvoarias, Monoculturas	Desnutrição, Insegurança alimentar, Piora na qualidade de vida, Violência - ameaça	Desmatamento e/ou queimada, Erosão do solo, Falta / irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental, Falta / irregularidade na demarcação de território tradicional
PI - Indústria de Papel e Celulose chega ao vale do Parnaíba, promovendo o plantio intensivo do eucalipto, deslocando comunidades tradicionais e ampliando a escassez de água do semiárido para o perímetro do deserto verde na área de transição da Caatinga para o Cerrado e a Amazônia.	PI	Teresina (PI)	Agricultores familiares, Caiçaras, Pescadores artesanais, Quebradeiras de coco, Quilombolas, Ribeirinhos	Agroindústria, Indústria química e petroquímica, Madeireiras, Mineração, garimpo e siderurgia, Monoculturas	Doenças não transmissíveis ou crônicas, Insegurança alimentar, Piora na qualidade de vida, Violência - ameaça, Violência - coação física	Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, Assoreamento de recurso hídrico, Desmatamento e/ou queimada, Erosão do solo, Falta / irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental, Falta / irregularidade na demarcação de território tradicional, Invasão / dano a área protegida ou unidade de conservação

Quadro de mapeamento de conflitos do Piauí (conclusão)

Nome	UF	Município	Populações	Atividades Geradoras do Conflito	Danos à Saúde	Impactos Socioambientais
PI - Região de chapadões no extremo-sul do Piauí, patrimônio singular de importância mundial arqueológica e pela transição entre áreas ricas dos biomas Caatinga e Cerrado, é ameaçada por projetos de expansão agrícola e mineração, e até o momento não obtiveram o cuidado merecido das instâncias governamentais	PI	Redenção do Gurguéia (PI)	Agricultores familiares, Quilombolas, Trabalhadores rurais assalariados	Madeireiras, Mineração, garimpo e siderurgia, Pecuária	Desnutrição, Falta de atendimento médico, Insegurança alimentar, Piora na qualidade de vida, Violência - coação física	Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, Assoreamento de recurso hídrico, Desmatamento e/ou queimada, Falta / irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental, Falta / irregularidade na demarcação de território tradicional, Invasão / dano a área protegida ou unidade de conservação
PI - Região do Alto Parnaíba, área de transição entre Caatinga, Cerrado e Floresta Amazônica, é impactada pela atividade de companhia de Alimentos, que utiliza grandes áreas para a cultura da soja e usa carvão vegetal para processar os grãos	PI	Uruçuí (PI)	Agricultores familiares, Moradores de aterros e/ou terrenos contaminados, Quebradeiras de coco, Ribeirinhos	Agrotóxicos, Barragens e hidrelétricas, Madeireiras, Monoculturas, Transgênicos	Acidentes, Desnutrição, Doenças não transmissíveis ou crônicas, Insegurança alimentar, Piora na qualidade de vida, Violência - ameaça, Violência - coação física	Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, Assoreamento de recurso hídrico, Desmatamento e/ou queimada, Erosão do solo, Falta / irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental, Falta / irregularidade na demarcação de território tradicional, Poluição de recurso hídrico, Poluição do solo

Fonte: FASE; FIOCRUZ, 2010

3.4 O Racismo Ambiental na Comunidade da Avenida Boa Esperança

A partir do conceito de racismo ambiental, anteriormente apresentado, procuraremos entender como o Programa Lagoas do Norte atingiu as pessoas da Zona Norte de Teresina, em especial à comunidade residente à avenida Boa Esperança, o seu lugar e, conseqüentemente, seu patrimônio cultural.

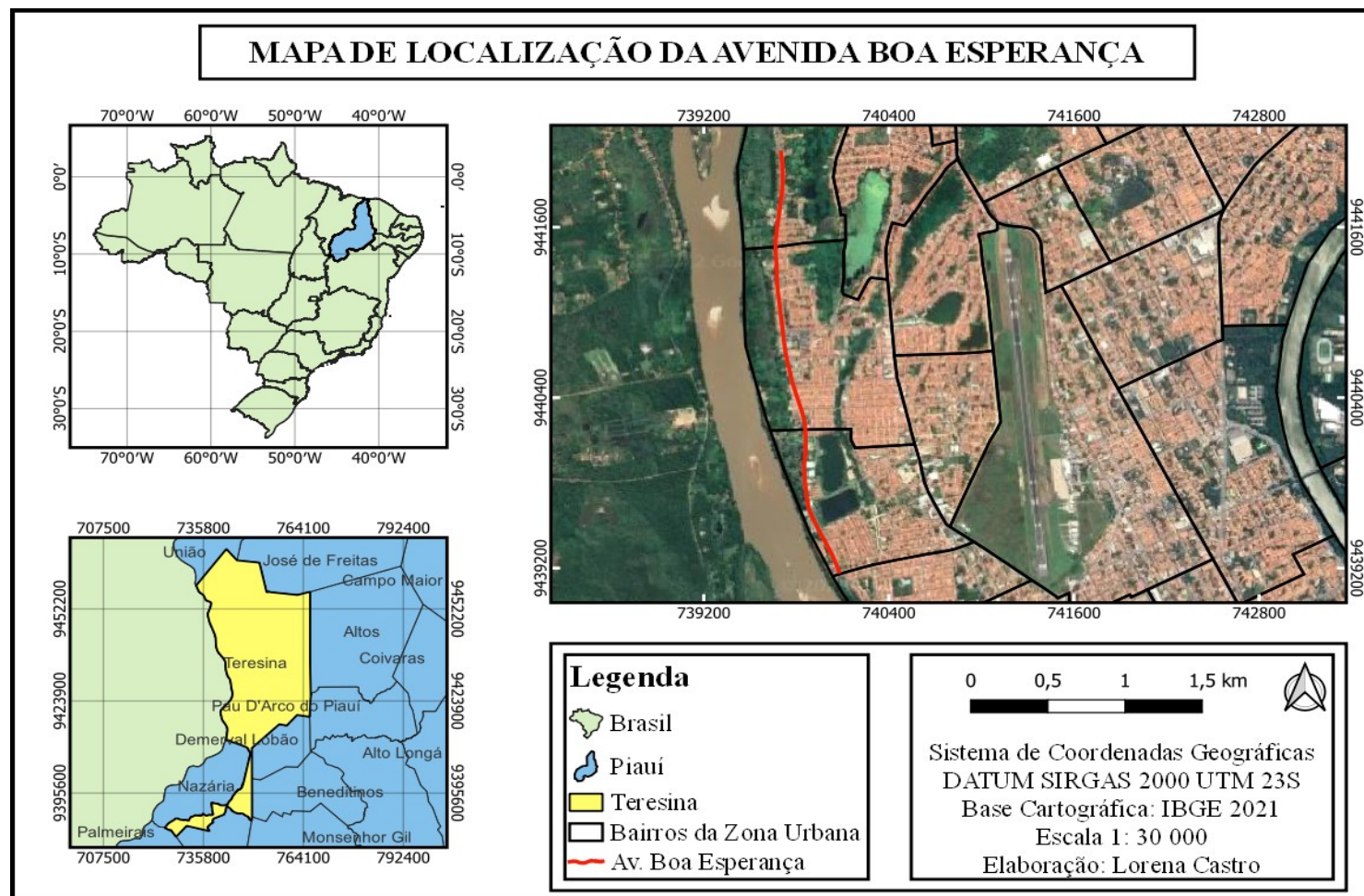
A comunidade é responsável pela construção desta Capital, visto que, como eles próprios colocam, é do barro das olarias da região que vieram os tijolos e as telhas que construíram Teresina. Ciente de sua importância para a cidade, a comunidade tem realizado posicionamentos públicos de enfrentamento às tentativas de implemento de projetos de reestruturação que mascaram a gentrificação²⁰ pela Prefeitura de Teresina. Localizada na zona norte da cidade, esta região é caracterizada da seguinte forma pelos seus moradores, organizados coletivamente através do Centro de Defesa Ferreira de Sousa - CDFS (2019, p. 6):

A zona norte de Teresina apresenta uma vida cultural rica e diversificada, com modos de fazer e viver próprios. Os aspectos físicos-geográficos da área dialogam com tradições, saberes locais e memórias sociais. Nesta parte da cidade podemos encontrar grupos culturais (bumba meu boi, capoeira e outros), atividade oleira e cerâmica, a pesca artesanal e a horticultura. Nos quintais da região, há criação de animais de pequeno e médio porte, cultivo de árvores frutíferas e de plantas medicinais tratadas por rezadeiras. Vanzanteiros, antigos vaqueiros, lavadeiras, bordadeiras e povos de terreiro também compõem a paisagem cultural deste lugar, significado ao longo do tempo por seus/suas moradores/as. Com o avanço das ações do PLN, memórias, saberes, fazeres, a vida e a identidade cultural do lugar e de seus/suas moradores/as encontram-se ameaçados.

São pessoas que lidam diariamente com a desassistência do poder público, que precisam do meio ambiente para sobreviver, de lugares específicos que possibilitem seu modo de vida. À medida que o projeto Lagoas do Norte avançou, diversos impactos negativos foram sentidos por essa comunidade, além das desapropriações, como: exclusão social, impacto ambiental, perda de sua autonomia econômica, isso sem mencionar o grande prejuízo à cultura e identidade dessa população que tem suas atividades cotidianas intimamente relacionadas ao lugar que ocupam estrategicamente e afetivamente junto às margens dos rios Poti e Parnaíba.

²⁰ “O termo *gentrification* foi criado em 1964 por Ruth Glass para descrever o processo que teve início nos anos 1950, através do qual algumas áreas residenciais deterioradas no centro de Londres, ocupadas pela classe trabalhadora, estavam sendo transformadas em áreas residenciais para a classe média” (FURTADO, 2014, p. 21).

Mapa 2 - Localização da Avenida Boa Esperança



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

De acordo com Maria Lúcia de Oliveira Sousa (mulher preta, de axé, defensora da vida, liderança comunitária, presidente do Centro de Defesa Ferreira de Sousa e representante do Museu da Resistência da Boa Esperança, como ela mesmo se identifica) a população da comunidade tem sofrido desde 1970 quando os primeiros moradores chegaram à região. Naquele momento não havia infraestrutura básica, não haviam hospitais ou médicos e as escolas eram distantes, assim, quando precisava de auxílio médico a população recorria aos trabalhos em terreiros com ervas, banhos e garrafadas fazendo uso dos conhecimentos advindos da ancestralidade.

Em 1980, o Pe. Eduardo vindo da Itália criou a cooperativa dos oleiros e a associação dos vazanteiros. Nesse período os moradores da Boa Esperança “despertaram” para a consciência de ancestralidade formada por quilombolas e indígenas, a vida na comunidade sempre foi constituída em relações de troca, em um ambiente de contato com a natureza tendo os rios Parnaíba e Poti nas imediações e muitas árvores frutíferas. Esta população ribeirinha foi responsável pela construção de muitos prédios públicos e igrejas de Teresina, pois costumavam fabricar tijolos (COMUNICATIVAS, 2017)²¹.

A observância do entorno da avenida Boa Esperança como apenas um espaço detentor de potencialidades para exploração de ordem econômica, evidencia a manutenção do capitalismo desenfreado que gera as desigualdades econômicas, ambientais e sociais ainda existentes. Em contrapartida, os habitantes desta localidade mantêm uma relação intrínseca com o lugar, desde a percepção de que são descendentes dos nativos daquele território a considerá-lo um espaço social e simbólico que expressa sua identidade coletiva e se constitui como patrimônio cultural.

Nesse contexto, lugar é definido por Carlos (1996, p. 28-29 *apud* GAMA, 2019, p. 7) como:

[...] em sua essência, produção humana, visto que se reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas de apropriação para a vida. O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida. No lugar emerge a vida, posto

²¹ SOUSA, Maria Lúcia de Oliveira. ENTREVISTA [novembro de 2017]. ENTREVISTADORES: Organizadores do canal (“Comunicativas”) no YouTube (plataforma online de distribuição digital de vídeos na internet). Entrevista concedida para a divulgação do movimento “Lagoas do Norte, pra quem? Parte – 1”.

que é aí que se dá a unidade da vida social. Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui ou modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si. Tem a dimensão da vida, por isso o ato de produção do lugar revela o sujeito.

Ademais, o Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000 instituiu *Lugar* como uma categoria de classificação de bens culturais, como infere Leite (2004, p. 35 *apud* TEIXEIRA, 2015):

[...] Na década de 1990 houve o avanço do campo do patrimônio cultural no sentido de criar novas categorias e instrumentos para a proteção e valorização de uma gama mais plural e diversificada culturalmente de bens, passando a coexistir, junto ao tombamento, o instrumento do registro (Decreto nº 3.551, de 2000). Nesse processo, a categoria Lugar se consolidou como forma de compreender um referencial cultural especializado, cujo valor não se concentra estritamente em seus aspectos construtivos ou históricos. Desse modo, a categoria diz respeito a um recorte espacial dotado de significação cultural e social expressas no tempo presente por meio da relação que pessoas e grupos estabelecem com ele. Nesse sentido, a categoria Lugar compreende demarcações físicas e simbólicas no espaço, “cujos usos qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitadas reflexivamente”.

Em virtude do racismo ambiental (evidenciado pelo PLN), famílias na sua maioria compostas por pessoas pretas, de baixa renda, de religiosidade fundamentada na matriz africana, vêm sendo afastadas de seu meio socioambiental e cultural, o que acarreta a perda das atividades econômicas responsáveis pelo seu sustento. O deslocamento forçado promove ainda a perda de laços afetivos que em cenários de conflitos representam apoio e resistência. As redes de resiliência da comunidade são formadas pelo grupo do “fuxico” (mulheres que se reúnem para discutir os problemas da comunidade e elaborar estratégias para garantir sua continuidade), grupos de capoeira, de rap, integrantes do bumba meu boi que promovem a solidariedade através do compartilhamento de recursos, habilidades e conhecimentos em busca de fortalecer suas vozes contra o capitalismo que propaga o individualismo, a acumulação de bens e principalmente atua pela estratégia do “dividir e conquistar” porque sabe da força das coletividades.

A normalização das práticas racistas (racismo religioso, ambiental, institucional) contra as populações vulnerabilizadas que habitam a Boa Esperança, colabora com políticas excludentes, nas quais a qualidade de vida desses coletivos nunca foi um tópico relevante para o sistema discriminatório, pois sempre são deixadas de

lado, à margem. Sua história geralmente é descartada, suas casas são desvalorizadas, reduzidas a meros obstáculos ao desenvolvimento²² da localidade. Tais ações são muitas vezes justificadas pelo que se chama de progresso para alguns e se caracteriza como injustiça social para outros.

Em relação à comunidade da Boa Esperança se observa que as práticas de desterritorialização, somam-se ao tratamento nocivo destinado ao meio ambiente que difere do modo como os cidadãos que lá vivem se relacionam com a natureza. Pode-se tomar como exemplo os rios que vêm sofrendo impactos negativos de grandes proporções, provocados tanto pelo lixo urbano, quanto pelo uso de dragas, despejo de esgoto, o desmatamento das margens que causam o assoreamento, a proliferação de vetores transmissores de doenças e a contaminação do ecossistema.

Por outro lado, a comunidade tradicional sabiamente conhecedora da fauna, da flora e do ciclo do rio que a alimenta, mantém uma relação de respeito e cuidado em virtude da manutenção do equilíbrio ambiental, o que se observa na denúncia de Maria Lúcia:

Meio ambiente não! Somos é natureza. Nesse dia da natureza não do meio ambiente, eu quero mostrar como é que é a nossa forma de vida. Aqui a gente trabalha preservando a natureza. A gente planta, a gente planta e refloresta. É assim que o nosso povo, a nossa ancestralidade, nos ensina e nos ensina a sentir com o coração porque nós somos a própria natureza. Nós não somos o meio ambiente, não é meio ambiente, não é meio, é natureza. Porque nós precisamos da natureza, as nossas plantações, enquanto a gente preserva e luta pra manter a nossa natureza, a nossa natureza humana e a nossa natureza (chão, terra, árvore, água). A gente passa por sofrimento porque a gente luta contra o assoreamento das margens do rio pelos praticantes de jet ski. A dragagem das águas do rio que acaba com as matas ciliares, o

²² “[...] o prefixo DES amiúde indica algo ruim, associado a desfazer e destruir. Quando aplicado à palavra “desenvolvimento”, ele mantém essa conotação negativa, destrutiva. Vejamos primeiro o contrário de algo “desenvolvido”, isto é, algo “envolvido.” A ideia de “envolver” tem a ver com “embrulhar”, com “proteger.” Tanto que o equivalente em alemão (*wickeln*) significa, além de “envolver”, também “pôr fralda na criança”, isto é, protegê-la. Dar um abraço é envolver um ente querido com os braços. [...] Assim, “desenvolver” algo é tirar o “invólucro” (a proteção) que o tem protegido, que o mantém inteiro como formação ontológica, como ser, como organismo. No caso que nos interessa, “desenvolver” um ecossistema é intervir nele. Ora, sabemos que toda intervenção em determinado ecossistema, como a introdução de espécies exóticas ou supressão de determinada espécie, causa um desequilíbrio, uma perturbação em sua homeostase. Portanto, “desenvolver” um ecossistema é tirar sua autodefesa, é fragilizá-lo. Vê-se que, não só etimológica e morfológicamente, mas também semanticamente, o prefixo DES indica algo ruim no que concerne à vida. [...] A despeito do discurso do “desenvolvimento” [...] em todo o mundo, no bojo do rolo compressor da globalização, melhora as condições de vida de uma pequena minoria privilegiada, a curto e talvez médio prazos, mas piora-a para a grande maioria, além de inviabilizar a vida na face da terra definitivamente para todos a longo prazo” (COUTO, 2009, p. 145-146).

cercamento dos parques que impede que os animais passem para fazer a desova e o trânsito que tem matado a nossa, os nossos cágados de barbicha. Então nós não somos o meio, não é o meio, é a natureza, porque a natureza somos nós. E nós, o povo tradicional, a gente precisa, precisa viver em meio a essa natureza, porque nós fazemos parte dela. Nós somos a própria natureza e sem a natureza a gente não vive (CENTRO DE DEFESA, 2021)²³.

Raimundo Pereira da Silva Filho (também conhecido por Novinho), outra liderança comunitária, denuncia o desmatamento de plantas nativas (moringa) pela prefeitura de Teresina em uma ação de limpeza da região e a normalização da arborização da cidade por espécies invasoras e nocivas (neste caso o “pé” de Nim)²⁴, não somente para a população como também para os animais e o solo, como podemos perceber em seu relato:

Estamos aqui na Avenida Boa Esperança, na comunidade tradicional da Boa Esperança, na zona Norte, onde a cidade nasceu. Falando aqui também para denunciar sobre a questão do meio ambiente, a gente planta, cultiva aqui nessa área, tanto na margem do rio como aqui, aqui sempre teve um bosque, foi cortado que tinha umas acácias. Depois a gente plantou os ipês e esses ipês a gente já tem lutado pra permanência deles. E aí nasceram três árvores que são nativas, que é a moringa, que é uma árvore que ela traz nutrientes para o solo. Ela retira substâncias poluidoras do ambiente do ar e ela já por várias vezes foi cortada na hora da limpeza da prefeitura e dessa última vez foi pedido para não cortar. Aí elas ficaram aqui, eles não cortaram. Só que aí o golpe veio de uma escola que está aqui para educar, para ensinar, para mostrar. A mesma escola que cortou, mandou cortar o pé de moringa é a mesma que dentro da creche está cultivando um nim que é até perigoso para as crianças. Venenoso, venenoso pro solo e venenoso para a própria criança ter contato. Então já seria uma forma de educar, uma educação ambiental pra essas futuras gerações. Então está deseducando. Então a gente pode ver o que aconteceu com a

²³ SOUSA, Maria Lúcia de Oliveira. DEPOIMENTO [junho de 2021]. Depoimento concedido para o canal (“Centro de Defesa”) no YouTube (plataforma online de distribuição digital de vídeos na internet) em vídeo intitulado “05 de junho - homenagem das comunidades tradicionais de Teresina à Natureza”.

²⁴ “A espécie *Azadirachta indica*, popularmente conhecida como Neem (Nim) é uma árvore nativa da Índia e do sudoeste asiático que foi introduzida no Brasil na década de 1980 pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) por meio de sementes originárias das Filipinas e, posteriormente, teve seu cultivo implantado nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste (BITTENCOURT, 2006). [...] Na Região Nordeste, há 259 ocorrências de Nim registradas na Base Nacional de Dados sobre Espécies Exóticas Invasoras, incluindo o Arquipélago de Fernando de Noronha. O Nim tem capacidade para alterar a estrutura de ecossistemas abertos, causando significativa perda de espécies por sombreamento e pela alta densidade populacional. Libera fitoquímicos no solo e inibe a germinação de espécies nativas (alelopatia), exercendo dominância ao longo do tempo mesmo em ambientes florestais. Pode ainda alterar o regime hídrico local (GIST, 2009), especialmente em regiões de baixa pluviosidade. A eficácia no controle é pouco viável, dada a dispersão por aves e morcegos” (LEÃO, et al., 2011, p. 66).

moringa, foi cortada, ela já tava bem grande, é uma árvore que ela não polui o solo. Tanto ela traz nutrientes aqui na folha como as raízes dela trazem nutrientes. Mas a nossa esperança, como ela já foi cortada várias vezes e brotou, que ela vai rebrotar de novo (CENTRO DE DEFESA, 2021)²⁵.

Tais vivências ancestrais têm sido impactadas pela elite econômica causando consequências alarmantes ao povo ribeirinho, como se pode notar na fala de Dona Oscarina:

Não sei o que é um píer, não. Eu sei o que é um rio morto, porque o jet ski tá cavando muito, tá cavando toda a planta que tem lá, tirando toda a areia. Eles vêm com aquela coisa tirando a areia, a proteção, e terminam arrancando a planta, caem no rio, e muitos que a gente planta é a mesma coisa. Eu pesco, mas a gente não consegue mais pescar os peixes, porque eles espantam os peixes toda hora. A gente não consegue mais pegar uma pial na beira do rio, porque eles passam com aquelas brincadeiras de mau gosto, toda hora, toda hora, usando a água e cavando a planta, cavando a planta e derribam as plantas. A importância do rio é porque a gente bebe dele, tá certo que é uma água tratada, a gente bebe dele, se alimenta dele, e a gente não tá tendo mais esse privilégio de jeito nenhum. Eles estão acabando, matando o rio. Do jeito que vai, ele vai chegar aqui na beira dessa avenida agora, o rio vai acabar com tudo. Nunca plantaram um pé de planta. Eles apenas matam as plantas, arrancam as plantas. Desse jeito aí, ele mata o rio e mata quem se alimenta do rio (OCORRE DIÁRIO)²⁶.

Dona Oscarina sabiamente elucidou o racismo ambiental em sua localidade, ao destacar o desmatamento da vegetação das margens do rio pelos jet skis e sua importunação na atividade de pesca, logo as pessoas perdem na subsistência e renda, em razão do lazer de uma elite econômica que brinca com a vida das pessoas. Ela não sabe o que é um píer porque não precisa dele para sobreviver, assim como não precisa de restaurantes ou anfiteatros ou um ainda de museus flutuantes (presentes nas propostas do Projeto Vida Rios – o qual será abordado posteriormente), mas ela sabe os impactos que um rio morto pode causar, porque sabe de sua importância, sabe que dele vem a vida.

²⁵ SILVA FILHO, Raimundo Pereira da. DEPOIMENTO [junho de 2021]. Depoimento concedido para o canal (“Centro de Defesa”) no YouTube (plataforma online de distribuição digital de vídeos na internet) em vídeo intitulado “05 de junho - homenagem das comunidades tradicionais de Teresina à Natureza”.

²⁶ DONA OSCARINA. ENTREVISTA [maio de 2022]. ENTREVISTADORA: Maria Lúcia de Oliveira Sousa. Entrevista concedida ao canal (“Ocorre Diário”) no YouTube (plataforma online de distribuição digital de vídeos na internet), em vídeo intitulado “Série de reportagem ‘Os invisíveis que vivem do Rio’”.

Estes depoimentos expõem a descaracterização espacial que incide sobre os modos de vida tradicionais e ensinamentos da comunidade, pois conhecem as peculiaridades do território em que vivem e podem contribuir significativamente em uma colaboração efetiva entre os atores sociais, para que as políticas públicas sejam cada vez mais inclusivas.

3.5 Programa Lagoas do norte – PLN

Criado em 2007, o Programa Lagoas do Norte – PLN de autoria da Prefeitura Municipal de Teresina - PMT em parceria com o Banco Mundial e o Governo Federal (no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC), propõe a “revitalização e requalificação” de 13 (treze) bairros da zona norte da Capital. São eles: Acarape, Matadouro, Parque Alvorada, São Joaquim, Nova Brasília, Poti Velho, Mafrense, Olarias, Aeroporto, Itaperu, Alto Alegre, Mocambinho e Vila São Francisco.

No entanto, este programa se constitui como uma política excludente de colonização contemporânea dos espaços, pois estabelece a desapropriação dos moradores dos bairros afetados, com o aval das autoridades políticas do Estado. Sobre o PLN, o Centro de Defesa Ferreira de Sousa - CDFS (2019, p. 2) infere que:

O PLN é um megaprojeto de ‘revitalização’ urbana lançado no ano de 2007 pela Prefeitura Municipal de Teresina - PMT. O projeto envolve uma região de 13 bairros da zona norte de Teresina e atinge diretamente uma população de 92.000 pessoas. Para ser executado o PLN conta com financiamento do Banco Mundial e do BIRD e já custa aos cofres públicos um valor aproximado de 800 milhões de reais. Tal projeto vem sendo implantado em uma das poucas áreas ainda preservadas da zona urbana de Teresina: região que envolve 2 rios, o Parnaíba e o Poti, 11 lagoas interligadas por canais naturais e uma rica diversidade animal e vegetal. Dentro do PLN está sendo executado o Plano de Reassentamento Involuntário - PRI (o qual vem sendo atualizado e do qual ainda temos muitas dúvidas) que impõe a remoção de 3.500 famílias, aproximadamente 15.000 pessoas. A população atingida pelo Programa caracteriza-se, em sua maioria, por pessoas que ganham até 1 salário mínimo, famílias sustentadas por mulheres, crianças e população preta. O PLN, por contrato, tem previsão de se encerrar em dezembro de 2021.

O referido Programa, PLN, se fundamentou a partir da desvalorização da história da comunidade que lá vive e que lá tem suas raízes, uma vez que a zona norte é tida como uma região nobre da cidade localizada a poucos minutos dos shoppings e centro da capital. A tentativa de implementação do PLN reafirma o racismo ambiental quanto aos impactos ambientais negativos sofridos pelas camadas vulneráveis da

sociedade, visto que previa a expulsão dos moradores da avenida Boa Esperança pelo reassentamento involuntário, justificado por ser uma área de risco (se fosse de fato, um grande empresário de Teresina não teria construído sua mansão naquele lugar), para implementação de um complexo turístico.

A área de atuação do Programa, conhecida como Lagoas do Norte, tem esse nome em razão de se localizar na zona Norte da cidade, num vale dotado de muitas belezas naturais. Na região existem 11 lagoas, parte delas interligadas por canais com diversos nichos de vegetação. A área é conformada pela confluência dos rios Parnaíba e Poti, formando um recanto bucólico de rara beleza. A região se destaca também por ter sido o “berço da cidade”, ou seja, o local em que surgiu a primeira povoação da Vila Nova do Poti, que deu origem à atual Teresina, e onde se mantêm, até hoje, tradições e manifestações culturais relacionadas com esse importante evento. Apesar das citadas belezas, a região, ao longo dos anos e como reflexo da ocupação desordenada, acumulou sérios problemas sociais e ambientais. Na estação chuvosa, as águas pluviais e o extravasamento dos leitos dos rios Parnaíba e Poti provocam inundações das lagoas e das áreas baixas, causando graves consequências para os residentes. Além disso, tem-se a permanente poluição das lagoas e das orlas, devido à ocupação irregular e por serem áreas receptoras do lixo e dos esgotos lançados pela população. O resultado é que nesta área coexistem beleza natural com território insalubre, degradação ambiental, pobreza e elevada criminalidade (PLN, 2015, p. 01).

Na tentativa de justificar a desterritorialização dos moradores da zona norte, o Plano de Controle Ambiental do PLN (2017, p. 17) apresentou outras alegações:

Além das inundações, a ocupação desordenada e inadequada do solo que ocorre na Região das Lagoas do Norte tem gerado uma série de problemas, onde destacam-se os seguintes: (i) aterramento parcial ou total de lagoas e construção de habitações nessas áreas; (ii) construção de moradias na área dos diques marginais dos rios Poti e Parnaíba; (iii) ocupação de áreas localizadas abaixo da cota de inundação periódica dos rios e lagoas; (iv) extração rudimentar de argila para produção de cerâmica vermelha (tijolos e artesanato), ampliando as áreas das lagoas e criando uma série de cavas e depressões, algumas ligadas às lagoas existentes; (v) ocupação das áreas de preservação ambiental permanente; (vi) traçado de vias públicas sem levar em conta o tipo de chuvas concentradas (enxurradas), bem como a presença de uma rede de drenagem ignorando curvas e níveis, riachos e talvegues; e (vii) lançamento de resíduos sólidos e esgoto bruto nas lagoas e nos seus canais de interligação.

As desapropriações em prol do interesse público, são um instrumento jurídico que possibilita a aquisição forçada de bens imóveis, inclusive prevista no Art. 5º, inciso

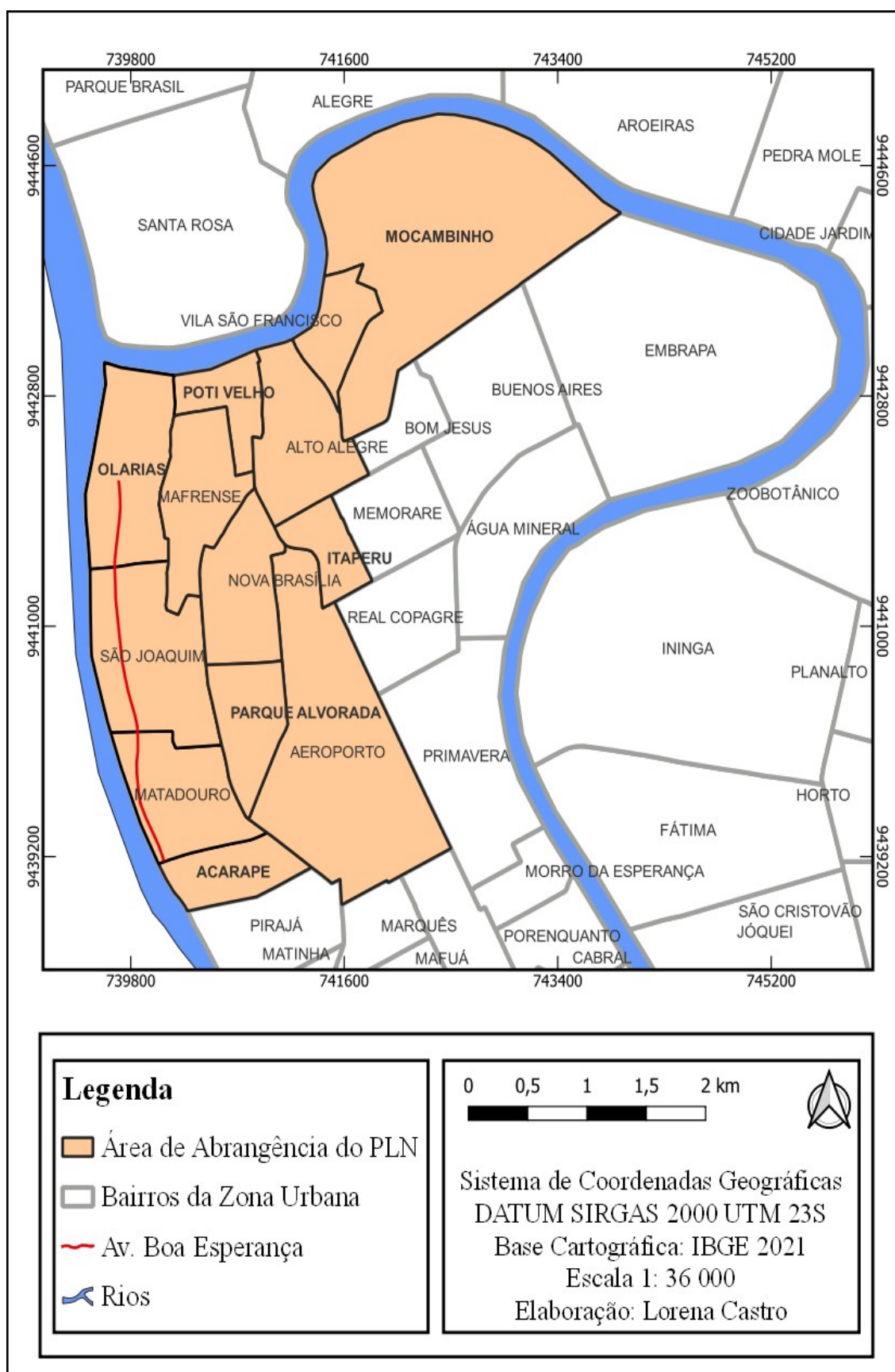
XXIV²⁷ da CF/1988. É interessante perceber que essas expropriações são validadas em razão do bem-estar coletivo, a partir da implementação de políticas para a justiça social. Logo, só me resta inferir que o Direito à moradia, também previsto neste Estatuto (no Art. 6º), é passível de precificação.

No âmbito dos dispositivos legais, e falando como alguém que também pertence aos coletivos mais atingidos por esse sistema, gostaria de questionar quais grupos estão incluídos no “bem-estar coletivo” para o qual as leis se propõem respaldar, pessoas não brancas, de baixa renda, não praticantes do catolicismo e do capitalismo, também são beneficiadas? Tomando ciência da luta dos coletivos da avenida Boa Esperança, a resposta é não.

A inquietação que me segue, embora não saiba muito sobre leis e possivelmente esteja partindo de um pensamento equivocado, é que se todos nós temos Direito à moradia por que em razão da melhoria de vida dos outros ou por revitalização da cidade (utilidade pública), mediante indenização justa podemos perder nosso lugar? O que quero dizer é que o nosso Direito à moradia deve ser fundamentado no respeito ao lugar onde queremos estar e não onde o Estado impõe que fiquemos. Obviamente que entendo as questões sobre as habitações em área de risco e os problemas que sobre elas incidem, e justamente por isso somos a favor da requalificação urbana desde que esta política nos entenda dentro do “bem-estar coletivo”.

É preciso erradicar o racismo ambiental, a necropolítica e as políticas excludentes em todo o País, afinal nós somos os coletivos, marginalizados, mas ainda sim coletivos. Portanto, é essencial a garantia dos nossos direitos, principalmente daqueles que estão sendo diretamente atingidos, como os moradores dos bairros afetados pelo PLN o que se observa no mapa 3 e quadros de 2 a 4 a seguir.

²⁷ “XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Mapa 3 - Localização dos bairros afetados pelo PLN

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Quadro 2 – Bairros por área de intervenção do PLN

Área	Bairros	Denominação
Área 1	Acarape, Matadouro, Alvorada e São Joaquim	Canal do Pe. Eduardo
Área 2	Nova Brasília, Poti Velho, Mafrense, e Olarias	Lagoa dos Oleiros – São Joaquim
Área 3	Aeroporto, Itaperu e Alto alegre	Alto Alegre – Aeroporto
Área 4	São Francisco e Mocambinho	Mocambinho

Fonte: PLN, 2014, p. 8

Quadro 3 – Quantidade de imóveis previstos para Remoção²⁸ pelo PRI 1

Causas para Remoção	Número de Imóveis
Imóveis situados em áreas de inundações frequentes e de proteção ambiental	257
Imóveis situados em território requerido para a implantação das obras urbanização e/ou área de proteção ambiental	104
Imóveis situados em território requerido para a implantação do Canal da Lagoa do São Joaquim, urbanização e área de proteção ambiental	18
Imóveis situados na Av. Campo Maior, em território requerido para a adequação e melhoria do sistema viário	134
TOTAL	513

Fonte: PLN, 2014, p. 13

²⁸ “É importante ressaltar que à medida que o PLN ia sendo implementado foi surgindo à necessidade de novas obras e o adiamento de outras. Como consequência o quadro de remoção previsto no PRI 1 também sofreu alteração; deixou de ser prioridade naquele momento a remoção dos imóveis em função do sistema viário, por exemplo, (estes serão objeto de remoção na 2ª Fase do PLN) e surgiu a necessidade de remoção de outros imóveis, não previstos no PRI 1; as novas remoções geraram o PRI 1 – Etapa 2, PRI 1 – Etapa 3, PRI 1- Etapa 4 e o PRI 1 – Etapa 5 – cada um dos PRI’s tinha por foco o reassentamento de população requerido, em diferentes frentes de obra, mas sempre relacionado ao projeto das lagoas. No período entre 2009 a 2014 foram atendidas 493 famílias. Dentre as opções de atendimento colocadas (reassentamento em residencial, reassentamento monitorado, reassentamento cruzado e indenização), 66,8% optaram pelo reassentamento em residenciais e 29,3% foram indenizados e 3,9% foram reassentados através de reassentamento monitorado. Do universo de famílias reassentadas 327 foram reassentadas no residencial Zilda Arns construído exclusivamente para atender ao reassentamento – um investimento R\$ 8,50 milhões, oriundos de convênio entre a Prefeitura e o Governo Federal, do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC” (PLN, 2014, p. 14).

Quadro 4 – Número de Famílias Atendidas por Tipo de Afetação - PRI 1

PRI 1	Local	Motivo da Afetação	Nº De Atendimentos Realizados	Ano De Execução
Etapa I	Canal da Vila Padre Eduardo	Risco de Enchentes/ Cota de Inundação	467	2010
Etapa II	Casa de Bombas	Ampliação da Casa de Bombas da Avenida Boa Esperança	05	2011
Etapa III	Entrada Principal do Parque Lagoas do Norte	Construção da Entrada e da Administração do Parque Lagoas do Norte	04	2011
-	Vila Pantanal	Construção da Estação Elevatória de Esgoto	01	2011
Etapa IV	Canal São Joaquim	Alargamento do Canal do São Joaquim	03	2013
Etapa V	Canal São Joaquim	Alargamento do Canal do São Joaquim	13	2014
Total			493	

Fonte: PLN, 2014, p. 15

Ademais, o PLN promoveria a descaracterização ambiental em razão do alargamento da avenida Boa Esperança, desmatamento, riscos à fauna e aos rios na região em decorrência desta intervenção urbanística, assim como a destruição dos lugares de vivência da comunidade.

Vale ressaltar que os problemas anteriormente mencionados no PLN, podem ser resolvidos com projetos de infraestrutura básica, que há muito vêm sendo negligenciados para essas pessoas, assim como habitações regularizadas, escolas, manutenção e ampliação das redes de água e esgoto, iluminação pública, segurança, saúde, fortalecimento e manutenção dos aspectos culturais, econômicos e sociais da comunidade. Em suma, políticas públicas que são presentes para a elite econômica de

Teresina, mas, como apresentado anteriormente, devido ao racismo ambiental, são negadas aos grupos marginalizados evidenciando a desigualdade e o esquecimento da comunidade pelo poder público.

A comunidade tradicional da Avenida Boa Esperança como tantas outras, é vista como obstáculo frente a um projeto de milhões de reais que foi financiado com o Banco Mundial pela Prefeitura de Teresina e que teve seu contrato encerrado em dezembro de 2021 por irregularidades denunciadas pela comunidade (em documento encaminhado ao Painel de Inspeção do Banco Mundial na data de 23 de agosto de 2019) e que foram constatadas pelo financiador do programa. “A Solicitação para Inspeção foi enviada por três membros da comunidade em nome de 202 famílias residentes nos bairros de Mafrense e São Joaquim, em Teresina” (BANCO MUNDIAL, 2019, p. 2).

As preocupações dos Solicitantes estão relacionadas ao impacto das obras financiadas pelo Projeto na região de Lagoas do Norte, em Teresina. Embora os Solicitantes apoiem o Projeto, estes se opõem ao reassentamento e afirmam que existem alternativas aos projetos atuais que lhes permitiriam permanecer em suas casas. [...] Os Solicitantes declaram que desejam se beneficiar das melhorias e oportunidades oferecidas pelo Projeto e permanecerem no local atual. Estes afirmam que o Projeto de reassentamento infringe a política do Banco, pois não considera (i) as alternativas para evitar o reassentamento, (ii) os graves prejuízos econômicos, sociais e ambientais causados pelo reassentamento involuntário, (iii) o empobrecimento ligado à perda de propriedade e fontes de renda, (iv) a falta de oportunidades econômicas na área do reassentamento, (v) as redes sociais existentes na comunidade e suas identidades culturais ligadas ao território, (vi) a possibilidade da população afetada de usufruir dos benefícios do Projeto, (vii) a possibilidade de participar do planejamento e implementação do reassentamento, (viii) o princípio da partilha igualitária de ativos entre homens e mulheres, (ix) a necessidade de indenização antes do deslocamento, (x) a necessidade de assessoria jurídica, cuja falta está resultando em uma avaliação injusta dos ativos e em valores de indenização inadequados, e (xi) a falta de acesso à parcela de terra por pessoas sem registros de propriedade (locatários, vendedores ambulantes ou trabalhadores informais). Divulgação de Informações e Consultas. Os Solicitantes alegam que o Projeto carece de transparência e que não houve diálogo entre as comunidades afetadas e o município. Segundo estes, somente tiveram acesso ao RAP após entrar em contato com a Defensoria Pública e o Ministério Público [...] (BANCO MUNDIAL, 2019, p. 4-5).

Além desta solicitação, o Painel também recebeu nas datas de 5 de agosto de 2019 e 14 de agosto do mesmo ano, uma carta da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese Católica de Teresina e um ofício da Defensoria Pública Federal no Piauí nos quais reconhecem os benefícios do PLN, mas principalmente ressaltam a

preocupação com os impactos negativos à comunidade da Boa Esperança, assim como enfatizam a necessidade de se respeitar a diversidade cultural e importância histórica desses grupos sociais.

O ofício enviado ao Painel pelo Ministério Público do Estado do Piauí em 26 de agosto de 2019, é outro documento igualmente importante, pois solicitou a intervenção do programa.

Segundo o ofício, o Ministério Público recomendou ao Município de Teresina a interrupção do processo de reassentamento do Projeto. No entanto, de acordo com o ofício, o reassentamento foi acelerado. O mesmo afirma que o município não providenciou estudos comprovando que as famílias a serem reassentadas estão em áreas de risco (BANCO MUNDIAL, 2019, p. 6).

É imprescindível mencionar que apesar da luta árdua, a comunidade tradicional da Boa Esperança venceu a guerra contra o Banco Mundial em mais um capítulo da luta por direitos, ainda que em contextos diferentes como o colonialismo que agora responde por capitalismo, porém ambos igualmente legitimados pelo Estado. Não satisfeitos com a exploração do corpo, agora buscam a exploração de recursos naturais que geralmente ficam nos territórios pertencentes a esses corpos. Não se tratava mais de um embate contra a branquitude supremacista, mas contra um sistema complexo, interconectado e global. O que demonstra a capacidade dos grupos sociais da comunidade de resistirem e defenderem aquilo em que acreditam, de forma a evidenciarem sua dimensão e força.

A ambição e o desprezo pelos povos que habitam a zona norte de Teresina notabilizados pelo racismo ambiental não os reconhecem como povos de direitos que ali nasceram e tiveram seus descendentes que continuam a perpetuar sua cultura, suas tradições, seus laços de parentesco e amizade, suas crenças e seus modos de sobrevivência. Pessoas que aprenderam a viver sem o auxílio do Estado, vivem agora em processo de exclusão social quando deveriam ser integrados aos projetos que visam o progresso e estes voltados a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos da região em que se pretende implantá-los e não os segregar como tem acontecido.

[...] a hegemonia da propriedade individual escriturada e registrada em cartório sobre todas as demais formas de relacionamento com o território habitado constitui um dos mecanismos poderosos da máquina da exclusão territorial e de desposseção em marcha no contexto de grandes projetos, sejam eles de expansão da infraestrutura e desenvolvimento urbano, sejam de reconstrução pós-desastres. Na linguagem contratual das finanças, os vínculos com o território são reduzidos à unidimensionalidade de seu valor econômico e à perspectiva de rendimentos futuros, para os quais a garantia da perpetuidade da propriedade individual é uma condição. Desta forma,

enlaçam-se os processos de expansão da fronteira da financeirização da terra e da moradia com as remoções e deslocamentos forçados (ROLNIK, 2015, p. 14).

3.6 Projeto Vida Rios

Não satisfeita com os impactos negativos e a desterritorialização causados à comunidade da Boa Esperança pelo PLN, a Prefeitura de Teresina agora busca implantar o Projeto Vida Rios. Lançado em maio de 2022 com o apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí – CAU/PI, órgão que defende que o objetivo deste projeto é “promover e valorizar a proteção dos rios Poti e Parnaíba no perímetro teresinense, proporcionando uma espécie de reconciliação da população com os dois rios.”

Durante reunião com o prefeito de Teresina, Dr. Pessoa, a secretária municipal do Meio Ambiente, Elisabeth Sá, apresentou o projeto final de um dos principais programas da pasta para a cidade: o Vida Rios. Serão cerca de R\$ 37 milhões em investimentos que vão revitalizar e transformar as margens dos rios Parnaíba e Poti na capital. [...] O projeto, que foi elaborado por arquitetos, técnicos e especialistas da Prefeitura de Teresina, através das Secretarias do Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Habitação com apoio da Superintendência de Ações Administrativas Descentralizadas (SAAD) Centro, vai valorizar os rios de Teresina e reinventar a relação do Poti e do Parnaíba com a população local. [...] O projeto inclui, desde a revitalização de todo o Cais do Parnaíba e a recuperação da mata ciliar, até a requalificação de ruas próximas. Ações como a construção de restaurantes flutuantes e pedálinhos também estão sendo pensadas para atrair os teresinenses. O projeto será implantado em três etapas e a primeira já será contemplada, através do Programa Ação Centro, para englobar o tradicional cais do rio Parnaíba e a origem da cidade. O cais do Parnaíba será construído em dois trechos e vai da Ponte Metálica até a praça Da Costa e Silva. [...] O superintendente da SAAD Centro, Roncalli Filho, garantiu também que já está em tratativas para obter mais recursos para implementar as ações do Vida Rios [...] (PMT, 2022).

A prática da exclusão territorial promovida pelo Estado utiliza como estratégia a vulnerabilização de certos grupos que habitam áreas de interesse econômico, tornando-os assim vítimas do sistema capitalista. Indubitavelmente, esses projetos milionários poderiam ter seus investimentos voltados para a melhoria da qualidade de vida da população, no cenário em que a comunidade solicita uma escola ao poder público, um hospital ou ainda transporte público, geralmente a resposta que se obtém é de que não há verba ou ainda que é necessário aguardar o prazo de licitações. Assim, o real objetivo da esfera pública administrativa é construir narrativas de desenvolvimento

econômico e social que ocultam os reais ideais de progresso, quando se observa o potencial para a tomada e exploração de terras.

Nesse contexto, a legitimação das políticas segregacionistas classifica os coletivos como uma subclasse social que ocupa um lugar em iminente risco ambiental, que não dispõe de infraestrutura básica e que, portanto, são territórios sem valor. Assim, incumbido de uma falsa responsabilidade social, representantes do sistema capitalista procuram realocar esses grupos para espaços cada vez mais distantes e que oferecem condições mínimas de sobrevivência. Esta política resulta em um verdadeiro processo de gentrificação que ocorre quando surgem a revitalização de infraestruturas e implantação de megaprojetos em locais anteriormente considerados insalubres e pouco atrativos, proporcionando desta forma uma mudança na dinâmica socioespacial em virtude da seletividade do desenvolvimento social.

O Conselho Municipal de Política Cultural de Teresina (CMPC), em sessão ordinária, dia 28.04.2021, com participação de conselheiras, conselheiros e sociedade em geral, aprovou manifestação de repúdio em relação às primeiras notícias recebidas sobre o Projeto VIDA RIOS. Destaca-se a enorme preocupação deste Conselho sobre o Projeto Vida Rios, considerando: 1) a falta de informações sobre o financiamento do projeto, explicando a sustentabilidade financeira do Município frente ao investimento; 2) a enorme importância do território ribeirinho (incluindo o território da Zona Norte de Teresina) para as várias comunidades tradicionais presentes nessas áreas, enquanto: a) uso do território para sustento da vida dos moradores, tanto para moradia, quanto para usos sustentáveis da terra para alimentação e geração de renda, como no caso dos vazanteiros e pescadores artesanais; b) as práticas culturais ali estabelecidas, como no caso dos povos de religiosidade de matriz africana, benzedeiras e ribeirinhos, que tem um grande valor pelo patrimônio cultural imaterial pela cidade e pelo Brasil, como confirmado pelo próprio IPHAN em 2015. c) o território da comunidade autorreconhecida quilombola da avenida Boa Esperança. d) fortes laços comunitários estabelecidos, que ajudam a população a sobreviver, inclusive em época de pandemia. Devido à enorme importância desse território, reforça-se a necessidade de proteção desse patrimônio cultural local e nacional e da garantia dos direitos das famílias à moradia e manutenção dos laços comunitários, para preservar a função social da terra de acordo com Art. 186 da CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil (VIEIRA, 2021 *apud* CARVALHO, 2021).

A institucionalização do racismo ambiental em virtude dos projetos mencionados, viabiliza a segregação espacial e atua contra a memória coletiva e social. A avenida Boa Esperança, caracterizada como uma área de risco por ser território de pessoas negras, de modo de vida simples, sem grande poder aquisitivo, de religiosidade fundamentada na matriz africana (convenientemente demonizada), sofre com as

reproduções desiguais de políticas públicas que a torna a propositalmente insalubre, pois não há preocupação em melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, mas de explorar o potencial econômico observado na região. Estas ações discriminatórias buscam justificar a desterritorialização, uma vez que toda a infraestrutura básica pela qual as pessoas propositalmente marginalizadas (mas que constituem o patrimônio cultural da cidade) têm lutado e reivindicado há anos, será implantada pelos megaprojetos que pretendem desenvolver esta localidade em benefício de outros. Isso fica evidente ao analisar a Tabela 1 a seguir, que apresenta os valores dos empréstimos realizados pela PMT para as obras de “revitalização” urbana no ano de 2023.

Esses projetos determinam a exclusão de determinados grupos e reforçam as diferenças sociais existentes. Isso prejudica o desenvolvimento urbano e impactam diretamente na vida das pessoas envolvidas, pois geram iniquidades sociais que perduram por gerações.

Tabela 1 - Valores de empréstimos para obras públicas em 2023 com destaque ao PLN e Projeto Vida Rios

Veja abaixo os destinos previstos pela Prefeitura de Teresina para o empréstimo de R\$ 500 milhões feito com o Banco do Brasil:

Prolongamento da Avenida Raul Lopes (Avenida Marginal Poti Leste)	R\$ 35 milhões
Reajuste da Galeria da Zona Leste	R\$ 27 milhões
Programa Vida Rios (av. Maranhão)	R\$ 20 milhões
Rebaixamento do cruzamento das av. Frei Serafim e Miguel Rosa	R\$ 24 milhões
Revitalização do centro cultural e esportivo do Mocambinho	R\$ 6,5 milhões
Demandas das SAADs e da Semcaspi	R\$ 30 milhões
Pavimentação de ruas (Eturb)	R\$ 30 milhões
Drenagem do Portal da Alegria	R\$ 40 milhões
Construção da 2ª ponte do Poti Velho	R\$ 26 milhões
Construção de "Casas com infraestrutura"	R\$ 45 milhões
Aquisição de carros e equipamentos	R\$ 4 milhões
Desapropriações de terrenos para projetos	R\$ 40 milhões
Hospital da Mulher	R\$ 50 milhões
Travessia de Pedestres sobre o Rio Poti	R\$ 20 milhões
Prolongamento da Av. Padre Humberto	R\$ 15 milhões
Drenagem no Novo Horizonte/Parque Ideal (Sub-bacia PD02)	R\$ 33,5 milhões
Lagoas do Norte	R\$ 24 milhões
Drenagem do bairro São Pedro	R\$ 30 milhões

Fonte: NASCIMENTO, 2022 (adaptado)

4 A COMUNIDADE TRADICIONAL DA BOA ESPERANÇA RESISTE À COLONIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

A invasão e consequente tomada de terras é o modelo de ocupação do território brasileiro desde o início da colonização das Américas. Portugal, de posse do instrumento legal denominado Sesmarias, promoveu a distribuição de terras aos invasores para sua exploração. Em 1850 foi instituída a Lei de Terras que favorecia a concentração de grandes latifúndios, o coronelismo²⁹ e promovia a desigualdade social.

O período compreendido entre a suspensão das concessões de sesmarias até o ano de 1854, quando é regulamentada a Lei de Terras de 1850, caracteriza-se pela absoluta falta de qualquer lei que normalize o uso e a exploração da terra. Foi um período marcado pela ocupação incessante, dado que a posse era a única forma de obtenção de terras [...]. Num país tão rico em terras e sem uma legislação que criasse obstáculos para a obtenção dessas terras, era natural que faltasse e não se conseguisse mão-de-obra. Os fazendeiros tinham consciência de que num país onde não houvesse empecilho à terra, tornava-se impossível obter trabalhos em que fosse pela coerção da escravidão [...]. A Lei de Terras é, portanto, a expressão da vitória dos grandes fazendeiros. Num país de regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa para servir de instrumento de dominação (JAHNEL, 1987, p. 109-110).

Estes aparatos legais favoreceram as camadas dominantes da sociedade que preservaram suas instituições políticas e econômicas a fim de ampliar seu poder a partir da posse de terras, gado, pessoas escravizadas e representatividade política, principalmente nas imediações em que o poder do Estado era limitado. Esta estrutura social é resultado de políticas que privilegiavam a elite econômica em detrimento ao bem-estar da população, logo grupos familiares que pertencem a burguesia se constituem como a classe dominante da estrutura social e poder desde o Piauí colonial aos dias atuais.

²⁹ “O coronelismo se explica não só pelo domínio da propriedade, mas também por outro fenômeno da vida social brasileira que foi a formação dos grupos de parentes como forma de organização política. O poder privado era exercido pelo patriarca de uma família extensa ligada por fortes laços de sangue, formando o que Pereira de Queiroz chamou de ‘grupos de parentela’ e outros denominaram simplesmente ‘clã’. Basicamente, um núcleo extenso de indivíduos unidos pelo parentesco, formado por um conjunto de famílias nucleares, geralmente independentes de um ponto de vista econômico, vivendo cada qual na sua morada. Estes grupos eram estratificados em função da posse de bens econômicos e somados a um número de agregados e dependentes de todo tipo sobre o seu controle, que formavam a “massa de manobra” da política eleitoral coronelística” (FARIAS, 2020, p. 11).

Tais práticas de colonização ainda se fazem presentes em uma evidente herança do sistema sesmarial, como a necropolítica – termo criado por Achille Mbembe, citado no capítulo anterior – (a qual é intimamente ligada ao racismo ambiental), em que propositalmente se torna regiões habitadas por grupos minoritários em lugares insalubres, sem perspectiva de renda ou de vida e se normaliza discursos que autorizam violências e criminalizam as pessoas que vivem nesses locais, em uma evidente colonização contemporânea.

4.1 Lagoas do Norte, pra quem?

Diante das investidas do PLN foi criado o Comitê Lagoas do Norte com o objetivo de lutar contra a remoção involuntária dos moradores e, principalmente, como mecanismo de intermediação entre a população e a PMT, uma vez que os moradores não se sentem contemplados com o projeto. É preciso dizer que eles não são contrários às intervenções urbanas, desde que essas possam trazer benefícios para a fixação deles na referida área. Diante disto, surgiu o movimento “Lagoas do Norte pra quem?” que questiona as intervenções urbanísticas e a remoção dos residentes. Maria Lúcia e associados veem uma similaridade entre o processo vivenciado atualmente – expulsão dos ribeirinhos – com aquele ocorrido durante o processo de colonização, com a invasão do território e a remoção violenta dos indígenas. Hoje a expulsão é mais sutil com a desapropriação dos imóveis e deslocamentos da população para áreas mais distantes, em alguns casos com anuência dos moradores (CUNHA, 2021, p. 118).

O movimento comunitário “Lagoas do Norte, pra quem?” surge também como uma necessidade de enfrentamento ao capitalismo e recolonização denunciado nos muros e faixas distribuídos por toda a comunidade. Nos cartazes de manifestações em frente à prefeitura de Teresina, nos “encontros” com agentes públicos, nas reuniões com vizinhos para definir estratégias de sobrevivência ao PLN. Para efeitos de divulgação e comunicações sobre as ações da comunidade, possui página *fanpage* “Lagoas do Norte Pra Quem?”, na rede social Facebook.

Dentre as estratégias adotadas, consta o envio de uma carta no ano de 2019 à arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, a época representante da ONU pelo Direito à Moradia. No conteúdo apresentado, a comunidade expõe o que vem a ser o PLN e de que forma estava sendo afetada (desapropriações, segregação socioespacial, danos ao meio ambiente, perda cultural, afetiva e da autonomia financeira) além de outros pontos importantes, como as parcerias firmadas junto a:

Defensoria Pública da União, Ministério Público do Estado do Piauí, artistas e pesquisadores piauienses, Professores/as que fazem contracorrente dentro da Universidade Estadual do Piauí e Universidade Federal do Piauí, bem como às/aos poucas/os e corajosas/os jornalistas locais (CDFS, 2019, p. 7).

Figuras 3 e 4 - Manifestações contra as desapropriações do PLN nos muros da Avenida Boa Esperança



Fonte: Arquivo da autora (2023)

Vale ressaltar a presença de líderes comunitários em eventos científicos para denúncia e divulgação da luta pelo território, uma vez que essas discussões geralmente são restritas as pessoas diretamente prejudicadas. Além disso, os coletivos que compõem a Boa Esperança (vanzanteiros, oleiros, antigos vaqueiros, pescadores, lavadeiras, bordadeiras e povos de terreiro) se autorreconheceram como remanescentes quilombolas junto à Fundação Palmares:

Esta foi mais uma estratégia de luta com o objetivo de garantir a preservação da nossa cultura e permanência de nosso povo em suas terras. Também iniciamos os estudos junto com o IPHAN pela possibilidade de salvaguarda da paisagem natural e cultural de nosso território como forma de impedir a instalação de grandes empreendimentos e grandes transformações, já em curso com o PLN (CDFS, 2019, p. 7).

Figuras 5 e 6 - Faixas e cartazes de manifestações contra as desapropriações do PLN. Acervo do Museu da Resistência da Boa Esperança



Fonte: Arquivo da autora (2022)

O tratamento destinado às pessoas pretas e qual o seu lugar determinado pela branquitude, atesta o fato de que os coletivos minorizados vivem para resistir às desigualdades, exclusão social e combater a normalização das diversas formas de racismo na sociedade. Pode-se perceber a urgência desta mobilização comunitária no forte relato de Dona Maria, moradora da comunidade e que teve sua casa tomada:

Porque o branco ele acha que a gente tem que morar num subúrbio de mata e escondido, porque é negro, negro é macaco. Você pensa que uma mulher já me chamou de macaca não? A senhora é uma macaca. Uma branca me chamou de macaca. Foi, me chamou de macaca. Aí eu fui e peguei, não disse nada, só fiz abaixar minha cabeça. Eu saí chorando tanto que eu fiquei com vergonha, né? Mas eu digo menina é minha cor, minha cor é muito é bonita, tá entendendo? Eu sou uma negra, negra decente e negro tem que morar é na cidade. Na rua que eu moro é uma rua mais ou menos. Acho que o homem lá acha que eu não posso ficar nessa rua, né? Porque eu sou uma negra pobre, casinha toda estourada, não tem, mas é minha, a casa é minha, da negra. Negra. Meu coração ficou, meu Deus do céu despedaçado. Ainda hoje eu tô, não sei nem se eu vou emendar ele. Eu tenho muita mágoa, tô muito machucada, tô muito ferida por dentro. Eu rezo, peço a Deus para me dar força e luz e coragem, tá entendendo? (OCORRE DIÁRIO, 2021)³⁰.

A preocupação da comunidade frente a parceria do poder público e empresários para implementação do PLN pode ser constatado no depoimento de Seu Raimundo:

³⁰ DONA MARIA. [agosto de 2021]. ENTREVISTADORA: Maria Lúcia Oliveira Sousa. Entrevista concedida para o canal (“Ocorre Diário”) no YouTube, em vídeo intitulado “Mulheres negras e Direito à Cidade: Dona Maria”.

Rapaz, eu não tenho nem ideia do que eu falaria, porque o que a gente fala aqui, pra eles, tanto faz como tanto fez, porque quem tá no poder ele tem imunidade, falam o que querem e não há punição. Eles podiam fazer era, pelo menos, conservar o que nós já encontramos e não dar liberdade para as pessoas destruírem. O que acontece, aonde chega um empresário, abre mão para ele e a tendência dele é só destruir, destruir e lutar, né? Mas as autoridades, elas ficam... tem um rabo preso com eles, né? (OCORRE DIÁRIO, 2022)³¹.

O movimento “Lagoas do Norte, pra quem?” luta pela inclusão dos grupos sociais ao PLN. Isto significa criar condições para que as pessoas possam continuar usufruindo dos recursos naturais, sem comprometer o meio ambiente e sem excluí-las dos benefícios gerados pelo programa. É importante levar em conta as particularidades culturais e sociais de cada grupo social, para que o processo de envolvimento seja o mais eficaz possível, considerando a participação ativa dessas pessoas como fundamental para o sucesso do projeto.

4.2 Centro de Defesa Ferreira de Sousa e Museu da Resistência da Boa Esperança

A Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa nasceu com vistas a obter recursos através da política de consórcio vigente no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva que incentivava o empreendedorismo e sociativismo. A associação tinha por objetivo angariar recursos para promover cursos e debates com os moradores, especialmente, com os jovens e as mulheres, a fim de consolidar ações que pudessem gerar renda através da prática do cooperativismo. [...] Quando o PLN iniciou as intervenções na Zona Norte, a Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa se mostrou uma alternativa para o desenvolvimento socioeducativo e de intermediação no diálogo com os administradores públicos. [...] A Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa assumiu, então, a missão de lutar a favor das demandas da Comunidade Boa Esperança diante das questões sociais que acometem a região. Essa comunidade localiza-se no Bairro São Joaquim e é constituída por pessoas que se sentem representadas pelas causas defendidas pela associação, majoritariamente, residentes da Avenida Boa Esperança. A Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa foi criada, em 2008, pelos moradores com a “finalidade de combater e prevenir a marginalização social, [...] garantindo o desenvolvimento social sustentável e ecologicamente equilibrado da área da grande São Joaquim.” (Ata de fundação da Associação, 2008, p. 2). Dentre outras atribuições, a associação se propõe a melhorar a qualidade de vida da população da periferia, contemplando a Grande São Joaquim e bairros adjacentes (CUNHA, 2021, p. 117-118).

O Centro de Defesa Ferreira de Sousa (CDFS), assim denominado em homenagem a Seu Roxo, promove diversas mobilizações comunitárias, dentre as quais

³¹ SEU RAIMUNDO. [maio de 2022]. ENTREVISTADORA: Maria Lúcia Oliveira Sousa. Entrevista concedida para o canal (“Ocorre Diário”) no YouTube, em vídeo intitulado “Série de reportagem ‘Os invisíveis que vivem do Rio’ – Episódio 2.

atua para defender as famílias ameaçadas pela desterritorialização e o patrimônio cultural de seus coletivos, resistindo a segregação socioespacial imposta pelo PLN. Para tanto, articula parcerias com mídias sociais, estudantes e pesquisadores, reuniões institucionais e com a comunidade, além de gerenciar o Museu da Resistência da Boa Esperança e de realizar atos em defesa da natureza e da vida. Suas ações são comumente divulgadas através da rede social *Instagram* e plataforma de vídeos online *youtube*, respectivamente denominadas (“centrodedesaferreiradesousa”) e (“Centro de Defesa”).

Sou Raimundo Pereira da Silva Filho, morador da Zona Norte, vazanteiro, historiador, membro do Centro de Defesa Ferreira de Souza. E agora a gente vai mostrar um pouco das ações do Centro de Defesa Ferreira de Souza na área do patrimônio cultural. A gente está em processo de autorreconhecimento de comunidade quilombola e é território de diversos povos e comunidades tradicionais. Povos de terreiros, vazanteiros, pescadores, ribeirinhos e rezadeiras, griôs e antigos vaqueiros. Pessoas que conhecem histórias da época da fundação da cidade e a ação do Centro de Defesa Ferreira de Souza com o objetivo de proteger, identificar e salvaguardar o patrimônio cultural dessas comunidades. A nossa comunidade possui mais de 300 terreiros de matriz afro-religiosa que fazem uso de ervas e plantas nativas das margens dos rios. Foi pensando nisso que o Centro de Defesa realizou a ação de plantio de plantas e ervas nativas na margem do rio. Tais espécies como angico branco, angico preto, jucá e a taboca. Nosso território vem sofrendo há anos com a especulação imobiliária da cidade e um projeto de urbanização que desapropria nossas famílias. Isso coloca em risco os nossos conhecimentos tradicionais. Essas plantas são utilizadas para fazer remédios de benzimentos. A ação do Centro de Defesa Ferreira de Souza trouxe as benzedadeiras mais antigas da comunidade para fazer oficinas com os mais novos sobre essas plantas. Com a feitura de oficinas com os mestres dos saberes locais e o plantio de mudas nossa ação criou um museu comunitário com artefatos doados pela própria comunidade. Foram as pessoas da comunidade que escolheram os artefatos mais representativos da nossa história e da nossa cultura. A sede física desse museu está aqui. Mas ele também é um museu itinerante que circula por toda a cidade. Aqui nós temos uma peça do nosso acervo do museu, uma forma para fazer tijolo, tijolo de barro. Ela é importante por conta do ofício do oleiro, que foi graças a esse ofício e outros, mas esse também em especial, que favoreceu o surgimento da cidade de Teresina. Foi graças a esses tijolos, feitos por esses oleiros aqui da região que Teresina foi construída. Centro de Defesa Ferreira de Souza com as comunidades tradicionais de Teresina, tem o intuito de preservar o patrimônio cultural (CENTRO DE DEFESA, 2021)³².

³² SILVA FILHO, Raimundo Pereira da. DEPOIMENTO [março de 2021]. Depoimento concedido para o canal (“Centro de Defesa”) no YouTube, em vídeo intitulado “Novinho conta a história da comunidade Boa Esperança”.

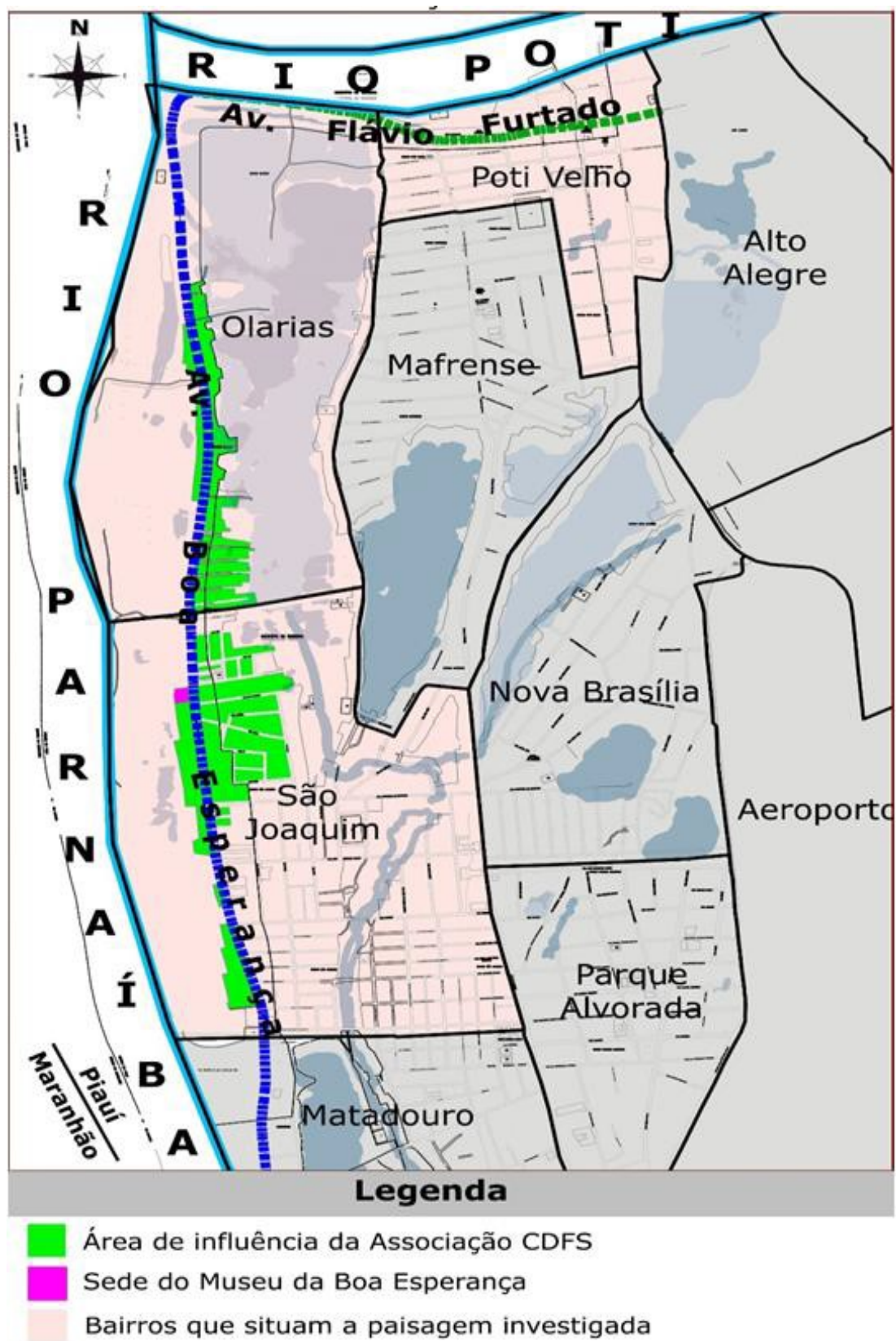
O CDFS tem por presidente Maria Lúcia de Oliveira Sousa, mas não atua sob uma hierarquia, pelo contrário, busca o envolvimento social na luta com a contribuição de outras vozes que também fortalecem o movimento, como Luan Rusvell, Tamires, Chico, Jorge, Novinho, dentre outros cidadãos e parceiros. Esta rede de apoio possibilita a realização das diversas ações coletivas, como atividades educativas com as crianças, almoço solidário com trabalhadoras do lixão de Teresina, oficinas com artistas piauienses para a comunidade, articulações de fortalecimento da luta pelo Direito à moradia, com outras coletividades que também estão sofrendo com as propostas de intervenções urbanísticas de desapropriação, em benefício de grandes empresários (como é o caso da comunidade de Águas lindas no bairro satélite, zona leste de Teresina), busca ainda valorizar a cultura e os modos de vida tradicionais. Além disso, passou a ser membro da Rede de Assessoria Técnica Popular do Nordeste.

Piauí é o 5º estado a integrar a Rede; articulação aconteceu durante o I Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste, em Recife, entre os dias 6 e 9 de fevereiro de 2020. [...] O Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste é um espaço que se propõe a articular entidades que atuam junto com comunidades que lutam pelo direito à moradia e à cidade no Nordeste, reunindo assessores técnicos, lideranças comunitárias e populações que vivem em comunidades ameaçadas de remoções (OCORRE DIÁRIO, 2020).

O CDFS tem sido atuante em ações realizadas nas Universidades de Teresina para dar visibilidade à luta da comunidade. Em parceria com o GEPP (Grupo de Estudos Pedagogias para os Patrimônios - UFPI) e o Museu de Arqueologia e Paleontologia da UFPI, o CDFS participou do Encontro de Saberes: Pedagogias para os Patrimônios, que teve por objetivo:

[...] contribuir para a visibilidade das lutas contra o racismo ambiental e trazer as experiências e ciências da comunidade como gestores oficiais de seus patrimônios, de modo a reafirmar os objetivos do projeto de extensão de efetivar as trocas de saberes entre a Academia e as Comunidades (GEPP, 2023).

Mapa 4 - Localização da área de influência da Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa



Fonte: Mapa elaborado por CUNHA (2021, p. 119) com base no levantamento aerofotogramétrico de SILVA (2013).

Criado em 2019, o Museu da Resistência da Boa Esperança é um espaço de vivências, construção social e promoção cultural, pois sua função social é justificada pela salvaguarda da história e por evocar memórias submersas, sejam elas individuais ou coletivas, através de uma conexão entre o museu, a comunidade e o compartilhamento de ensinamentos ancestrais. Com o intuito de identificar e preservar costumes e valores que contribuíram para a formação cultural e social do povo teresinense, em especial dos moradores da avenida Boa Esperança e arredores, o museu vai além de um simples espaço de armazenamento e preservação de artefatos, ele tem responsabilidade educativa, pois propicia a análise crítica da sociedade, a construção identitária, a produção de conhecimento, além de um diálogo entre a comunidade e seu patrimônio cultural.

[...] o museu oportuniza contar as histórias também dos atuais moradores, e também recontar a verdadeira história da comunidade e possibilitar a manutenção do sentimento de pertencimento ao território. Inclusive inserindo-se nesse museu vivo o Acervo de Memória com os trabalhos acadêmicos que narram as histórias sob a visão da comunidade. No ano de 2019 o referido Museu Comunitário começa a se materializar, já tendo nesse momento um espaço físico, localizado em um cômodo da casa da matriarca da Presidenta da Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa. Neste espaço já se nomeava como Museu da Boa Esperança ou Museu da Resistência e guardava-se registros de memória da comunidade, como peças de tijolo produzidos pela tradição das Olarias, peças de vacarias, registros fotográficos, registros jornalísticos e acadêmicos (ANDRADE; ROCHA, 2019, p. 9).

Figuras 7 e 8 - Artefatos do museu ainda no espaço da casa da Dona Davina



Fonte: Arquivo da autora (2020)

Hoje o Museu ocupa o espaço de uma antiga escola municipal (Tia Alice) abandonada há 5 (cinco) anos e renomeada de Casa Maria Sueli Rodrigues (*in memoriam*), na avenida Boa Esperança. Em junho de 2021, a comunidade juntamente com diversos parceiros e apoiadores de sua causa lançaram o Museu Virtual da Boa Esperança³³, assim definido em seu website: “é mais uma ferramenta de luta dos Povos e Comunidades Tradicionais que habitam a região das Lagoas do Norte de Teresina, servindo como uma plataforma digital do Museu físico que está enraizado no território”.

O acervo de seu espaço físico é composto por artefatos doados pelas pessoas que lá vivem e que tanto significam para elas. A expressão material dos modos de viver, fazer e resistir dessas pessoas pode ser encontrada nos pilões, na canoa, nos brinquedos, nas vestimentas e símbolos que expressam sua religiosidade e luta, nos acessórios para brincar o carnaval, nos chinelos e sandálias, nas formas de tijolos (estes feitos pela comunidade) e na bicicleta que tanto os carregou, nas fotografias e depoimentos daqueles que compõem as coletividades, nos cartazes e faixas utilizados em protestos pelo direito à moradia e à cidade, dentre outros objetos de valor inestimável.

[...] O nosso grande bem aqui são as pessoas e as produções que essas pessoas fazem, a sua ancestralidade, o seu modo de fazer, a sua religiosidade, as suas histórias. Então, a nossa ideia quando a gente formulou isso, não é quando a pessoa pensa ‘ah, o museu da Boa Esperança, eu vou lá e vou ver as peças e vou embora’. Então quando a gente fala nisso e fala que o museu virtual é mais um braço, realmente é um braço dessa grande rede que a gente tá fazendo porque cada casa da Boa Esperança ela já é um museu, porque o patrimônio ele está com a pessoa, o bem de valor histórico, de valor de memória ele está com aquele morador, as suas heranças. E o mais bonito disso, é o que eu sempre falo o museu da Boa Esperança, o acervo dele além de ser as pessoas, ele é um acervo vivo, ele não está preso lá no passado. Ao contrário do que o poder público queria fazer, projetar um museu do barro, um museu do espólio que era um museu da comunidade que eles queriam que não existisse, mostrar como seria. E a gente na resistência de permanecer e de ficar, a gente tá mostrando que a gente tem um museu, a gente tem uma história. A nossa história tá aqui e tá acontecendo (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2021)³⁴.

³³ Encontra-se no endereço <https://www.museudaboaesperanca.org/>

³⁴ SILVA FILHO, Raimundo Pereira da. DEPOIMENTO [junho de 2021]. Depoimento concedido para o canal (“Fundação Perseu Abramo”) no YouTube, em vídeo intitulado “Lançamento do Museu Virtual da Boa Esperança | Reconexão Periferias”.

Figuras 9 e 10 - Artefatos doados pela comunidade para o acervo do Museu da Resistência da Boa Esperança



Fonte: Arquivo da autora (2022)

O acervo do museu virtual é formado principalmente por memórias presentes nos depoimentos audiovisuais e fotografias daqueles que viveram as transformações de Teresina, inclusive contribuíram em seu processo de construção. O acervo conta ainda com notícias, cartas e documentos produzidos pelos grupos sociais que vivem na avenida Boa Esperança e trabalhos acadêmicos que colaboram para a disseminação da importância e resistência desses coletivos.

O museu comunitário da Resistência da Boa Esperança também é itinerante, tendo contado sua história em diversos espaços, como o museu do Piauí e MAP (Museu de Arqueologia e Paleontologia da UFPI).

Figura 11 - Exposição de parte do acervo do Museu da Boa Esperança no MAP



Fonte: Arquivo da autora (2023)

Independente do formato que visitemos, teremos a experiência de estar em um museu vivo devido a sua dinamicidade em estar em constante construção.

As histórias continuam sendo contadas, seja por meio de artefatos que são frequentemente incorporados aos acervos ou pelas ciências ancestrais que são continuamente ensinadas aos mais novos. Assim, estes museus salientam a representatividade cultural desses seres e das coisas a partir da relação comunitária de fé, trabalho e da rede de solidariedade, rompendo os moldes iniciais da musealização como inferem Lersch e Ocampo (2004, p. 3):

A instituição do museu surgiu com base em uma história de concentração de poder e riqueza, que se refletia na capacidade de concentrar tesouros e troféus arrancados de outros povos. [...] O museu comunitário tem uma genealogia diferente: suas coleções não provêm de despojos, mas de um ato de vontade. O museu comunitário nasce da iniciativa de um coletivo não para exibir a realidade do outro, mas para defender a própria. É uma instância onde os membros da comunidade livremente doam objetos patrimoniais e criam um espaço de memória. Em um museu comunitário o objeto não é o valor predominante, mas sim a memória que se fortalece ao recriar e reinterpretar as histórias significativas.

A manutenção dos saberes ancestrais pelas comunidades diz respeito ao que Jopela (2012, p. 54) definiu como custódia tradicional, que se refere a:

gestão do patrimônio cultural levada a cabo pelas comunidades locais, através de conhecimentos e práticas de expressão cultural local. Estas práticas são embutidas de crenças e valores que são transmitidos de uma geração para a geração seguinte e que se “perpetuam” por intermédio de instituições sociais como ritos e tradição oral.

Apesar das dificuldades que o manejo comunitário do museu possa apresentar em detrimento a administração do Estado, ele será gerido de maneira menos burocrática e padronizada, levando em conta a participação ativa da comunidade na tomada de decisões a fim de atender seus interesses e necessidades, promovendo a valorização das ciências tradicionais de forma que a preservação cultural esteja de acordo com a realidade local.

Nesse cenário, a memória simbólica e o valor histórico do museu permanecem sendo construídos e reproduzidos, reforçando a identidade e o sentido da comunidade de modo que as vivências observadas em seu acervo, se voltam majoritariamente para o modo de vida simples e de muita luta, percebidas na conservação e reprodução de tais práticas que se fundamentam como um instrumento de comunicação com outras

gerações, permitindo que as pessoas explorem a herança cultural de sua região e aprendam sobre o patrimônio histórico da comunidade.

Logo, é fundamental ressignificar a constituição dos museus de lugares que “guardavam” objetos pertencentes ao Outro, em um instrumento de salvaguarda da história local, pois museus comunitários se traduzem em um espaço que apresenta e enfatiza as narrativas das pessoas sobre si mesmas e as lutas travadas contra a opressão do poder público pela ótica de quem as vive.

Nesse contexto, faz-se necessário ouvir e valorizar a comunidade tradicional da Boa Esperança que se constitui como patrimônio vivo (termo alinhado a definição de patrimônio cultural imaterial da Unesco)³⁵, pois detém as experiências, ciências, memória, identidade, expressões culturais e a materialidade que são elementos igualmente importantes para o entendimento de seu processo identitário (inclusive para as gerações futuras), manutenção de sua diversidade cultural, desenvolvimento e preservação de seu lugar, além de constituírem importante fonte documental à pesquisa histórica e memória social de Teresina.

4.3 Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança

Ressalto ainda, que no contexto das ameaças de desapropriações referentes à segunda fase do PLN, quando dentre muitos moradores/as povos de terreiro também tiveram suas casas seladas (o selo foi o meio de comunicar que aquelas pessoas seriam desterritorializadas), surge o projeto de *comunicação popular Mulheres nos Terreiros da Esperança*, idealizado pelas jornalistas Sarah Fontenelle Santos e Carmen Kemoly da Silva Santos: “realizamos diálogos e oficinas que levantam discussões sobre direito à cidade, ancestralidade e memória coletiva na região berço da capital” (SANTOS; SANTOS, 2017, p. 1-2).

³⁵ “Entende-se por ‘patrimônio cultural imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana” (UNESCO, 2003, p. 4).

Mãe Alice, habitante da zona norte, que herdou o terreiro da avó e que teve sua casa e centro selados pelo PLN, evidencia a singularidade e importância religiosa e comunitária do seu lugar que existe há mais de 30 anos:

Minha vó faleceu, mas os fundamentos dela tá aqui enterrado e não tem como tirar. Como que eu vou pegar um fundamento que o guia dela plantou na nossa tenda, nosso local que hoje nossa tenda é São Jorge, eu vou retirar ele e vou colocar em outro lugar? Não tem como. Não tenho! (PROJETO MULHERES NOS TERREIROS DA ESPERANÇA, 2017)³⁶.

Do mesmo modo que o território é fundamental para a sobrevivência e o direito pelo *bem viver*³⁷ dos povos sequestrados e escravizados do continente Africano, para os povos originários, ribeirinhos e tantos outros, os Terreiros são lugares essenciais para as religiões de matriz africana. Desterritorializá-los em virtude da gentrificação, significa praticar o racismo religioso em não reconhecer sua sacralidade, ademais é contribuir com a perda identitária, perda de conexão com a espiritualidade e laços afetivos, é legalizar discriminações e violências contra esses grupos.

É preciso entender os espaços sagrados dos Terreiros para além da orientação espiritual, pois são espaços também de apoio, acolhimento, de convivência, de partilha de experiências e aprendizados. Bem diferentes dos estereótipos e preconceitos que recebem, uma vez que estes são grupos convenientemente demonizados.

As estratégias de resistência da comunidade tradicional da avenida Boa Esperança, frente à colonização contemporânea, somada a outras vozes da sociedade é fundamental para identificar, denunciar e pressionar as autoridades políticas do Estado acerca das violências que seu sistema capitalista cria e reproduz.

O racismo ambiental é uma violência normalizada que afeta todas as camadas sociais, mais do que nunca é preciso agir como pontuou Bertolt Brecht em seu poema *Intertexto*³⁸. A erradicação desse problema depende das coletividades.

³⁶ MÃE ALICE. DEPOIMENTO [julho de 2017]. Depoimento concedido para o canal (“Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança”) no YouTube, em vídeo intitulado “Religando Vivências”.

³⁷ “Em termos ideológicos, o conceito implica a reconstituição da identidade cultural de herança milenária, a recuperação de conhecimentos e saberes antigos; uma política de soberania e dignidade nacional; a abertura de novas formas de relação de vida (não individualista senão comunitária), a recuperação do direito de relação com a Mãe Terra e a substituição da acumulação ilimitada individual de capital pela recuperação integral do equilíbrio e a harmonia com a natureza” (MAMANI, 2010, p. 13, tradução nossa).

³⁸ Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não tenho a pretensão de concluir esta monografia, pois sei que há muito o que ser abordado, discutido e aprendido. Quando comecei esta produção, pensei estar vivenciando ainda que brevemente os conflitos que afligem a comunidade da Boa Esperança, como se fosse possível manter um olhar externo e puramente científico. À medida que pesquisava, visitava e participava de atividades na localidade fui descobrindo mais sobre meus semelhantes e sobre mim nas diversidades que nos aproximam. Portanto, ao invés de concluir este trabalho, pretendo discorrer sobre três reflexões que somente foram possíveis pela ótica da arqueologia comunitária.

O primeiro ponto que apresento está na necessidade de desconstrução da prática arqueológica, precisamos ser desconstruídos. Precisamos de uma ciência socialmente engajada, onde possamos falar e ouvir sobre outras arqueologias e os grupos sociais que nela se encontram, a exemplo da arqueologia da sexualidade (gênero, queer, feminista), a arqueologia da repressão e resistência e tantas outras. Saliento que por ainda estar nesse processo de desconstrução, posso ter falhado na resolutividade deste trabalho, uma vez que, há pouco me percebi atingida pelo PLN que já vem colonizando desde 2007. Onde eu estava quando esta luta incessante começou?

O segundo aspecto que abordo versa sobre a arqueologia colonialista, capitalista, progressista, desenvolvimentista (a nomenclatura muda com o tempo, mas a raiz ideológica permanece) que ainda se perpetua. Esse sistema sempre impôs desafios à arqueologia brasileira. A questão é que, enquanto o sistema econômico se baseia na acumulação de capital, a arqueologia tem como objetivo preservar o patrimônio cultural

Em seguida levaram alguns operários
 Mas não me importei com isso
 Eu também não era operário
 Depois prenderam os miseráveis
 Mas não me importei com isso
 Porque eu não sou miserável
 Depois agarraram uns desempregados
 Mas como tenho meu emprego
 Também não me importei
 Agora estão me levando
 Mas já é tarde
 Como eu não me importei com ninguém
 Ninguém se importa comigo

BRECHT (1898-1956).

do país. Isso significa que há uma constante tensão entre os interesses econômicos e os interesses culturais. Nos últimos anos, esse embate tem se intensificado, à medida que o capitalismo global se torna cada vez mais agressivo na exploração dos recursos naturais em todo o mundo.

No âmbito da arqueologia comunitária, presente em cenários de conflitos, este sistema tem imposto pressões econômicas constantes que tendem a priorizar o interesse privado sobre o público, as grandes corporações têm interesses financeiros nos sítios arqueológicos, o que pode levar à sua exploração indiscriminada causando prejuízos irreparáveis à herança cultural brasileira. Deste modo, comunidades tradicionais têm cada vez menos acesso aos seus territórios ancestrais, que são cada vez mais explorados por empresas mineradoras, outras indústrias e megaprojetos.

Neste conflito, os defensores do capitalismo acreditam na liberdade de mercado e na propriedade privada como pilares do progresso econômico. Do outro lado estão os povos tradicionais, que defendem o modo de vida comunitário e a preservação de seus aspectos culturais. Essa disputa tem sido intensificada à medida que o capitalismo se expande para novos territórios e ameaça as formas de vida tradicionais, com uma mentalidade expansionista que viola os direitos das pessoas marginalizadas à vida, saúde, à moradia, à terra e isso se deve, em grande parte, à exploração descontrolada dos recursos naturais somada a desassistência do Estado. Os coletivos inferiorizados precisam resistir todos os dias contra a colonização contemporânea, e para resistir, é preciso reconhecer as formas como a colonização se manifesta diariamente, isso requer consciência política e organização social para enfrentar os opressores e construir um futuro livre da dominação colonial, onde poucos possuem grande parte da riqueza e do poder. Esta resiliência é um testemunho da sua força e da importância de preservar a diversidade cultural e ambiental para um amanhã mais justo e sustentável.

A terceira reflexão que acredito ser pertinente, diz respeito às mulheres que sempre são representadas – inclusive nas interpretações arqueológicas – em lugares de subserviência, explicarei brevemente e de maneira genérica. No período pré-histórico, o papel feminino na sociedade era ser coletora, produzir utensílios e cuidar dos filhos. Se avançarmos um pouquinho na história passamos a estudar que as mulheres que detinham conhecimento eram perseguidas pelos tribunais da Santa Inquisição em sua caça às “bruxas”, no Brasil Colonial sua representação é definida pela submissão ao pai,

marido e ao seu senhor, já no Brasil República elas se deparam com baixos salários, aquelas que têm filhos encontram maiores dificuldades para encontrarem um emprego e quando conseguem geralmente ocupam posições inferiores aos homens – embora em muitos casos sejam mais qualificadas do que seus chefes.

Esta representação social do feminino, nada mais é do que a imposição do silenciamento e apagamento de fortes mulheres da história como Teresa de Benguela, Aqualtune, Maria Felipa, Dandara, Esperança Garcia e tantas outras que a história não nos deixa conhecer e reconhecer como símbolos da resistência e que seguem representadas nas mulheres da Boa Esperança (lavadeiras, rezadeiras, umbandistas, bordadeiras, católicas e evangélicas) e em tantas outras que formam a linha de frente (homens as acompanham logo em seguida) contra os projetos do capitalismo.

Fundamentando-me nestas reflexões, percebo a importância da arqueologia comunitária que rompe o pensamento colonialista, atua pelo patrimônio cultural e escuta as vozes dos marginalizados e das mulheres que pelos coletivos se erguem. Aceitando que este trabalho possa não ser entendido como mais um instrumento de auxílio na luta desses seres, busquei aprender outras formas de se fazer arqueologia e principalmente, aprendi com as ciências ancestrais sobre as práticas culturais, narrativas históricas, organização e participação comunitária em uma rede solidária de apoio e denúncias.

Assim, gostaria de finalizar estes pensamentos me dirigindo à comunidade tradicional da avenida Boa Esperança e para ela afirmo: Não sei de que forma ou em quê exatamente posso contribuir com suas lutas, mas ficaria feliz em somarmos nossas vozes.

REFERÊNCIAS

- ALADRÉN, Gabriel. **O tráfico de escravos e a escravidão na América Portuguesa**. In: DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (Orgs.). Especial Curso EREER-Educação e Relações Raciais. Caderno PENESB, Niterói, Alternativa/EDUFF, 2015, vol 1, 363p. Disponível em <http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/573/2020/09/Educa%C3%A7%C3%A3o-e-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-vol.1-1.pdf>. Acesso em: 06 de fev. de 2023.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 367-374.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2019. Disponível em https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso em: 28 de dez. de 2022.
- ANDRADE, Luan Rusvell de Abreu; ROCHA, Stenny Dyego Silva. **Seminário Internacional O Direito como liberdade: 30 anos de o Direito Achado na Rua**. Museu da Resistência: relato de experiência da luta pelo Direito à Memória em Teresina-PI. 2019. Disponível em: <https://direitoachadonarua.files.wordpress.com/2020/07/gt-3-museu-da-resistencia.pdf>. Acesso em: 06 de fev. de 2023.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório e Recomendação do Painel de Inspeção sobre o Projeto de Melhoria da Qualidade de Vida e Governança Municipal de Teresina - Programa Lagoas do Norte**. 2019. Disponível em: <https://www.inspectionpanel.org/panel-cases/teresina-enhancing-municipal-governance-and-quality-life-project-additional-financing>. Acesso em: 05 de jan. de 2022.
- BARRETO, Rejane Gambim. **Da Gestão do Patrimônio Arqueológico, à Gestão do Território com recurso a Sistemas de Informação Geográfica no Brasil**. Tomar. 2019. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/31522>. Acesso em: 21 de dez. de 2022.
- BRASIL, Presidência da República. **Constituição Federal de 1988, Art. 216**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 de fev. de 2023.
- _____. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 03 de fev. de 2023.
- _____. **Lei nº 7.716 de 5 de Janeiro de 1989**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em: 10 de jul. de 2022.
- _____. **Lei nº 12.288 de 20 de Julho de 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 10 de jul. de 2022.

_____. **Lei nº 14.532 de 11 de Janeiro de 2023.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14532.htm. Acesso em: 15 de jan. de 2023.

BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de Arqueologia pré-histórica.** Lisboa: Edições 70, 2006.

BINFORD, Lewis. **Archaeology as Anthropology.** American Antiquity, 28, p. 217–225. 1962.

BRECHT, Bertolt. **Intertexto.** Disponível em <https://recantodopoeta.com/intertexto/>. Acesso em: 11 de mar. de 2023.

CANAL COMUNICATIVAS. 1 (Vídeo 16 min). **Lagoas do Norte, pra quem? Parte-1.** Publicado pelo canal Comunicativas, 2017. Disponível em <https://youtu.be/SukbTFjMHA>. Acesso em: 16 de dez. de 2020.

CÂNDIDO, Maria João. **O Lugar das comunidades na preservação do património arqueológico. Um projeto de investigação.** Cadernos De Sociomuseologia, 54(10). 2017. Disponível em <https://doi.org/10.36572/csm.2017.vol.54.05>. Acesso em: 13 de nov. de 2022.

CARDOSO, João Luís. **A Geoarqueologia. Fundamentos e métodos - sua aplicação em Portugal.** Almadan, II Série, 5:70-77. 1996. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/3850>. Acesso em: 18 de fev. de 2023.

CARVALHO, Alisson. **Nota de repúdio ao Projeto Vida Rios emitida pelo Conselho Municipal de Política Cultural de Teresina.** Geleia Total. 2021. Disponível em <https://www.geleiatotal.com.br/2021/05/06/nota-de-repudio-ao-projeto-vida-rios-emitida-pelo-conselho-municipal-de-politica-cultural-de-teresina/>. Acesso em: 05 de jan. de 2022.

CAU/PI - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí. **Com apoio do CAU/PI, coletivo de Arquitetos e Urbanistas lança projeto Vida Rios em Teresina.** 2022. Disponível em <https://www.caupi.gov.br/?p=21440>. Acesso em: 05 de jan. de 2022.

CAVALCANTE, Luís Carlos Duarte. **Arqueometria em sítios de arte rupestre da região arqueológica de Piripiri, Piauí, Brasil.** Cadernos do Ceom. Arqueometria para Bens Culturais. Chapecó (SC), v. 28, n. 43, p. 7-19, Dez/2015. Disponível em <https://bell.unochapeco.edu.br/index.php/rcc/article/view/2651>. Acesso em 18 de fev. de 2023.

CDFS – Centro de Defesa Ferreira de Sousa. **Carta para Raquel Rolnik.** 2019. Disponível em <https://www.labcidade.fau.usp.br/wp-content/uploads/2019/11/carta-Raquel-Rolnik.pdf>. Acesso em: 17 de nov. de 2020.

_____. 1 (vídeo 4min 46seg). **05 de junho - homenagem das comunidades tradicionais de Teresina à Natureza.** Publicado pelo canal Centro de Defesa. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/ogrql-YLX6Y>. Acesso em: 03 de fev. de 2023.

_____. 1 (vídeo 2min 54seg). **Novinho conta a história da comunidade Boa Esperança**. Publicado pelo canal Centro de Defesa. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/4N-9kFKkcAU>. Acesso em: 03 de fev. de 2023.

COSTA, Francisca Raquel da. **Violência e resistência**: o cotidiano da mulher escrava no Piauí Oitocentista. Vozes, Pretérito & Devir Ano III, Vol. VI N° I. 2016. Dossiê Temático: História, África e Africanidades. Disponível em <https://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/view/124>. Acesso em: 27 de jan. de 2023.

COSTA, Joaze Bernardino; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Revista Sociedade e Estado, 31(1), 15-24. 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 de fev. de 2019.

COUTO, Hildo Honório do. **Ecolinguística**. Cadernos de Linguagem e Sociedade, Brasília, v. 10, n. 1, p. 125-149, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7381>. Acesso em: 08 de mar. de 2023.

CUNHA, Rayana Patrícia da Costa. **DE FRENTE OU DE COSTAS PARA O RIO? Um recorte da paisagem ribeirinha de Teresina**. Dissertação de Mestrado. 2021. Universidade Federal do Piauí: Teresina.

DAMASCENO, Elena Steinhorst; SANTANA JUNIOR, Horácio Antunes de. **A Rede Brasileira De Justiça Ambiental (RBJA)**: expressão e forma do movimento social contemporâneo. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luis, 2011, p. 6-7. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/EIXO_QUESTAO_AMBIENTAL_DESENVOLVIMENTO_E_POLITICAS_PUBLICAS.htm. Acesso em: 05 de jan. de 2022.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social / Roberto da Matta. — Petrópolis: Vozes, 1981. 248p.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar, Curitiba, Editora UFPR, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/pdf/er/n24/n24a12.pdf>. Acesso em: 10 de fev. de 2023.

FARIAS, Francisco. **Do Coronelismo ao Clientelismo**: práticas eleitorais no Piauí, Brasil / Francisco Farias. - Teresina: EDUFPI, 2020. 212p. [E-book]. Disponível em https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/edufpi/Ebook_Do_Coronelismo_ao_Clientelismo_revisto.pdf. Acesso em 10 de mar. de 2023.

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. **Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. 2010. Disponível em <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em 28 de dez. de 2022.

FAUSTINO, Cristiane; PACHECO, Tania; PORTO, Marcelo Firpo; MALERBA, Julianna. **O Mapa como Espaço de Cidadania**: Reflexões e continuidades. In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. (orgs.). Injustiça

ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, 306 p. ISBN 978-85-7541-576-4. Disponível em <https://doi.org/10.7476/9788575415764>. Acesso em: 02 de jan. de 2023.

FERNANDES, Estevão Rafael; GONTIJO, Fabiano; MELO, Vico; JUSTAMAND, Michel. **Colonialismo, Saberes e Fronteiras epistêmicas**: algumas hipóteses à guisa de provocação (ou “algumas provocações à guisa de hipótese”). Somanlu, ano 17, n. 2, jul./dez. 2017.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Sob fogo cruzado**: arqueologia comunitária e patrimônio cultural. Revista Arqueologia Pública, p. 81-92, 2008. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635804>. Acesso em: 26 de fev. de 2019.

_____. **Território primitivo**: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **A Arqueologia Pública na América Latina e seu contexto mundial**. Fronteiras: revista de História, Campo Grande, MS, 6(11): 87-96, jan./jun. 2002. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/13451/6875>. Acesso em: 21 de dez de 2022.

_____. **Arqueologia no Brasil e no Mundo**: origens, problemáticas e tendências. Ciência e Cultura, v. 65, p. 23-25, 2013. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200010. Acesso em: 21 de dez de 2022.

FUNARI, Pedro Paulo A.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. **Editorial**. Revista de Arqueologia Pública, São Paulo, n. 1, p. 3, 2006.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. 1 (vídeo 2hrs 44min 31seg). **Lançamento do Museu Virtual da Boa Esperança | Reconexão Periferias**. Publicado pelo canal Fundação Perseu Abramo. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/DickkRXZ20o?>. Acesso em: 07 de fev. de 2023.

FURTADO, Carlos Ribeiro. **Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação**. Caderno Metropolitano, v.6, n.32, pp.341-363. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3203>. Acesso em 13 de jan. de 2021.

GAMA, Hélio Fernando Nogueira. **A transversalidade do saber**: O conceito de lugar e a sociologia do turismo / The transversality of knowledge: The concept of place and the sociology of tourism. Brazilian Journal of Business, Curitiba, v. 1, n. 4, p. 1509-1518, out./dez. 2019. Disponível em <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJB/article/view/4212>. Acesso em: 13 de jan. de 2021.

GEPP - Grupo de Estudos para o Patrimônio. **Encontro de Saberes**: Pedagogias para os Patrimônios. 2023.

GOMES, Jaqueline; COSTA E SANTOS, Rafael Barbi; DA COSTA, Bernardo Locale Silva. **Arqueologia Comunitária na Reserva do Amanã**: História, Alteridade e

Patrimônio Arqueológico. *Amazônica - Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 385-417, out. 2014. ISSN 2176-0675. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1874>. Acesso em: 13 de nov. de 2022.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*. v. 3, n. 1, p. 1–20, Artigo 2, jan./ abril 2008. Disponível em <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em 17 de nov. de 2020.

HODDER, Ian. **Interpretación en Arqueología: corrientes actuales**. Traducción de María José Aubet. Barcelona: Crítica. 1994.

HUI, Wu. **O Significado e o Uso do Conceito de Autenticidade na Conservação do Património Vivo: as Práticas na China - o Paradigma da “Antiga Aldeia de Hongcun”**. Porto: Dissertação de Mestrado em História e Património apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2018. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/117649/2/303305.pdf>. Acesso em 19 de fev. de 2023.

JAHNEL, Teresa Cabral. **As Leis de Terra no Brasil**. São Paulo, Boletim Paulista de Geografia, AGB, nº 65, 2º sem. 1987. Pp. 105-115. Disponível em <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/968/860>. Acesso em: 02 de fev. de 2023.

JOPELA, Albino. **Custódia tradicional do património cultural imóvel**. In: Jopela, A. (Coord.) *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*: 54-59. 2012. Maputo: Ministério da Cultura-Direção Nacional do Património Cultural.

LANGER. Johnni. **As Origens da Arqueologia Clássica**. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo. Pp. 95-110. 1999. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revmae/issue/view/8302/545>. Acesso em: 21 de dez de 2022.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 205p.

LEÃO, Tarciso C.; ALMEIDA, Walkiria R.; DECHOUM, Michele; ZILLER, Silvia R. **Espécies exóticas invasoras no Nordeste do Brasil: contextualização, manejo e políticas públicas**. Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste e Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental. 2011. Recife, PE, 99p.

LERSCH, Teresa Morales; OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena. **O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história?** Kansas City: Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, 2004. (Tradução: OM Priosti – Maio de 2008). Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/12/o-conceito-de-museu-comunitc3a1rio.pdf>. Acesso em 25 de fev. de 2023.

LIMA, Nilsângela Cardoso. (org.). **Páginas da História do Piauí colonial e provincial**. Teresina: EDUFPI, 2020. 278 p. [E-Book].

LIMA, Tania Andrade. **A Arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da Navalha**. Canindé, Xingó, n. 10, p. 11-24, dez. 2007. Disponível em https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9538/2/Caninde_9.pdf#page=11. Acesso em: 10 de dez. de 2022.

LIMA FILHO, Djalma Alves de. **Memórias e vivências cotidianas: o bairro Mocambinho na cidade de Teresina-PI em seus primeiros momentos, através de seus atores sociais**. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ORAL, 12., 2014. Anais eletrônicos [...]. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2014. Disponível em: https://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397523753_ARQUIVO_DjalmaFilho_Reparado.pdf. Acesso em: 26 de fev. de 2023.

LUMBRERAS, Luis G. **La Arqueología como Ciencia Social**. Ediciones PEISA. Lima. 1981. Disponível em <https://glamboy69.files.wordpress.com/2016/10/lumbreras-luis-g-la-arqueologia-como-ciencia-social.pdf>. Acesso em: 21 de dez de 2022.

MAMANI, Fernando Huanacuni. **Buen Vivir/Vivir Bien**. Filosofia, políticas, estratégias y experiencias regionales andinas. Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas – CAOI. Lima, Peru. 2010. Disponível em https://dhls.hegoa.ehu.eus/uploads/resources/5182/resource_files/Vivir_Bien_1_.pdf. Acesso em: 11 de mar. de 2023

MATOS, Karenina Cardos. **A cidade ribeirinha: desafios e possibilidades para o planejamento urbano-ambiental dos rios Parnaíba e Poti em Teresina-PI**. Tese (doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2017. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185422>. Acesso em: 20 de fev. de 2023.

MARQUES, Katiúscya Albuquerque de Moura; VIANA, Bartira de Araújo da Silva; SCABELLO, Andrea Lourdes Monteiro. **Pesquisa qualitativa e Geografia: Uma apreciação metodológica**. Geografia: Publicações Avulsas. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v.2, n. 2, p. 227-244, jul./dez. 2020. Disponível em <https://revistas.ufpi.br/index.php/geografia/article/view/11967>. Acesso em 22 de fev. de 2023

MEDEIROS, Sandra Batista; MATOS, Karenina Cardoso; LOPES, Wilza Gomes Reis. **Análise dos traçados do perímetro urbano de Teresina, Piauí, Brasil**. Cadernos Zygmunt Bauman, [S. l.], v. 8, n. 18, 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/10251>. Acesso em: 04 de jan. de 2023.

MENDONÇA, Rosiane Limaverde Vilar. **Arqueologia social inclusiva: a Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe**. Coimbra: [s.n.], 2015. Tese de doutorado. Disponível em <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/28110>. Acesso em: 26 de fev. de 2023.

MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida [manuscrito]:** (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970 / Regianny Lima Monte. – 2010. 235 f. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/cp133122.pdf>. Acesso em: 04 de jan. de 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB, 3. 2003, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 23 de dez. de 2022.

MUSEU DA BOA ESPERANÇA. **Quem somos.** 2021. Disponível em <https://www.museudaboaesperanca.org/sobre>. Acesso em: 07 de fev. de 2023.

_____. **[Re] Existência.** Disponível em <https://www.museudaboaesperanca.org/>. Acesso em: 04 de fev. de 2023.

NASCIMENTO, André. **Prefeitura de Teresina apresenta na Câmara lista de obras que usarão recursos de empréstimo de R\$ 500 milhões.** G1. 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/11/16/prefeitura-de-teresina-apresenta-na-camara-lista-de-obras-que-usarao-recursos-de-emprestimo-de-r-500-milhoes.ghhtml>. Acesso em: 28 de dez. de 2022.

NASCIMENTO, João J. **Processos Educativos: As Lutas das Mulheres Pescadoras do Mangue do Cumbe Contra o Racismo Ambiental.** Dissertação de Mestrado. 2014. Universidade Federal do Ceará: Fortaleza. Disponível em http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14373/1/2014_dis_jljnascimento.pdf Acesso em 14 de dez. de 2020.

NETO, Orestes Trevisol. **Métodos e técnicas de pesquisa.** Chapecó, SC: Argos, 2017, 96p.

OCORRE DIÁRIO. **Centro de Defesa Ferreira de Sousa entra na Rede de Assessoria Técnica Popular do Nordeste.** Disponível em <https://ocorrediarario.com/centro-de-defesa-ferreira-de-sousa-entra-na-rede-de-assessoria-tecnica-popular-do-nordeste/>. Acesso em 11 de mar. de 2023.

_____. 1 (vídeo 2min 46seg). **Mulheres negras e Direito à Cidade: Dona Maria.** Depoimento [ago. 2021]. Entrevistadora Maria Lúcia Oliveira Sousa. Publicado pelo canal Ocorre Diário. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/W1LNsf7Q1zo>. Acesso em: 06 de fev. de 2023.

_____. 1 (vídeo 2min 13seg). **Série de reportagem “Os invisíveis que vivem do Rio” – Parte 1:** Dona Oscarina. Depoimento [maio 2022]. Entrevistadora Maria Lúcia Oliveira Sousa. Publicado pelo canal Ocorre Diário. 2022. Disponível em: https://youtu.be/Ii7s_ZCm5K8. Acesso em: 06 de fev. de 2023.

_____. 1 (vídeo 9min 40seg). **Série de reportagem “Os invisíveis que vivem do Rio” – Episódio 2:** Seu Raimundo. Depoimento [maio 2022]. Entrevistadora Maria Lúcia Oliveira Sousa. Publicado pelo canal Ocorre Diário. 2022. Disponível em: <https://youtu.be/1rKI24geDzE>. Acesso em: 06 de fev. de 2023.

O PENSADOR, Gabriel. **Estudo errado**. Álbum: Ainda É Só o Começo. Gravadora: Chaos. Ano: 1995. Disponível em <https://www.letras.mus.br/gabriel-pensador/66375/>. Acesso em 28 de fev. de 2023.

PACHECO, Tania; FAUSTINO, Cristiane. **A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa**. In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. (orgs.). *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, 306 p. ISBN 978-85-7541-576-4. Disponível em <https://doi.org/10.7476/9788575415764>. Acesso em: 02 de jan.de 2023.

PMT – Prefeitura do Município de Teresina. Secretaria Municipal de Planejamento. **Programa lagoas do norte**. Teresina: relatório de avaliação ambiental e social, Semplan, 2014.

_____. **Plano Diretor Ciclovitário Integrado de Teresina, PI**. 2015. Disponível em: <https://bicycleinfrastructuremanuals.com/manuals6/Prefeitura-de-Teresina-Plano-Diretor-Ciclovitario-Integrado-2015.pdf>. Acesso em: 05 de jan. de 2023.

_____. **Programa Lagoas do Norte – Plano de Controle Ambiental**, 2017. Disponível em http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/06/RL-13017-EMD-REQ-PCA-009_2-Prioridade-9_SJ-MAZ-REV.pdf. Acesso em 16 de dez. de 2020.

_____. **Programa Lagoas do Norte – Audiência Pública**. 2015. Disponível em <https://semplan.pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2014/10/Lagoas-do-Norte-audi%C3%A2ncia-p%C3%BAblica-dia-17-de-mar%C3%A7o.pdf>. Acesso em: 05 de jan. de 2023.

_____. **Projeto Vida Rios vai investir R\$ 37 milhões na revitalização das margens dos rios em Teresina**. 2022. Disponível em <https://pmt.pi.gov.br/2021/10/22/projeto-vida-rios-vai-investir-r-37-milhoes-na-revitalizacao-das-margens-dos-rios-em-teresina/>. Acesso em: 02 de jan. de 2023.

PROJETO MULHERES NOS TERREIROS DA ESPERANÇA. 1 (vídeo 15min 20seg). **Religando Vivências**. Mãe Alice. Depoimento [Julho de 2017]. Publicado pelo canal Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança. 2017. Disponível em <https://youtu.be/kjEU0OnJlgY>. Acesso em: 22 de fev. de 2023.

PROUS, André. **O Brasil antes dos Brasileiros**. A Pré-História do nosso país. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

PURI, Raial Orutu. **Povos Indígenas: É preciso Saber Direito para poder lutar**. 2016. Disponível em <https://xapuri.info/povos-indigenas-saber-direito-lutar/>. Acesso em 11 de mar. de 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. IN: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, p. 117-142, 2005, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Disponível em

http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 07 de abr. de 2019.

RAMOS, Melissa Ferreira. **Re-existência e ressurgência indígena: diáspora e transformações do povo Puri**. 2017. 227f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017. Disponível em <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/24334>. Acesso em 19 de fev. de 2023

RAMOS, Rafaela Nunes. **Políticas de preservação para acervos arqueológicos**. In Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio V. VIII, 15/16, pp. 11-26. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. 2011. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/1673>. Acesso em: 12 de dez. de 2022.

REITZ, Elizabeth J; WING, Elizabeth S. **Zooarchaeology**. Cambridge Manuals in Archaeology. Second edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueologia. Teorias, métodos e práticas**. Madri: AKAL, 1993. Tradução: Sônia Maria Campelo Magalhães.

RIBEIRO, Djamila. **O que é Lugar de Fala?** Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte (MG). Letramento: Justificando, 2017.

RODRIGUES, Joselina Lima Pereira. **Estudos regionais: geografia e história do Piauí**. Teresina: Halley, 2004. 261 p.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1º edição - São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombo: modos e significados**. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015. Disponível em http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf. Acesso em 17 de mar. de 2023.

SANTOS, Sarah Fontenelle; SANTOS, Carmen K. da Silva. **Mulheres nos Terreiros da Esperança: Resistência nos Territórios e a comunicação em dialogicidade**. In: V Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afrobrasileiras e Africanas: narrativas e cidadania, 2017, Teresina. Anais do V Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afrobrasileiras e Africanas: narrativas e cidadania. Teresina: Universidade Estadual do Piauí, 2017. v. 1. Disponível em <https://nepa.uespi.br/africabrasil/2017/upload/anais/MTE0.pdf?011259>. Acesso em 07 de mar. de 2023.

SILVA, Fabricio Pereira; BALTAR, Paula; LOURENÇO, Beatriz. **Colonialidade do Saber, Dependência Epistêmica e os Limites do Conceito de Democracia na América Latina**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v.12 n.1, p. 68-87. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15980>. Acesso em: 06 de fev. de 2023.

SILVA, Célia Regina Reis; LÚZIO, Jorge. **Educação e pesquisa na desconstrução do racismo no Brasil**: desafios, resistências e avanços. In: LIMA, Emanuel Fonseca. et al. (org.). *Ensaio sobre racismo: pensamento de fronteira*. São Paulo: Balão, 2019.p. 25-32. Disponível em: https://ocarete.org.br/wp-content/uploads/2020/05/ensaios_sobre_racismos_novo.pdf. Acesso em: 23 de dez. de 2022.

SILVA, Emilene Martins da. **Heranças da escravidão**: da naturalização do racismo institucional ao genocídio da população negra. *Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 21, p. 91–124, 2018. Disponível em: <https://revistadpers.emnuvens.com.br/defensoria/article/view/134>. Acesso em: 02 de jan. de 2023.

SILVA, Fabíola. A. **Arqueologia e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kaiabi**: reflexões sobre arqueologia comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 19: 205-219. 2009. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89884/92675>.

SILVA, Iêda Moura. **A institucionalização da saúde pública no Estado do Piauí, 1937- 1945**. In: *Anais [recurso eletrônico]/ XII Encontro da Associação Brasileira de História Oral*, 6, 7, 8 e 9 de maio em Teresina, PI; Márcia Ramos de Oliveira (Org.) – Teresina, UFPI, 2014. Disponível em: https://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1406772463_ARQUIVO_artigoencontrohistoriaoral2014UFPI.pdf. Acesso em: 27 de jan. de 2023.

SILVA, Liana Amin Lima da; MORAES, Oriel Rodrigues de. **Racismo Ambiental, Colonialismos e Necropolítica**: direitos territoriais quilombolas subjugados do Brasil. In: LIMA, Emanuel Fonseca. et al. (org.). *Ensaio sobre racismo: pensamento de fronteira*. São Paulo: Balão, 2019.p.33-49. Disponível em: https://ocarete.org.br/wpcontent/uploads/2020/05/ensaios_sobre_racismos_novo.pdf. Acesso em: 23 de dez. de 2022.

SILVA FILHO, Raimundo Pereira da. **Do campo do brilhante ao pau da moça**: as memórias e as histórias da Rui Barbosa nas décadas de 1960 e 1970. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Faculdade do Piauí. 37p.

SOUZA, Laize Carvalho de. **Arqueologia Pública e sua práxis social**: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social. In: *Cadernos do Lepaarq*, v. XV, n.30., p. 80-97, Jul-Dez. 2018. Disponível em <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v15i30.13214>. Acesso em: 12 de dez. de 2022.

SOUZA, Sheila Mendonça de. **Bioarqueologia no Brasil**: constituindo um campo, consolidando um conceito. *Ciência e Cultura*, v. 71, n. 2, p. 25–30, 2019. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v71n2/v71n2a10.pdf>. Acesso em: 18 de fev. de 2023.

TEIXEIRA, Luana. Lugares. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/30/lugares#:~:text=Nes>

se%20quadro%2C%20Lugar%20%C3%A9%2C%20portanto,e%20prote%C3%A7%C3%A3o%20ao%20patrim%C3%B4nio%20cultural. Acesso em: 31 de jan. de 2023.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

TULLY, Gemma. **Community Archaeology: General Methods and Standards of Practice**. Public Archaeology, (6): 155-187. 2007.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico** / Bruce G. Trigger: Ordep Trindade Serra; [revisão técnica Lucas de Melo Bueno, Juliana Machado J. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**, 2003. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por. Acesso em 25 de fev. de 2023.

VARGAS, Irene. **La Arqueología Social: un paradigma alternativo al angloamericano**. Revista de História da Arte e Arqueologia, 8:73-78. 2006. Disponível em <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rhac/article/view/15628/10428>. Acesso em 18 de fev. de 2023.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver**. In: CANDAU, V. M. (Org.) Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 11-42, 2009.